

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS  
CULTURAIS  
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**SARGENTOS DE 1964**

Como a disciplina superou a política

**APRESENTADA POR  
LAUSIMAR JOSÉ ZIMMERMANN**

**PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO CELSO CASTRO**

Rio de Janeiro, RJ, Dezembro de 2013



FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS

**LAUSIMAR JOSE ZIMMERMANN**

SARGENTOS DE 1964:  
COMO A DISCIPLINA SUPEROU A POLÍTICA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Mestre em História, Política e Bens Culturais.

Data da defesa: 09/12/2013

Aprovada em:

**ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

---

**Celso Castro**  
Orientador (a)

---

**Américo Oscar Guichard Freire**

---

**Francisco César Alves Ferraz**

Zimmermann, Lausimar José

Sargentos de 1964 : como a disciplina superou a política / Lausimar José Zimmermann. - 2013.

166 f.

Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: Celso Castro.

Inclui bibliografia.

1. Disciplina militar. 2. Educação militar. 3. Forças Armadas – Atividades políticas. 4. Brasil – História – Revolta dos Sargentos de Brasília, 1963. 5. Brasil – História – Revolução, 1964. I. Castro, Celso, 1963- . II. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 355.13

Ao Sargento Sílvio José Zimmermann (*in memoriam*)

Grande militar

Excelente cidadão

Pai exemplar

## Sargentos de 1964

### Como a disciplina superou a política

Há um consenso histórico de que houve sérios problemas disciplinares com as praças das Forças Armadas na década de 1960. Diversos historiadores e autoridades militares consideram a questão como uma das principais causas da tomada do poder pelo Exército Brasileiro. As análises, no entanto, não costumam levar em consideração aspectos particulares de cada Força. No Exército, em função do grande número de levantes ocorridos na década de 1930, foi adotada uma estrutura de doutrinação nos moldes do que Michel Foucault chama de “docilização dos corpos”. As transformações implementadas durante os anos 40 e 50 permitiram o atingimento de um elevado padrão disciplinar, que evitou que seus sargentos participassem mais ativamente daquele cenário político problemático. Este trabalho pretende demonstrar que a adoção dessa sistemática contribuiu significativamente para que os sargentos do Exército obedecessem a cadeia hierárquica, seguindo as determinações de seus chefes. Os sargentos foram, na verdade, muito mais colaboradores do que opositores do golpe de estado. A disciplina venceu a política.

Palavras-chave: sargentos, disciplina, Exército, 1964.

## Sergeants of 1964

### As the discipline overcame the politics

There is a consensus that there were serious disciplinary problems with the non-commissioned officers of the Armed Forces in the 1960s. Several historians and military authorities consider the problem as a major cause of the seizure of power by the Brazilian Army. The analyzes, however, do not usually take into consideration the particular aspects of each Force in the Army, due to the large number of uprisings that occurred in the 1930s, a structure of indoctrination similar to what Michel Foucault calls "docile bodies". The changes implemented during the years 40 and 50 allowed the achievement of a high standard of discipline, which prevented his sergeants to participate more actively in that problematic political scenario. This work intends to demonstrate that the adoption of this system contributed significantly to the obedience of the army sergeants to the chain of command, following the directions of their superiors. The sergeants were, actually, far more supporters than opponents of the coup. The discipline overcame the politics.

Keywords: sergeants, discipline, Brazilian Army, 1964.

## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	8
a. Apresentação inicial.....	8
b. Síntese dos capítulos .....	10
c. Conceitos fundamentais .....	14
d. Outros conceitos importantes.....	19
e. A metodologia.....	22
f. O suporte teórico.....	25
g. Observações pessoais.....	31
2. CAPÍTULO 1 - ANTECEDENTES.....	35
a. Antecedentes remotos.....	35
b. Mudanças relevantes.....	39
c. A política, as ações comunistas e o anticomunismo.....	47
d. As mudanças na sistemática de ensino – a fabricação de corpos dóceis.....	53
e. A ascensão social, as associações.....	64
f. Conclusões preliminares.....	69
3. CAPÍTULO 2 - A DÉCADA DE 1960.....	72
a. Os sargentos e suas reivindicações.....	72
b. As ações do Exército.....	92
4. CAPÍTULO 3 – A PALAVRA DOS SARGENTOS.....	106
a. A instituição totalizante.....	112
b. Os valores.....	121
c. O anticomunismo.....	127
d. O exagero.....	131
e. O perfil do futuro sargento.....	135
f. A autoridade do subtenente e a promoção a oficial.....	138
g. A forte influência das relações pessoais.....	140
h. Conclusões da atividade de história oral.....	143
5. CONCLUSÃO.....	146
6. BIBLIOGRAFIA.....	156

## 1. INTRODUÇÃO

### a. Apresentação inicial

Em 30 de março de 1964, ocorreu uma grande manifestação política com participação de sargentos das Forças Armadas, numa reunião com o Presidente da República na sede do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro<sup>1</sup>. No dia seguinte, tropas marcharam em direção à cidade para depor o Presidente da República. O Exército Brasileiro tomava o poder político.

O evento fazia parte de um contexto maior de agitações envolvendo militares graduados, num período de grande atividade política e social. A cúpula das Forças Armadas considerava os atos como atentatórios à disciplina e à hierarquia, e não aceitava a forma como o alto escalão do governo conduzia a questão.

Há uma corrente de historiadores que associa fortemente a questão disciplinar dos sargentos ao golpe de estado. Apesar de gestada com antecedência, a tomada do poder foi decidida no momento em que se considerou que a hierarquia foi seriamente ameaçada. As entrevistas realizadas com militares de alta patente por D'Araújo et. al.<sup>2</sup> confirmam que estes deram extrema importância ao movimento.

Decorridas praticamente cinco décadas, não há registros de novas manifestações coletivas por parte dos sargentos do Exército.

A presente pesquisa estuda as medidas utilizadas por essa Instituição Militar e procura encontrar as razões que levaram à sua aceitação por parte dos graduados. Procurar-se-á responder às seguintes indagações: Qual seria a força que evitou que as

---

<sup>1</sup> De acordo com a revista O Cruzeiro, de 10 de abril de 1964, nessa reunião estiveram presentes cerca de mil sargentos das Forças Armadas e Forças Auxiliares.

<sup>2</sup> D'ARAUJO, Maria Celina. SOARES, Gláucio Ary Dillon. CASTRO, Celso. Visões do golpe: a memória militar de 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1994.



demonstrações de descontentamento voltassem a ocorrer? Os sargentos teriam aderido à doutrina vigente na caserna, influenciados pelos mitos e valores cotidianamente explorados? Teriam sido subjugados pelo rigor dos dispositivos regulamentares? Qual a visão dos sargentos do Exército Brasileiro a respeito das medidas disciplinares adotadas?

A principal hipótese sustentada é a de que as modificações no processo de formação e aperfeiçoamento dos sargentos, particularmente nas escolas militares, complementadas por recomendações diárias e por uma rigorosa estrutura de fiscalização, foram o principal instrumento encontrado pela Força para evitar que tais problemas disciplinares, outrora frequentes, parassem de ocorrer.

Mais de cinquenta mil sargentos trabalham no dia-a-dia das unidades do Exército Brasileiro<sup>3</sup>. Esses militares cumprem as mais variadas atividades administrativas e operacionais, seguem escalas de serviço noturno ao longo de toda sua carreira e recebem constantes ordens e advertências. A legislação em vigor proíbe, entre outros, os direitos de greve, hora-extra e fundo de garantia<sup>4</sup>. O salário está aquém do que é pago para diversos outros setores do serviço público com requisitos semelhantes de formação<sup>5</sup>.

Motivado pelos fatos de ser filho de um sargento e ter trabalhado, como oficial do Exército, ao lado desses militares, durante três décadas, passei a questionar sobre como a Instituição Militar consegue impor e estimular uma atitude positiva desses seus componentes. Ao estudar seus aspectos internos, descobri um vácuo de conhecimento a

---

<sup>3</sup> A lei Nr 7.150, de 1 de dezembro de 1983 (ainda em vigor), prevê um efetivo de 59.656 subtenentes e sargentos no Exército Brasileiro em tempo de paz.

<sup>4</sup> Estas limitações são extensivas a todos os militares.

<sup>5</sup> O soldo atual de um terceiro-sargento (início de carreira) é de R\$ 2.475,00. Com os adicionais, o vencimento líquido é próximo de R\$ 3.000,00. É exigido ensino médio completo e realização de um curso de formação de 18 meses de duração. Em final de carreira, os vencimentos não atingem o dobro desse valor. Fonte: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12778-28-dezembro-2012-774892-anexo-pl.pdf>. Acesso em 10 Ago. 2013.

respeito dos sargentos. Pouquíssimas obras e trabalhos acadêmicos, com repercussão mínima, foram editados sobre a história dessa categoria tão significativa<sup>6</sup>.

São também isolados os estudos sobre os processos de imposição disciplinar e os efeitos das normas, regulamentos e ritos sobre o pessoal militar. O Exército cultua patronos, símbolos nacionais, rituais diários de continência, sem que o resultado desse simbolismo seja objeto de aprofundados estudos acadêmicos<sup>7</sup>. Esses valores são inseridos na mentalidade da tropa desde os primeiros meses de seus cursos nas escolas de formação, de uma forma bastante peculiar.

Este trabalho, portanto, pretende também contribuir para o preenchimento de uma lacuna historiográfica, buscando a valorização de uma categoria de cidadãos que tem uma participação efetiva na história nacional. Faz-se necessário entender esse profissional, saber sobre os efeitos da sua formação no seu pensar e agir. Estudar a sua história é abrir um novo horizonte de pesquisa a respeito das instituições militares e seus componentes.

#### b. Síntese dos capítulos

Este trabalho se inicia com um estudo histórico sobre o quadro de sargentos e as medidas adotadas pelo Exército para impor a disciplina sobre esses militares.

---

<sup>6</sup> Destacam-se os seguintes trabalhos recentes:

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. Praças em pé de guerra – o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a revolta dos sargentos de Brasília. São Paulo: expressão popular, 2009.  
SANTOS, Stefan Freitas dos. Batalha pela democracia: 1961- 1964: outras visões, os sargentos e o governo João Goulart. Dissertação (mestrado)-Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 2010.

RODRIGUES, Everton Gonçalves. Ruídos e vozes do porão fardado: socialização, imaginário e identidade dos sargentos do Exército Brasileiro. Tese de doutorado em História. Universidade Federal do Paraná. 2013.

<sup>7</sup> Os rituais seguidos pelas Forças Armadas são característicos. Tratamentos diferenciados, continências e sinais de respeito ampliam a verticalidade das relações pessoais. Os símbolos são usados como fator de coesão e motivação. Um estudo aprofundado sobre o assunto encontra-se em: FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir, nascimento da prisão. Petrópolis: editora vozes, 2004. No âmbito nacional a evolução dessa simbologia é abordada em: CASTRO, Celso. A Invenção do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

Poder-se-á perceber que, ao final do século XIX, os sargentos eram muito pobres, analfabetos ou semianalfabetos, sem uma perspectiva de construção de uma carreira sólida na Instituição Militar. Seus proventos supriam apenas as necessidades básicas e as condições de trabalho eram bastante inapropriadas.

Houve pouco progresso ao longo das primeiras décadas do século XX. Algumas situações pontuais elevaram graduados à condição de instrutores de soldados, foram criadas algumas (efêmeras) escolas de sargentos, mas nada que tivesse um alcance mais abrangente.

Nos primeiros anos da década de 1930, ocorreu um grande número de manifestações reivindicatórias por parte dos sargentos. Os protestos tornaram a situação disciplinar bastante crítica, o que levou a Instituição a tomar uma série de providências. Muitos sargentos foram excluídos, novos militares foram incorporados. Foram adotados processos mais adequados de seleção, com grande melhoria no padrão intelectual dos graduados.

Com o episódio comunista de 1935 e o advento da 2ª Guerra Mundial, as diretrizes do Comando do Exército foram conduzidas sob duas vertentes: a melhoria da capacidade operacional e obtenção de um maior grau de coesão.

Os processos de ensino foram aperfeiçoados, formando-se graduados muito mais qualificados. A filosofia anticomunista foi difundida e adotada como obrigatória para a permanência na instituição. Os objetivos foram atingidos: as manifestações coletivas de descontentamento praticamente deixaram de existir.

Como resultado desse processo histórico, o sargento da década de 1960 apresentava um perfil completamente diferente daquele de meio século antes: era

profissional, com razoável formação intelectual, pertencia à classe média e possuía consciência de suas potencialidades e limitações.

O segundo capítulo é dedicado aos anos 1960. Apesar do elevado grau de coesão obtido entre os graduados, não foi possível evitar que a conjuntura influenciasse o aspecto disciplinar. A participação política ativa da oficialidade, com divisões na cúpula da Instituição, a forte influência de setores de esquerda em toda a sociedade e a existência de uma legislação obsoleta que restringia direitos básicos aos sargentos fizeram com que praças das Forças Armadas voltassem a manifestar suas reivindicações.

As maiores dificuldades foram sentidas na Marinha e na Aeronáutica. Manifestações de grande vulto em Brasília e no Rio de Janeiro tiveram uma repercussão enorme na mídia e nos meios políticos. O cenário era agravado pela exacerbação da questão, explorada politicamente, tanto pela esquerda com pela direita.

Alguns sargentos do Exército tiveram participação política com relativa expressão no cenário nacional e representavam os interesses dos graduados. Ocorreram diversas reuniões onde a pauta principal era as dificuldades enfrentadas pela categoria.

A questão foi tratada pelas autoridades como disciplinar, havia uma preocupação com a ameaça à hierarquia. A mobilização dos sargentos acabou contribuindo para a adesão de militares à causa golpista. O resultado já é por demais conhecido.

Após tomar o poder, as Forças Armadas trataram de expurgar os dissidentes e buscar novamente a coesão em torno da causa anticomunista. No âmbito do Exército, as punições e expulsões foram concentradas na oficialidade, onde as divisões eram mais consistentes. Na Marinha e na Aeronáutica, a repressão contra praças foi bem mais efetiva.

Novamente, o resultado foi o esperado. São decorridos praticamente 50 anos sem que se tenha conhecimento de manifestação coletiva organizada por parte de praças da Força Terrestre.

O terceiro e último capítulo é uma tentativa de explicar as razões da conduta disciplinada e ordeira com que se comportou a categoria dos sargentos do Exército. Foram realizadas entrevistas que permitiram concluir que havia um elevado grau de satisfação com a profissão. As dificuldades ainda persistiram, bem como as incongruências e tratamentos diferenciados em relação aos oficiais, mas não foram foco de queixas dos depoentes.

As entrevistas demonstram que a ideologia anticomunista serviu de forma bastante eficiente como fator de coesão. A ojeriza ao comunismo, mesmo sem o devido embasamento científico, é presente em todos os depoimentos.

É facilmente perceptível a forte influência das recomendações diárias dos superiores hierárquicos, bem como das amizades, também centradas nos companheiros de caserna, particularmente nos clubes e associações de graduados. A obediência às ordens surge como aspecto inerente à profissão, bem como as diferenças de tratamento proporcionadas pela Instituição.

É interessante a percepção dos entrevistados no sentido de que as ações políticas não lhe diziam respeito. A Instituição tomou aquele posicionamento e cabia ao sargento cumprir as determinações para as quais estava preparado. A disciplina militar inculcada parece ter exercido seu papel de forma consistente.

Ao final será feita uma conclusão, quase como um resumo dos trabalhos anteriormente expostos. De momento, pode-se adiantar que o processo histórico estabelecido permitiu que a Instituição Militar encontrasse um suporte interno adequado

para o exercício de suas atividades políticas enquanto no poder. Durante os governos militares, a questão disciplinar pode ter sido problema em escalões mais elevados: os sargentos foram disciplinados, conscientizados de suas obrigações e cumpridores de seus deveres institucionais.

Não resta dúvida de que, na década de 1960, se a situação dos sargentos fosse diferente, os destinos do Brasil poderiam tomar outro rumo, sobre o qual, evidentemente, não nos cabe especular.

c. Conceitos fundamentais

Antes de estudarmos aspectos internos do Exército, há a necessidade de estarmos cientes de conceitos básicos empregados na caserna e fundamentos sobre o pensamento e ações dos militares.

A definição e as obrigações básicas das Forças Armadas estão delimitadas na Constituição Federal<sup>8</sup>.

CAPÍTULO II  
DAS FORÇAS ARMADAS

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

As constituições anteriores possuem redação bastante semelhante com relação ao assunto. A questão de ser uma instituição nacional permanente, sob a tutela do poder executivo e com a finalidade de defender a pátria e garantir os poderes constituídos é plenamente estabelecida ao longo de todo o processo de construção da identidade brasileira.

---

<sup>8</sup> Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm), acesso em 16 jan. 2013

Chama a atenção o fato de que a hierarquia e disciplina são também citadas como base das Forças Armadas desde as primeiras constituições republicanas. São pré-requisitos para o funcionamento da instituição militar. Este aspecto é de fundamental importância para o entendimento de nossa proposta de trabalho – sem disciplina e respeito à hierarquia, não há Exército da maneira como hoje é concebido. Ao longo deste trabalho, serão estudadas diversas formas encontradas pela Força para que esses pilares fossem estruturados.

Para entender a visão atual das Forças Armadas a respeito do conceito de hierarquia e disciplina, vamos ao Estatuto dos Militares<sup>9</sup>:

### CAPÍTULO III

#### Da Hierarquia Militar e da Disciplina

Art. 14. A hierarquia e a disciplina são a base institucional das Forças Armadas. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.

§ 1º A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou graduação se faz pela antiguidade no posto ou na graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à sequência de autoridade.

§ 2º Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.

§ 3º A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada e reformados.

Portanto, todo militar é posicionado em seu nível hierárquico e é sua obrigação o rigoroso acatamento a essa sequência. A Força impõe essa observância por intermédio de uma rigorosa disciplina, usando métodos que serão abordados nesta dissertação.

O texto citado no Estatuto fala em postos e graduações. Os militares são divididos em dois grandes grupos: oficiais e praças. Posto é o grau hierárquico do oficial, enquanto graduação é a da praça. Ainda segundo o mesmo Estatuto, o oficial é preparado, ao longo

---

<sup>9</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6880.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6880.htm), acesso em 16 jan. 2013.

da carreira, para o exercício de funções de comando, chefia e direção<sup>10</sup>, enquanto os graduados auxiliam ou complementam as atividades dos oficiais<sup>11</sup>.

Sendo assim, as praças estão em nível hierárquico abaixo dos oficiais. Os subtenentes<sup>12</sup>, sargentos, cabos e soldados são praças. Grosso modo, cabe ao sargento<sup>13</sup> coordenar as atividades dos cabos e soldados, para que as determinações dos oficiais sejam cumpridas. Possui, portanto, ascendência hierárquica sobre os mesmos.

Segundo Barroso<sup>14</sup>, o termo sargento tem origem na palavra latim *servientes-armorum*, que eram os serventes das armas, escudeiros ou cavaleiros de categoria inferior que, nos exércitos medievais, serviam à pé ou à cavalo, como voluntários. A visão contemporânea a respeito parece ser semelhante.

Diante dos conceitos expostos, torna-se claro o que a Instituição Militar espera de seu sargento: o rigoroso cumprimento das ordens emanadas, fazendo executar as diretrizes dos comandantes. Subordinado aos oficiais e superior aos cabos e soldados, ele deve ser, ao mesmo tempo, disciplinado e disciplinador, dócil para com os superiores e enérgico para com os subalternos. Uma frase exposta em destaque no pátio central da Escola de Sargentos das Armas exprime com propriedade essa ideia: “sargento, elo fundamental entre o comando e a tropa”. O bom trabalho dos sargentos possibilita a eficiência na ação de comando sobre a tropa.

Reforçando a ideia da separação hierárquica, os militares são divididos em círculos hierárquicos. O Estatuto dos Militares<sup>15</sup>, prevê o seguinte:

Art. 15. Círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre os militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo.

---

<sup>10</sup> Lei 6880, de 09 Dez. 1980. Estatuto dos militares. Cap. II, Seção 3. Art 36.

<sup>11</sup> Lei 6880, de 09 Dez. 1980. Estatuto dos militares. Cap. II Seção 3. Art 37.

<sup>12</sup> Subtenente é a praça mais antiga, chega a esta graduação após cerca de 20 anos de serviço como sargento.

<sup>13</sup> Será usado simplesmente o termo sargentos ao me referir a subtenentes e sargentos.

<sup>14</sup> BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil, Companhia Nacional, 1935. p. 98.

<sup>15</sup> Lei 6880, de 09 Dez. 1980. Estatuto dos militares. Título I, Cap III.



Portanto, a convivência entre militares do mesmo círculo é uma prescrição regulamentar. A regra procura reforçar as amizades entre militares do mesmo grau hierárquico, certamente influenciando numa maior separação entre aqueles de grau diferente. Nas Forças Armadas, os círculos hierárquicos são: dos oficiais gerais, dos oficiais superiores, dos oficiais intermediários, dos oficiais subalternos, dos subtenentes<sup>16</sup> e sargentos e dos cabos e soldados.

A disciplina militar é regida por um conjunto de prescrições estabelecidas no Regulamento Disciplinar do Exército (RDE)<sup>17</sup>. Este especifica as transgressões disciplinares e estabelece normas relativas a punições, comportamento militar das praças, recursos e recompensas. Também delimita a quem cabe o direito de julgar quando um fato deve ser considerado atentatório à disciplina, tarefa que dificilmente é delegada a um sargento.

A respeito das atribuições dos sargentos, o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais<sup>18</sup> preconiza, entre outros dispositivos:

Art. 117. A cada um dos demais sargentos da subunidade incumbe:  
 I - auxiliar na instrução da subunidade e ministrar a que lhe competir, em virtude de disposições regulamentares, programas e ordens;  
 II - participar, ao comandante de pelotão ou seção, tudo que na sua ausência ocorrer com o pessoal; (...)  
 IV - auxiliar o comandante do pelotão ou seção na fiscalização da fiel observância das ordens e instruções relativas à limpeza, conservação e arrumação das dependências; (...)  
 V - conhecer a instrução de sua Arma, Quadro ou Serviço e possuir os principais manuais de instrução e regulamentos necessários ao exercício de suas atribuições;  
 VI - participar as faltas verificadas nas frações de tropa sob seu comando, em qualquer formatura; (...)<sup>19</sup>

É interessante registrar que o papel do sargento está delimitado nas instituições militares desde o seu surgimento. Um exemplo claro dessa afirmação encontra-se em

<sup>16</sup> Ou suboficiais, no caso da Marinha e Aeronáutica.

<sup>17</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4346.htm). A Aeronáutica e a Marinha tem regulamentos disciplinares próprios.

<sup>18</sup> Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/34466481/RISG>. Acesso em 11 mar. 2013.

<sup>19</sup> Para facilitar o entendimento, alguns termos foram transcritos sem as abreviaturas usadas no regulamento e foram omitidas outras atribuições julgadas desnecessárias.

Lemos (1631)<sup>20</sup>, quando ele aborda as qualidades necessárias a um chefe militar das milícias portuguesas:

Obrigação que tem o sargento:

Toca o seu ofício a execução do que se ordenar por seus oficiais maiores, e assim importa que seja muito prático e muito valoroso soldado e muito experimentado em todas as coisas de guerra. (p.56)

Convém que saiba ler e escrever para fazer a lista de soldados da companhia e tê-la na memória. (p.56)

Dissimuladamente há de entrar nas pousadas dos soldados como quem passa por descuidado para ver o que fazem (p.58)

Da mesma forma, a disciplina militar está presente desde as mais tenras organizações armadas. Azevedo<sup>21</sup>, em 1641, abordava o assunto da seguinte forma:

O sargento toca o governo ordinário e manejo da companhia tanto na disciplina dos soldados como na compostura e boa ordem deles. (...)

Quando marchar a companhia irá o sargento compondo as fileiras para que os soldados vão em ordem e não se adiantem uns aos outros, emendando e castigando os descuidos. (...)

Quando estiverem pelejando nas trincheiras, o sargento assistirá em todas as partes, fazendo os soldados disparar para que não se descuidem ou se acovardem. (p.8)

Já no século XVI, Valdes<sup>22</sup> (1591) falava sobre disciplina e abordava técnicas para a sua preservação, as quais ele chamava de “arte militar”:

Como a maior parte dos soldados perde seu tempo em jogos, ama a ociosidade, não tem dedicação, dependerá do poder da arte militar...

Toda arte tem sua teoria, assim como a da milícia. Quem junta a teoria com a prática será melhor. (p.8)

Portanto, a questão disciplinar e as atribuições dos sargentos não constituem nenhuma novidade. As distâncias temporais apresentadas e as semelhanças entre a abordagem dos séculos XVI e XVII e a atual sugerem uma permanência de valores coerente com a apresentação das Forças Armadas feita pela Constituição Federal: instituições permanentes e regulares, baseadas na hierarquia e disciplina.

<sup>20</sup> LEMOS, João Brito de. Abecedário Militar de que o soldado deve fazer para chegar a capitão e sargento-mor. Imprenta por Pedro Craesbeek Impressor Del Rey, Lisboa: 1631. Disponível no acervo de obras raras da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>21</sup> AZEVEDO, Luis Marinho de. Ordenanças militares para a disciplina da milícia portuguesa. Imprenta em Lisboa: 1641. Disponível no acervo de obras raras da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>22</sup> VALDES, Francisco de. Diálogo militar. Imprenta en Madrid: 1591. Disponível no acervo de obras raras da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

d. Outros conceitos importantes

As relações entre militares são fundamentadas na confiança e na presunção da verdade. Ferreira<sup>23</sup> aborda o tema sugerindo que, em virtude do processo de socialização, são incutidos valores com relação à honra, patriotismo e sentimento do dever. Esses fundamentos são assimilados ao longo da adolescência e conduzidos por toda a carreira do militar. Para Mc Cann<sup>24</sup>, honra, dever e disciplina são lemas do vocabulário militar no mundo.

Alguns autores defendem que o Exército procura associar as relações entre subordinados e superiores em moldes similares ao relacionamento familiar. Nessa linha trabalham, entre outros, Costa<sup>25</sup> e Rodrigues<sup>26</sup>. O termo família militar é muito utilizado pelo Exército, bem como “família do Batalhão”, ou “família do Regimento”, obviamente com o seu comandante assumindo, simbolicamente, o papel de pai e protetor, cabendo ao subordinado o respeito e a obediência.

Ainda é pertinente registrar que, como nas famílias tradicionais, o pai é o detentor da verdade. A hierarquização da verdade está diretamente relacionada à questão de honra e dever. Quanto maior o cargo, maior a responsabilidade, maiores as consequências dos atos e também é maior a confiança depositada pela Instituição. A presunção de que a verdade está com o superior hierárquico certamente causa dificuldades para o relacionamento dos sargentos com relação aos oficiais.

Usando a mesma correlação, o pai tem o direito de estabelecer as regras do lar, bem como julgar a aplicar sanções e recompensas quando achar que seus filhos (os

---

<sup>23</sup> FERREIRA, Oliveiros. Vida e morte do partido fardado. São Paulo: Editora SENAC. 2000.

<sup>24</sup> Mc CANN, Frank. Soldados da Pátria. História do Exército Brasileiro 1889-1937. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009. p. 35.

<sup>25</sup> COSTA, Vanda Ribeiro. Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30. In: Revista Ciências Sociais Hoje. 1985. p. 272- 273.

<sup>26</sup> RODRIGUES, Everton Gonçalves. Ruídos e vozes do porão fardado: socialização, imaginário e identidade dos sargentos do Exército Brasileiro. Tese de doutorado em História. Universidade Federal do Paraná. 2013.

subordinados) estejam ou não agindo de acordo com suas diretrizes. Evidentemente, os amparos legais para tais ações impõem restrições, mas deixam margens para interpretações pessoais. O Regulamento Disciplinar do Exército descreve quais são as transgressões disciplinares e sugere quais as respectivas sanções e a quem cabe a competência para aplicá-las. As normas para promoções e reengajamentos exigem pareceres dos comandantes. O poder discricionário é ampliado verticalmente de maneira bastante significativa.

Para Costa:<sup>27</sup>

A vida nos quartéis é prática contínua e permanente de subordinação. (...) A subordinação total é apresentada como forma de solidariedade que permite às ordens do chefe alcançarem o último dos subordinados sem interrupções. (...) O “direito de mandar” se reduz à medida que aumenta a proximidade da base da hierarquia. O “dever de obedecer” atua no sentido inverso. Os que estão na base obedecem a todos os que lhe estão acima. O que está no topo tem o direito de comando sobre todos. A obediência é assim um valor absoluto, princípio vital do Exército. Sem obediência não se mantém de pé a estrutura da organização militar.

Exemplo bem claro sobre o que a Instituição espera de seus componentes está no teor do juramento prestado por todos os militares, quando em seu primeiro ano de serviço:

Incorporando-me ao Exército Brasileiro, prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado, respeitar os superiores hierárquicos, tratar com afeição os irmãos de armas e com bondade os subordinados, e dedicar-me inteiramente ao serviço da pátria, cuja honra, integridade e instituições, defenderei com o sacrifício da própria vida.

O próprio juramento deixa clara a pessoalidade nas relações militares – prometendo cumprir as ordens das autoridades, diferentemente de jurar obediência à constituição, ou aos regulamentos vigentes. Com relação aos subordinados, o termo bondade reforça a ideia de paternalismo, acima discutida. Durante este trabalho será facilmente perceptível que as relações pessoais tem influência decisiva na carreira dos sargentos, bem como no seu desempenho profissional cotidiano.

---

<sup>27</sup> COSTA, Vanda Ribeiro. Op. Cit. p. 261-262.

Além do teor do juramento prestado, as recomendações diárias não deixam dúvida, para o sargento, sobre suas obrigações. Desde que entra no Exército, o jovem sabe das limitações que a carreira vai lhe impor, inclusive aquelas financeiras e pessoais, como transferências para cidades distantes e serviços de escala cansativos. Também sabe que as formas disponíveis para reivindicações são extremamente limitadas. Durante as reuniões, essas características são destacadas constantemente pelos superiores hierárquicos, que procuram realçar aspectos como dedicação, abnegação e subserviência.

Prometer o sacrifício da própria vida em prol de sua nação não pode ser mera retórica. Ao entrar numa força armada, onde a essência é a defesa da pátria e a preparação para a guerra, o militar adquire a consciência de que seu sacrifício pessoal pode ser necessário, e também é lembrado disso com frequência. Nos últimos anos não houve participação brasileira em conflitos de vulto, mas, nos poucos casos, particularmente no envio de efetivos para Forças de Paz da Organização das Nações Unidas, a quantidade de voluntários é bastante expressiva, o que sugere um elevado grau de conscientização nesse sentido.

Para conseguir que seus sargentos aceitem e assimilem com naturalidade essas condições, o Exército se utiliza de recursos dos mais variados. Além dos instrumentos coercitivos previstos nos regulamentos, há um trabalho cotidiano de doutrinação. São usados exemplos de grandes militares, ministradas palestras exaltando a história da Instituição, diariamente são realizados exercícios físicos padronizados, seções de formatura com rituais próprios, exigência de procedimentos como continências e outras demonstrações de respeito.

Um exemplo esclarecedor desse simbolismo é a tropa formada. O ritual militar prevê as praças em forma, com os sargentos ocupando as primeiras fileiras, todos armados de fuzil, realizando os mesmos movimentos treinados cotidianamente. À frente ficam os

oficiais subalternos, que possuem espadas e pistolas, realizando movimentos diferenciados, com relativo destaque. Chefiando um grupamento, encontra-se um capitão, que além da espada e pistola, é acompanhado de um símbolo que caracteriza o comando da fração. Todo esse grupamento é, após uma apresentação formal, chefiado por um oficial superior, que, por intermédio de toques de corneta e honras militares, organiza o desfile para o comandante. Esse comandante recebe a continência de toda a tropa, permanecendo em lugar de destaque durante todo o ritual. É difícil encontrar algo que designe melhor qual a posição de cada um dos componentes na cadeia hierárquica.

Outro conceito importante para a convivência na caserna é a coesão. Evidentemente, numa coletividade onde o uso de armas é a própria essência da atividade, as diferenças internas podem adquirir contornos perigosos. Durante os períodos de maior efervescência política, essas diferenças são amplificadas e atingem aspecto de crise. Ao longo desse trabalho, veremos que o Exército perseguiu, e muito, a ilusão de uma coesão total, com uniformidade de pensamentos. Com relação às praças, o significado prático é bem claro: no campo político, não é permitida qualquer atividade relacionada a uma forma de pensamento que seja diferente da preconizada pelos chefes.

e. A metodologia

Os esforços da pesquisa foram iniciados com base em livros e trabalhos acadêmicos publicados. Grandes historiadores e pesquisadores brasileiros, ao longo de diversos períodos da história nacional, dedicaram páginas à aspectos internos das Instituições Militares. Trabalhos mais antigos tiveram importância, tal como Lima

Figueirêdo<sup>28</sup>, Gustavo Barroso<sup>29</sup> e Hélio Silva<sup>30</sup>. Pesquisadores atuais, como José Murilo de Carvalho<sup>31</sup>, Leonardo Trevisan<sup>32</sup>, Frank McCann<sup>33</sup>, Vanda Ribeiro Costa<sup>34</sup> e Celso Castro<sup>35</sup> tem trabalhos muito influentes na área. Acadêmicos concretizaram teses e dissertações mais especificamente sobre os sargentos, fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho: Everton Gonçalves Rodrigues<sup>36</sup>, Paulo Parucker<sup>37</sup>, e Stefan Freitas dos Santos<sup>38</sup> merecem destaque.

Várias lacunas continuaram existindo. Foram necessárias buscas a periódicos antigos e a fontes primárias. A revista “A Defesa Nacional<sup>39</sup>” foi de fundamental importância. Documentos do Arquivo Histórico do Exército e leis disponíveis no site da Câmara dos Deputados foram consultados, com uma influência decisiva no resultado final do trabalho. Jornais da época complementaram os trabalhos acadêmicos.

A realização de entrevistas, usando-se a metodologia de História Oral, embora não tenha sido o suporte para a maior parte do trabalho, foi excelente instrumento para perceber e registrar pensamentos de sargentos que vivenciaram as transformações na

---

<sup>28</sup> Militar do Exército e historiador, autor de várias obras sobre a Instituição. Destacam-se: Grandes Soldados do Brasil (1939) e Casernas e Escolas (1945).

<sup>29</sup> Advogado, professor, político e historiador, escreveu com relevância sobre a história do Exército. Destacam-se: História Militar do Brasil (1935) e A História Secreta do Brasil (1938)

<sup>30</sup> Jornalista e historiador, autor de diversos livros sobre as relações entre o poder civil e militar. Destacam-se: 1922 - Sangue na Areia de Copacabana (1971), Golpe ou Contragolpe? (1975) e O Poder Militar (1984).

<sup>31</sup> Cientista político e historiador brasileiro. Sobre o Exército Brasileiro, sua principal referência é: Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

<sup>32</sup> Escritor e historiador brasileiro. A respeito da Força Terrestre, destacam-se suas seguintes obras: O pensamento Militar Brasileiro (1985), Instituição Militar e Estado Brasileiro (1987), Obsessões patrióticas (2011).

<sup>33</sup> Historiador norte americano, especialista na atuação do Brasil na 2ª Guerra Mundial. Sua principal obra a respeito do Exército Brasileiro é: Soldados da Pátria, História do Exército Brasileiro 1889-1937. (2007)

<sup>34</sup> Cientista política, especialista em teoria política, estado e instituições. Estudou o Exército e aspectos históricos a respeito dos sargentos em: Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30.

<sup>35</sup> Antropólogo, possui vários livros publicados a respeito do Exército Brasileiro. Destacam-se: O Espírito Militar (1990), A Invenção do Exército (2002) e Antropologia dos Militares (2009).

<sup>36</sup> Sargento do Exército e Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná.

<sup>37</sup> Mestre em História pela UFF.

<sup>38</sup> Mestre em História pelo CPDOC.

<sup>39</sup> Periódico de divulgação interna do Exército, com grande influência na caserna.

caserna desde a década de 1960. Foi a forma de pensar destes militares que permitiu perceber certos detalhes imprescindíveis para o entendimento das questões disciplinares.

Foram realizadas quatro entrevistas com militares que estavam na ativa na década de 1960. Houve a preocupação de procurar sargentos que trabalhavam na tropa (com exceção de um militar, que prestava serviço no Conselho de Segurança Nacional, atividade julgada também de grande interesse), mesmo que em funções administrativas, pois é nos corpos de tropa que as movimentações são mais intensas. Também foram procurados graduados que serviam no Rio Grande do Sul, onde a penetração política aparentemente teria sido mais efetiva.

Trabalhos similares foram muito úteis. Rodrigues<sup>40</sup> realizou uma série de entrevistas durante a produção de sua tese a respeito da formação da identidade dos sargentos ao longo do processo histórico nacional. Duas dessas foram de grande utilidade por serem diretamente relacionadas aos objetivos desta dissertação. A coletânea de livros, resultado de um trabalho de História Oral realizado pelo Exército Brasileiro, a respeito do movimento de 31 de março<sup>41</sup> também foi importante. Nessa obra, alguns sargentos foram questionados e as opiniões expressadas viabilizaram conclusões interessantes, mesmo considerando a possibilidade de direcionamento por parte dos pesquisadores.

O universo dos entrevistados aparentemente foi representativo e permitiu a generalização das diversas conclusões. As respostas seguem uma linha de pensamento muito clara. Há que se considerar que este pesquisador trabalhou por três décadas ao lado de um grande número de sargentos profissionais, o que facilitou o diálogo e o entendimento.

---

<sup>40</sup> RODRIGUES, Everton Gonçalves. Op. Cit.

<sup>41</sup> MOTTA, Aricildes de Moraes. (org). 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.



As entrevistas permitiram o levantamento de valores cultuados, individual e coletivamente. Certas nuances só puderam ser percebidas mediante a análise de aspectos presentes na memória desses cidadãos. Efetivamente, não parece ser fácil explicar uma submissão voluntária a tamanhas restrições. Sem o uso adequado dessa metodologia, a qualidade deste trabalho seria muito comprometida.

Como afirma Frank:

Se diante de uma testemunha ou ator, tenta-se compreender suas motivações, as fontes escritas raramente trazem explicações. O estudo de mobilidade profissional ou geográfica, a análise do percurso de uma carreira, a reconstituição das redes de relações profissionais e mundanas, dificilmente se fazem a partir de fontes escritas. Uma longa e frequentemente enfadonha pesquisa oral é necessária para encontrar todos os fios dessa sociabilidade.

Em segundo lugar, vantagem fundamental e central, as fontes orais revelam melhor do que as fontes escritas a complexidade dos mecanismos da tomada de decisão.<sup>42</sup>

f. O suporte teórico

Durante a realização dessa proposta, usaremos o conceito de instituição total, adotado por Goffman para definir espaços onde indivíduos se concentram e passam a maior parte de seu tempo juntos (podendo ser residência e/ou local de trabalho), e levam uma vida isolada do restante da sociedade<sup>43</sup>.

Para esse autor, quando uma instituição social se organiza de modo a atender indivíduos (internados) em situações semelhantes, separando-os da sociedade mais ampla por um período de tempo e impondo-lhes uma vida fechada sob uma administração rigorosamente formal (equipe dirigente), baseada no discurso de atendimento aos objetivos institucionais, ela apresenta a tendência de “fechamento”, o que vai simbolizar o seu caráter “total”. Esse caráter total da instituição age sobre o internado, de maneira

---

<sup>42</sup> FRANK, Robert, Questões para as fontes do presente. In: Questões para a história do presente, Bauru: EDUSC, 1999. p. 58

<sup>43</sup> Goffman cita instituições militares e a influência de seus preceitos sobre a personalidade de seus indivíduos. GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1996.

que o seu “eu” passa por transformações dramáticas do ponto de vista pessoal e do seu papel social.

Uma hipótese sustentada ao longo desta pesquisa é a de que a Escola de Sargentos das Armas (EsSA), criada em 1945, com a finalidade de melhorar a formação dos sargentos do Exército, funcionou dentro dos parâmetros estabelecidos por Goffman e estas condições foram fundamentais para o estabelecimento de um novo patamar disciplinar para a categoria. Os padrões da sociabilidade militar, adotados desde as mais tenras origens, passaram a ser complementados por uma sólida formação profissional, outrora inexistente. A Escola complementou e aperfeiçoou a assimilação das questões disciplinares por parte dos futuros graduados.

Outra discussão fundamental para esta proposta é o artigo de Celso Castro<sup>44</sup> diretamente relacionado à ideia anterior. Para esse autor, existem diferenças significativas entre aspectos internos das Escolas de Formação de Oficiais e o conceito adotado por Goffman, particularmente no que se refere ao relacionamento entre a classe dirigente (oficiais) e a classe interna (futuros oficiais). Para a escola de sargentos esta diferença é bem menos marcante – a separação entre os oficiais e os futuros sargentos é muito mais intensa e as relações entre dirigentes e internos bem menos cordiais.<sup>45</sup>

Nesse mesmo artigo, Castro usa o termo “instituição totalizante” para o Exército Brasileiro, ao considerar que as obrigações da profissão militar não são restritas aos horários de expediente. As prescrições regulamentares continuam existindo, mesmo durante os momentos de convívio social e familiar, ao longo de toda a carreira. Como as

---

<sup>44</sup> CASTRO, Celso. Goffman e os militares: sobre o conceito de instituição total. Revista Militares e Política. Número 1, 2007. Disponível em: <<http://www.lemp.ifcs.ufjf.br/revista/index.htm>>. Acesso em 09 de out. de 2012.

<sup>45</sup> Castro reconhece que, para o primeiro ano do curso da Academia Militar das Agulhas Negras, o conceito de Goffman é adequado, particularmente em função dos rituais de adaptação, muito semelhantes aos aplicados na Escola de Sargentos das Armas.

relações sociais dos sargentos normalmente são estabelecidas entre eles próprios, a capacidade da Força exercer uma vigilância constante sobre o indivíduo é ampliada. Esta ideia é facilmente perceptível nas entrevistas realizadas, e será bastante explorada ao longo do presente trabalho.

As propostas de Michel Foucault<sup>46</sup>, a respeito do controle do discurso e das técnicas de aplicação da disciplina serão, também, de extrema utilidade. Para esse filósofo, a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que tem por função limitar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório e evitar sua materialidade. Numa sociedade como a nossa, os procedimentos de exclusão são ligados à política e ao poder.

No Exército Brasileiro, o controle do discurso é intenso. A hierarquia rigorosa restringe a ação do sargento aos seus poucos subordinados, além de formatá-la de acordo com as diretrizes das autoridades. O sargento exerce o seu papel com eficiência ao reproduzir o discurso padronizado pelos escalões superiores – e os instrumentos existentes para fazer com que seja assim são extremamente poderosos.

Foucault acrescenta que a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela o atualiza e fixa seus limites de acordo com um padrão de regras estabelecidas. A disciplina é um suporte utilizado intensamente para a modelagem de discursos na caserna.

Ainda para Foucault, disciplina é uma modalidade que implica uma coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado. Ela é exercida por um código de controle que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço e os movimentos. Esse método permite o controle minucioso das operações do

---

<sup>46</sup> FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso, São Paulo: edições Loyola, 2009.

corpo, realiza a sujeição constante de suas forças e lhe impõe uma relação de docilidade-utilidade.

[...] o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; ...<sup>47</sup>

Mesmo utilizando palavras e conceitos diferentes, a abordagem de Foucault sobre disciplina é muito próxima daquela proposta pela instituição militar em seus regulamentos. As ações realizadas pelo Exército no campo disciplinar, durante o período em estudo, foram dentro desse padrão, coerentes com os valores cultuados pela instituição e considerados suporte de seu funcionamento.

Essa visão sobre disciplina foi base para este trabalho. A assimilação a que os sargentos foram submetidos, durante o período analisado, foi inserida dentro desse espectro. De acordo com os estudos realizados, o Exército, dentre outras ações, criou a Escola de Sargentos das Armas com o objetivo de fazer dela uma instituição nos moldes analisados por Goffman, e empregando as técnicas de imposição disciplinar apresentadas por Foucault. A passagem do futuro sargento pela escola cria um militar adestrado, um corpo dócil. A complementação dessa formação se dá por intermédio da padronização e controle do discurso, dentro do cenário de uma instituição totalizante, como nos apresentou Castro.

Será utilizada a ideia de Braudel de que a história econômica e social deve ser interpretada colocando-se em evidência a longa duração. A história não é somente factual, não se restringe ao evento. Há a necessidade de estudos de longa duração para

---

<sup>47</sup> FOUCAULT Michel. Vigiar e Punir, o nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 115.

compreendermos o papel histórico dos atores e entendermos as nuances que envolvem os fenômenos em sua plenitude.

Todo trabalho histórico decompõe o tempo decorrido, escolhe entre suas realidades cronológicas, segundo preferências e opções exclusivas mais ou menos conscientes. A história tradicional, atenta ao tempo breve, ao indivíduo, habituou-nos há muito tempo à sua narrativa precipitada, dramática, de fôlego curto. (...) Hoje há, assim, ao lado do relato (ou do recitativo tradicional), um recitativo da conjuntura que põe em questão o passado por largas fatias...<sup>48</sup>

Braudel nos apresenta uma possibilidade de que o mais importante, como objeto de análise, é todo o processo de construção dos acontecimentos, que ocorre, normalmente, ao longo de décadas, ou até mesmo períodos mais amplos. Portanto, estudar os acontecimentos que envolveram os sargentos na década de 1960, requer leituras de períodos anteriores, onde transformações significativas ocorreram, particularmente no campo disciplinar.

Na mesma linha de raciocínio, o autor fala em tendência secular e do uso da palavra estrutura, entendida como uma organização, uma coerência, com relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Certas estruturas tornam-se elementos estáveis por uma infinidade de gerações, atravancando e incomodando a história, comandando seu escoamento.

Partiremos do pressuposto de que as Forças Armadas são estruturas seculares (ou mesmo milenares), onde a imposição da disciplina se fez de modo peculiar desde suas tenras origens. Os registros sobre técnicas de imposição da disciplina são inúmeros, desde os primeiros exércitos da idade antiga, passando por espartanos e romanos, chegando às forças de Napoleão ou de Hitler. A disciplina é, ao longo da história, fator preponderante para a estrutura dos exércitos.

---

<sup>48</sup> BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: Escritos sobre a História. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 44

A compreensão sobre o que aconteceu com os sargentos nos anos 1960 ficaria muito limitada caso não fosse levado em consideração o entendimento de que disciplina é um conceito absoluto e praticamente imutável. Sem disciplina não existe força armada nos moldes conhecidos até hoje. O que muda ao longo do tempo são somente as formas adotadas para o atingimento desse requisito.

As obrigações dos militares e os processos disciplinares internos das forças militares parecem ter resistido ao tempo e terem se modificado muito lentamente. As técnicas de imposição disciplinar tradicionais continuam existindo, fundamentadas em ações cotidianas, como gestos de respeito, formaturas, recomendações e exercícios repetitivos.

No entanto, Braudel também nos coloca que as estruturas são abaladas em momentos de crise, onde os fatos geradores de mudanças adquirem ritmos acelerados. O modelo, assim, tem duração variável: valem o tempo que vale a realidade que eles registram<sup>49</sup>. E a realidade da estrutura extremamente conservadora do Exército passou por mudanças de grande profundidade em meados do século passado, com consequências muito importantes para os sargentos.

Nesse período, fatos que serão analisados nesta dissertação trouxeram a necessidade de o Exército se adaptar a adotar ações diferenciadas para seus graduados. Esse processo transformou significativamente a questão da imposição disciplinar sobre essa categoria de militares, com reflexos evidentes nas atitudes adotadas nos anos 1960.

Outra contribuição significativa emerge do texto “a geração”, de Sirinelli<sup>50</sup>. É apresentada uma proposta em que o uso do termo geração como instrumento de estudo

---

<sup>49</sup> BRAUDEL, Fernand. Op. Cit. p. 68

<sup>50</sup> SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV Editora. 1996. p. 131-137

da história é válido sob certas circunstâncias. A existência de um fato inaugurador, que gere outros acontecimentos derivados, cria condições para o estabelecimento de uma nova auto representação e autoproclamação para um grupo particular da comunidade nacional. Nesse momento surge uma nova geração-padrão.

Associando Sirinelli a Braudel, chegamos a um modelo que se pretende usar ao longo deste trabalho: fatos importantes criaram um novo padrão de comportamento por parte dos sargentos do Exército a partir da década de 1940. Foram rompidas características de longa duração e estabelecidas novas condições, o que resultou no estabelecimento de uma nova geração, com novos valores cultuados e diferentes formas de atuação.

g. Observações pessoais

O volume de documentos que tratam sobre o período em que o Exército esteve no poder é muito grande. Os trabalhos acadêmicos sobre sua atuação enquanto no governo são abundantes. Na sua grande maioria assumem uma atitude absolutamente crítica, concentrando-se principalmente nos excessos cometidos. Não é essa a proposta aqui apresentada.

Este trabalho não pretende ser uma espécie de voz dos sargentos, onde eles possam expressar seus ressentimentos com relação a possíveis condutas questionáveis. Bem como não visa a estabelecer juízo a respeito das ações tomadas pela Instituição Militar. Nos parece evidente que os aspectos estudados encontrarão pelo menos duas linhas de avaliação: aquela que considera os sargentos como vítimas de uma sistemática injusta e desigual e aquela que reconhece a necessidade de uma força militar agir com rigor adequado, para manter a disciplina em meio a um ambiente armado.

Se, por um lado, não se pretende estabelecer juízo, por outro, há que se considerar que este pesquisador, embora na inatividade, continua sendo Oficial do Exército e

trabalhou com a sistemática aqui analisada por cerca de trinta anos. É evidentemente impossível deixar de associar os conceitos adquiridos ao longo de todo o processo de formação profissional ao resultado final da pesquisa.

Ainda considerando esse mesmo aspecto, é importante salientar a dificuldade de conciliar as convicções obtidas na caserna com a atividade de historiador. O historiador precisa ir fundo, pesquisar e dissecar evidências que podem até mesmo ferir seus sentimentos. As ligações pessoais com Exército não podem cegar a ponto de não registrar aspectos que possam até denegri-lo, ainda mais considerando o período em estudo, onde atos de exceção são objeto de muita contestação por parte do meio acadêmico. Procurou-se ser um profissional de história, o máximo possível.

É interessante registrar que os trabalhos para esta pesquisa foram iniciados a partir de uma premissa errada. As ideias iniciais foram mudando à medida que a profundidade dos estudos foi sendo ampliada. Ao início, a suposição era de que havia um descontentamento generalizado por parte dos sargentos do Exército no início da década de 1960, fato que motivou diversos processos reivindicatórios que feriam a hierarquia e geraram uma reação extremamente enérgica da Força, a qual eu já havia denominado “choque de disciplina”.

Surpreendentemente, os trabalhos mostraram que esse processo de imposição hierárquica foi muito anterior aos fatos estudados. Quando dos episódios que antecederam a 1964, a situação disciplinar, no âmbito das praças do Exército, era muito mais estável do que se supunha anteriormente. Os grandes problemas disciplinares foram encontrados nas outras forças, dentre os quais se destacam a revolta dos sargentos de Brasília (basicamente entre graduados da Aeronáutica) e Revolta dos Marinheiros, já em março de 1964. O Exército foi, inclusive, usado em ambos os casos nas ações necessárias para a contenção dos movimentos.



As manifestações de descontentamento dentro do Exército eram expressadas por representantes isolados, envolvidos pelo cenário político vigente. Os clubes e associações de sargentos tiveram uma participação significativa, mas em nenhum momento foi percebida uma tomada de atitude mais radical, no sentido de enfrentamento coletivo explícito.

Da mesma forma, as reações institucionais foram proporcionais. A quantidade de sargentos do Exército excluídos ou presos foi pouco expressiva, bem menor do que se imaginava inicialmente. Se houve algum momento em que a expressão “choque de disciplina” foi adequada, este ocorreu décadas antes de 1964.

A questão dos sargentos foi extremamente relevante para a História do Brasil. Conforme depoimento das autoridades militares, que serão estudados, talvez este seja o principal fator motivador do golpe de estado. A ameaça de quebra da hierarquia era vista com ojeriza pela cúpula militar.

No entanto, este trabalho mostra que a questão foi superestimada. Uma análise detalhada deixa claro que aspectos disciplinares, durante períodos anteriores (em particular durante a década de 1930), já haviam passado por patamares bem menos estáveis. A intensa exploração de fatos que, por si só, não teriam grande relevância, é que foi a geradora da polêmica. A mídia e facções políticas colocavam qualquer evento com sargentos, ou outras praças, em destaque.

Difícil precisar a quem interessaria esta supervalorização da questão disciplinar. A esquerda tinha claras intenções de demonstrar força política, inclusive dentro das Forças Armadas. A direita poderia usar esse tipo de argumento, como o fez, para justificar uma intervenção e impulsionar um golpe de estado. Hoje, sabe-se do resultado.

A título de ilustração: como pode uma reunião social de militares, cujo objetivo era prestar uma homenagem ao seu chefe supremo, ser considerado um ato de

indisciplina? Não fosse a conjuntura política e a forte exploração ideológica, tal fato poderia ser aceito com naturalidade e ter uma repercussão apenas pontual.

O fato a seguir reforça a ideia de que o panorama disciplinar entre os sargentos foi pacífico, particularmente após 1964. Em março de 2012, este pesquisador participou de uma reunião no CPDOC, onde houve uma apresentação e lançamento do livro de Maud Chirio<sup>51</sup> sobre as atividades políticas de oficiais superiores e intermediários durante os governos militares. Foi perguntado sobre o porquê da ausência dos sargentos em seus estudos. A resposta da autora foi a seguinte: - não encontrei relato algum sobre mobilização política de sargentos durante os governos militares, mesmo após várias buscas.

As atividades desta pesquisa ratificam a afirmação daquela historiadora. Mesmo após a realização de entrevistas e de uma vasta pesquisa histórica, não foi encontrado sequer vestígio de mobilização de sargentos após 1964.

Seguindo essa linha de raciocínio, parece lógico entender que não houve nenhuma fórmula mágica que tornaria os sargentos disciplinados da noite para o dia. Foi um processo, longo e repleto de incidentes, que será analisado por este trabalho.

É válido registrar a dificuldade em encontrar fontes a respeito da história dos sargentos. Essa história não foi escrita, os trabalhos sobre o assunto são escassos e abordam fatos isolados. Houve a necessidade constante de serem buscadas fontes primárias, o que requer uma grande disponibilidade de tempo e disposição.

O resultado está nas próximas páginas.

---

<sup>51</sup> CHIRIO, Maud. A política nos Quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar. 2012.

## Capítulo 1

### ANTECEDENTES

*“Está claríssimo que o sargento deve ser formado no corpo de tropa, sargentão rude e pouco instruído, mas incapaz de se considerar em condições de se meter em política e com impossibilidade de se ter articulação em âmbito nacional, (...) o melhor é optar pelo sargento rude, que se julga muito honrado em sustentar uma divisa no braço e tem verdadeiro amor ao corpo de tropa, onde foi feito e ficará até atingir a reserva.”*

*General Olímpio Mourão, 1963*

#### a. Antecedentes remotos

Após a independência, o Exército Brasileiro preservou algumas das características das milícias portuguesas. Uma delas, particularmente durante o período imperial, mas ainda de forma consistente nos primeiros anos republicanos, foi a composição de sua alta oficialidade pelas camadas mais influentes do estrato social. Assim, as patentes mais elevadas eram ocupadas por pessoas da nobreza, indicadas por políticos, atendendo os interesses da classe dominante<sup>52</sup>.

Por outro lado, as praças eram oriundas dos setores mais humildes da sociedade. O recrutamento era realizado sob condições bastante desfavoráveis, normalmente em caráter obrigatório, muitas vezes como pena por crimes cometidos. Segundo Gonzales<sup>53</sup>, é consenso entre alguns pesquisadores que o recrutamento militar no Brasil, nos séculos XVIII e XIX, sustentou-se numa estrutura de negociações, privilégios, repulsa e perseguições. As recusas e, até mesmo, as ojerizas com relação ao serviço militar

---

<sup>52</sup> Uma abordagem sobre o assunto encontra-se em: CARVALHO, José Murilo. Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: CARVALHO, José Murilo. Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

<sup>53</sup> GONZALES, Selma Lúcia de Moura. A territorialidade militar terrestre no Brasil: os Tiros de Guerra e a estratégia da presença. Tese de doutorado em Geografia. São Paulo: USP. 2008.

nortearam algumas decisões do governo. Essa atividade carregava em si um sentido de castigo ou punição àqueles considerados desocupados.

Até as últimas décadas do século XIX, o quadro de pessoal permanecia com essa composição. Os sargentos do Exército tinham a reputação de levar uma vida desregrada. Formavam uma sociedade hermética, na qual o excesso de álcool, o jogo e a violência familiar irrompiam com frequência. As condições sociais inadequadas traziam reflexos diretos sobre a situação disciplinar da tropa.<sup>54</sup> O soldo e as gratificações bastavam apenas para satisfazer as necessidades mais básicas. As diferenças salariais entre oficiais e praças eram enormes<sup>55</sup>. A rotina diária era permeada por largos momentos de ócio. O tratamento dispensado pela Instituição era, em diversos momentos, pouco adequado.

A disciplina era mantida por intermédio da aplicação de penas das mais variadas. Castigos físicos, transferências para lugares inóspitos e privações da liberdade eram as punições mais frequentes. Figueirêdo<sup>56</sup> (1945) descreve uma das sanções mais comuns:

A tropa reunia-se no pátio do quartel. Em regra, constituía-se com ela um grande retângulo, voltados os homens para o centro. O delinquente era trazido do xadrez e colocado, dorso nu, no centro desse quadrado, onde já se achavam vários corneteiros, dois dos quais munidos de espadas flexíveis e sem corte. “Vamos!” grita o comandante. Os dois castigadores alçam as lâminas, trazem os bustos para trás, no intuito de aumentar a força das pancadas. O soldado que sofre o castigo torce-se, grita, mete as mãos para trás para amortecer o choque, mas os outros corneteiros recebem logo ordem de imobilizá-lo. A surra continua...

Figueirêdo ainda afirma que as espadas de prancha foram sendo substituídas por varas de marmeleiro, a que chamavam “varas de marmelo”, e que ainda muito depois da

---

<sup>54</sup> McCANN, Frank. Soldados da Pátria, História do Exército Brasileiro 1889-1937. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009. p. 116.

<sup>55</sup> Em 1897, 5.000 praças receberam 21:600\$000, enquanto foram pagos 595:200\$000 a cem altos oficiais e 624:960\$000 para 372 tenentes. Fonte: Mc Cann, Op. Cit. p. 115.

<sup>56</sup> FIGUEIRÊDO, Lima. Casernas e Escolas. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, Gráfica Laemmert. 1945. p.79.

República, estas continuavam a ser usadas como recurso para manter a boa ordem no recinto das companhias<sup>57</sup>.

A situação disciplinar era bastante delicada. As palavras do major Leslie Baker (apud McCann), adido militar dos Estados Unidos no Brasil durante a década de 1930<sup>58</sup>, são uma visão clara e imparcial sobre o assunto:

As praças fazem o que bem entendem, recusam detalhes que lhes desagradam, etc. Não há reconhecimento pelas praças da autoridade constituída. Os soldados são ignorantes e analfabetos e facilmente persuadidos a tomar parte em levantes, seguindo seu comandante imediato sem saber porque.

Os motins e levantes eram quase rotineiros, normalmente associados às condições de trabalho inadequadas. As reivindicações oscilavam entre aspectos pontuais, tais como qualidade ruim da alimentação, até problemas bem mais abrangentes, como salários inadequados ou formas de tratamento indesejadas. A maior destas revoltas ocorreu na Vila Militar, no Rio de Janeiro, em 1915, quando 256 sargentos foram presos, expulsos do Exército e levados para o norte, nordeste ou Rio Grande do Sul.<sup>59</sup>

A ascensão à graduação de sargento ocorria por intermédio de uma seleção entre os considerados melhores soldados e a realização de um curso de capacitação, de curta duração, na própria unidade onde o mesmo havia incorporado. A formação profissional era baseada na experiência do militar na própria caserna. As iniciativas de criação de escolas de formação para sargentos eram isoladas e para um efetivo reduzido. Os critérios para seleção e promoção eram extremamente influenciados por questões pessoais, havendo a necessidade de indicação, tornando o sargento uma figura fortemente vinculada e dependente dos “favores” dos oficiais<sup>60</sup>.

---

<sup>57</sup> FIGUEIRÊDO, Lima. *idem*. p. 80.

<sup>58</sup> McCANN, Frank. *Op. Cit.* p. 299.

<sup>59</sup> McCANN, Frank, *idem* p. 233.

<sup>60</sup> RODRIGUES, Everton Gonçalves. Ruídos e vozes do porão fardado: socialização, imaginário e identidade dos sargentos do Exército Brasileiro. Tese de doutorado em História. Curitiba: Universidade

Havia uma grande proximidade entre os sargentos e seus subordinados, provavelmente porque as promoções se davam no âmbito da própria unidade militar, tornando-se inevitável a manutenção de laços afetivos com companheiros. As diferenças salariais também não eram consistentes. Havia uma clara distinção somente entre oficiais e praças. A promoção a sargento era a natural continuidade da carreira do cabo, e este, do soldado.

Os oficiais responsáveis pela revista A Defesa Nacional<sup>61</sup>, em 1920, faziam o seguinte diagnóstico sobre os sargentos:

Não há quem conheça tropa e nela tenha trabalhado que não sinta a decadência do atual quadro de sargentos. Não é que os sargentos sejam piores, é que as exigências aumentaram e eles progrediram pouco, é que o recrutamento se torna cada vez mais difícil, é que as qualidades de um bom sargento exigem melhores horizontes, mais futuros e garantias que não podemos dar...<sup>62</sup>

Sobre as condições de recrutamento e formação, o quadro era o seguinte:

O recrutamento de graduados pelo atual processo, além de deixar muito a desejar pela sua deficiência, não satisfaz também por não permitir tão cedo o completo preenchimento das vagas atualmente existentes. Aos oficiais nos corpos, onde muitas vezes é o único instrutor (*sic*), falta-lhe tempo para poder preparar cabos e sargentos das praças que se destacam na instrução e precisam constituir uma turma a parte.<sup>63</sup>

A solução, no entanto, já era conhecida:

É preciso que se lhe dê o ensino secundário indispensável, que se lhe ensine minuciosamente o exercício da função (...)

Para resolver esse importantíssimo problema, a solução é, incontestavelmente, a escola de sargentos (...)

A escola é o principal, a escola é o grande passo, mas não é tudo (...)

A ação da escola de sargento precisa ser completada com as vantagens e garantias necessárias à sanção de suas exigências:

- promoção só para os que tem curso;
- aumento dos vencimentos;
- uniforme mais elegante e distinto;
- que se admita o tempo de serviço indeterminado;
- que a baixa só possa ser realizada com o seu aproveitamento em cargo público;
- que se lhes permita casar depois dos 25 anos de idade.<sup>64</sup>

---

Federal do Paraná. 2013.

<sup>61</sup> Revista mensal de ampla difusão interna, editada a partir de 1913.

<sup>62</sup> KLINGER, Bertoldo; PESSOA, Pantaleão; COSTA, Maciel da. Editorial, in: A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, n. 84. 10 Jul. 1920.

<sup>63</sup> KLINGER, Bertoldo; PESSOA, Pantaleão; COSTA, Maciel da. Editorial, in: A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, n. 84. 10 Jul. 1920. p. 255.

<sup>64</sup> KLINGER, Bertoldo; PESSOA, Pantaleão; COSTA, Maciel da. Editorial, idem.

É facilmente perceptível que o comando do Exército tinha a clara noção das dificuldades enfrentadas pelos sargentos e das condições inadequadas que lhes eram impostas. Os protestos não ocorriam sem motivo.

Embora não seja objeto deste trabalho, é válido registrar que a situação disciplinar era reflexo da precária operacionalidade do Exército. O governo federal procurava minimizar a força política da Instituição Militar, reduzindo verbas e efetivos<sup>65</sup>. Os governos estaduais priorizavam as suas polícias militares, que possuíam um forte arsenal, a ponto de colocar em risco a integridade territorial nacional<sup>66</sup>. Os resultados lamentáveis após as ações em Canudos e no Contestado trouxeram à luz a necessidade de melhorias.

Portanto, podemos afirmar que, nos primeiros anos do século XX, as condições sociais dos sargentos eram impróprias e as manifestações de descontentamento ocorriam com alguma frequência. Tais fatos estavam diretamente relacionados com a delicada situação operacional e disciplinar da Instituição Militar.

#### b. Mudanças relevantes

Ciente das dificuldades vividas pela Força, o comando do Exército, a partir do início do século XX, passou a adotar uma série de medidas no sentido de melhorar suas condições operacionais<sup>67</sup>. As mudanças foram mais intensas a partir da assunção de Hermes da Fonseca como Ministro da Guerra (1906-1909) e, posteriormente, como Presidente da República (1910-1914).

---

<sup>65</sup> Uma obra que retrata com detalhes a situação operacional do Exército nesta época, bem como as causas dos problemas, analisando também as questões políticas: TREVISAN, Leonardo. Obsessões patrióticas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 2011.

<sup>66</sup> Um exemplo claro dessa afirmação está na revolta em São Paulo em 1932, quando as forças policiais paulistas opuseram-se às forças federais.

<sup>67</sup> É pertinente observar que, de 1894 a 1897, funcionou, em condições precárias, na área da Fortaleza São João, Rio de Janeiro, uma Escola de Sargentos, porém, sem consequências relevantes.

As primeiras ações envolveram reformas no ensino militar, procurando voltar as instruções para a prática. As escolas militares formavam oficiais conhecidos como científicos, com grandes conhecimentos teóricos e pouca habilidade operacional<sup>68</sup>. Nesse momento, a melhoria das condições dos sargentos, aparentemente, não era considerada como questão relevante.

Uma das ações com maiores consequências foi a condução de oficiais para a Alemanha<sup>69</sup>, em 1904, 1906 e 1908, no intuito de assimilarem modernas táticas de guerra. Esses militares foram extremamente influentes nas mudanças que seriam implementadas. O contato com exércitos mais evoluídos lhes trouxe uma experiência que os colocava como verdadeiros revolucionários dentro da Força, contrastando com o conservadorismo até então vigente<sup>70</sup>.

Uma afirmação que caracteriza bem o pensamento da oficialidade mais conservadora partiu do General Setembrino de Carvalho<sup>71</sup>: “uma praça analfabeta com uma ‘memória virgem’ aprendia e recordava suas obrigações mais facilmente que outra com alguma educação”<sup>72</sup>. Os oficiais mais novos passaram a pensar e agir de maneira diferente.

O primeiro resultado foi a conscientização da necessidade de grandes transformações. Para isso, a criação da revista *A Defesa Nacional*, em 1913, trouxe uma contribuição significativa – sua divulgação ampla e seus artigos voltados para a modernização modificaram a mentalidade de grande parte dos oficiais.

---

<sup>68</sup> TREVISAN, Leonardo. Op. Cit. Cap. 4.

<sup>69</sup> Esses oficiais passaram a ser chamados de “jovens turcos” em referência às modificações realizadas pela baixa oficialidade no Exército daquele país.

<sup>70</sup> McCANN. Op. Cit. p. 298

<sup>71</sup> Setembrino de Carvalho foi Ministro da Guerra de 1922 a 1926.

<sup>72</sup> McCANN. Op. Cit. p. 298.



A visão da oficialidade mais nova, com relação aos sargentos, aparentemente passou a influenciar a cúpula militar no sentido de introduzir modificações. Já nos primeiros números, A Defesa Nacional publica um artigo em que se sugere a necessidade de serem criadas melhores condições para que os sargentos permaneçam nas fileiras do Exército e possam assumir a condição de instrutores de cidadãos<sup>73</sup>.

Uma das primeiras reformas foi no sentido de treinar os subordinados – cabos e sargentos, para que estes, por sua vez, pudessem treinar os recrutas. Essa medida contribuiu para a diminuição da marginalização dos sargentos. A nova forma de pensar os colocava como instrutores, substituindo os oficiais em algumas atribuições.

Em 1916, foi criada a Escola de Sargentos Instrutores, na Vila Militar do Rio de Janeiro, coerentemente com a nova orientação a ser implementada. A principal finalidade era formar praças para compor o quadro de instrutores que chefiariam os recentemente criados tiros-de-guerra. Os tiros-de-guerra consistiam em pequenas unidades, espalhadas pelos municípios onde havia dificuldade de se cumprir o Serviço Militar Obrigatório, particularmente nos interiores mais distantes. Faziam parte do projeto estimulado por Olavo Bilac, no sentido de aproveitar o Exército como construtor da cidadania nos diversos rincões do país<sup>74</sup>. A proposta inicial previa que as instruções fossem ministradas por tenentes a serem destacados, porém, a insuficiência no número de oficiais levou o Exército a preparar sargentos para essa missão, algo inimaginável poucos anos antes.

A partir de 1919, a Missão Militar Francesa passou a ministrar instruções aos militares do Exército Brasileiro, ao mesmo tempo em que foram adquiridos modernos

---

<sup>73</sup> A Defesa Nacional n. 4, 10 out. 1913. p. 136

<sup>74</sup> GONZALES. Selma Lúcia de Moura. Op. Cit.

armamentos empregados na 1ª Guerra Mundial. A operacionalidade de Instituição melhorava a passos largos.

Paralelamente, foram adotadas, pelo Exército e pelo Governo, outras medidas burocráticas importantes. Assim, em 1908<sup>75</sup>, foi estabelecido o Serviço Militar Obrigatório (embora não tenha inicialmente funcionado a contento). Em 1916, entrou em vigor um novo Regulamento Interno e de Serviços Gerais (RISG), com várias prescrições sobre disciplina<sup>76</sup>. Em 1918 foi extinta a Guarda Nacional. Em 1920<sup>77</sup> foi criado o novo Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), separando-o das prescrições diárias, agora ajustadas exclusivamente pelo RISG. Os efetivos foram aumentados<sup>78</sup> e foram construídas novas e modernas instalações militares<sup>79</sup>. As polícias estaduais passaram a ser consideradas forças auxiliares e fiscalizadas pelo Exército. Para servir de estímulo à tropa, Caxias foi elevado à categoria de patrono e maior exemplo a ser seguido e sua data de nascimento passou a ser oficialmente considerada o “Dia do Soldado”<sup>80</sup>.

Embora o impacto dessas medidas seja de extrema relevância, com relação aos aspectos sociais referentes aos sargentos as atitudes mais efetivas tardaram um pouco mais. As ações pontuais, adotadas na década de 1910, tinham o foco restrito à necessidade de treinamento e capacitação técnica para a operação de equipamentos bélicos e de

---

<sup>75</sup> Lei nr 1860, de 04 de janeiro de 1908, disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1860-4-janeiro-1908-580934-norma-pl.html>. Acesso em 02 mar. 2013.

<sup>76</sup> Para Trevisan o novo RISG era um choque de perspectiva no sentido de disciplina para um Exército que ainda na década de 1910 aplicava castigos corporais. TREVISAN, Leonardo. Op. Cit. p. 143.

<sup>77</sup> MORAIS, Ronaldo Queiroz de. Do Exército Moderno à República Militar: Caserna, Política e Tensão (1913-1977). Tese (doutorado)-Universidade de São Paulo, 2009. p.177

<sup>78</sup> O efetivo em 1920 era cerca de 30.000 homens, passou a 93.000 em 1940. Fonte: Mc Cann, Frank. Op. Cit. p. 236.

<sup>79</sup> Ainda no governo Hermes da Fonseca foram concluídas diversas obras na Vila Militar de Deodoro e o Hospital Central do Exército. Pandiá Calógeras criou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, construiu e modernizou várias unidades em diversas localidades.

<sup>80</sup> Um estudo sobre a adoção dos patronos e seus efeitos sobre a tropa está em: CASTRO, Celso. A invenção do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002.

transmissão de conhecimentos aos recrutas. Os problemas de cunho social continuaram sem solução.

As condições de trabalho da grande maioria dos sargentos aparentemente sofreram poucas mudanças. No relatório de trabalhos de Estado-Maior de 1923, seu chefe, General Tasso Fragoso, escreveu que seria impossível levá-los em consideração nas promoções regulares, porque não tinham instrução suficiente sequer para assegurar legalmente sua continuidade como sargentos. Além disso, a nação não podia aceitar o encargo de assumir a responsabilidade de proteger as famílias dos sargentos dos batalhões, porque no dia que esta circunstância lhe fosse imposta não haveria inferior que não se casasse.<sup>81</sup>

Essa situação paradoxal, na qual investia-se na qualidade intelectual das praças, sem fornecer uma melhoria em seu padrão social, trouxe consequências. A conscientização dos sargentos a respeito de sua condição precária gerou uma série de protestos de proporções significativas. Durante a década de 1930, os registros de motins e revoltas foram frequentes. Como ilustração, citamos<sup>82</sup>:

- em janeiro 1931, sargentos do 5º Regimento de Infantaria, em Lorena-SP, exigiram a deposição do seu comandante.

- ainda em janeiro de 1931, sargentos do 3º Regimento de Infantaria, no Rio de Janeiro, tentaram apelar diretamente a Vargas, também para a deposição de seu comandante.

- em maio de 1932, houve uma rebelião de sargentos no 18º Batalhão de Infantaria Ligeira, no Mato Grosso.

---

<sup>81</sup> Relatório dos trabalhos de Estado-Maior, 1923. p. 6. Apud Mc Cann. Op. Cit. p. 232.

<sup>82</sup> McCANN. Op. Cit. p. 399

- de 29 a 31 de outubro de 1932, houve uma revolta no 31º Batalhão de Infantaria Ligeira, em Recife-PE.

Para Rodrigues<sup>83</sup>, os movimentos da década de 1930 podem ser tomados como um exemplo de como a identidade do grupo havia se solidificado, a ponto de, independente de cooptações políticas, lutarem por melhores condições de trabalho.

No entanto, fica claro que o quadro político-social agitado dos anos 20 e 30 contagiou militares. Dentre as diversas correntes políticas, duas eram objetos de discussões, com maior ênfase, dentro da caserna – os movimentos tenentista e comunista. Carvalho (2005)<sup>84</sup> afirma que, durante a Primeira República, o Exército lutou intensamente para tornar-se uma organização nacional e que as transformações organizacionais se deram em meio ao envolvimento político dos militares, havendo uma influência mútua entre esses dois fenômenos.

Os sargentos evidentemente estavam inseridos nesse cenário. Muitos deles participaram das diversas manifestações tenentistas. As motivações de caráter político completavam o cenário de falta de coesão e disciplina. As reações demonstraram a insatisfação dos sargentos com suas condições de trabalho. Não havia estabilidade e assistência social, os salários eram considerados baixos, as promoções e reengajamentos seguiam critérios duvidosos.

Sobre o tenentismo, Carvalho (2005) afirma que o papel dos oficiais subalternos tem sido exagerado, como parte da mitologia criada em torno do movimento. Um exame cuidadoso mostra a importância da atuação dos sargentos nos diversos levantes.<sup>85</sup>

---

<sup>83</sup> RODRIGUES, Everton Gonçalves. Op. Cit.

<sup>84</sup> CARVALHO, José Murilo. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.

<sup>85</sup> CARVALHO, José Murilo. *idem*. p. 62.

Diante dos protestos, as evidências de que havia necessidade de uma reformulação ficaram claras. O Exército passou a adotar ações específicas, voltadas para estes militares. No início da década de 1930, parece ter ocorrido uma relativa elevação do prestígio dos sargentos, possivelmente como reconhecimento pelo papel desempenhado pelas praças na Revolução<sup>86</sup>. Em 1930, foi aumentada a possibilidade de estabilização na carreira<sup>87</sup>, permitindo que as praças com mais de dez anos de serviço permanecessem na ativa até completar os 25 anos, sem necessitar de reengajamento. Ainda em 1930, muitos sargentos foram promovidos a segundo-tenente, amparados por uma legislação de 1926<sup>88</sup>, que permitia esta promoção aos que praticarem atos de comprovada bravura. Em 1933 foi criado o posto<sup>89</sup> de subtenente, (com características específicas onde o militar deixava de ser sargento, porém não era oficial).

Os sargentos tiveram também uma participação efetiva na Revolução de 1930.

Segundo Carvalho (1982):

Tanto no Sul como no Nordeste, os tenentes pouco teriam conseguido sem o apoio dos sargentos, que eram os que efetivamente possuíam o controle da tropa. Inúmeros deles tiveram que ser comissionados em segundos-tenentes e comandaram pelotões no avanço das tropas rebeldes. Isto traria novas dificuldades para o período pós-revolucionário: não só teria que ser resolvida a questão dos comissionados, como, de modo geral, o abandono dos sargentos após a vitória, cujos benefícios foram principalmente distribuídos entre os oficiais subalternos, contribuiria para a inquietação das praças e sua transformação em foco de apoio a outras revoltas ou em promotoras elas próprias de rebeliões.<sup>90</sup>

No entanto, Carvalho também nos mostra que as melhorias foram de curta duração. As promoções, que deveriam ser estímulo, passaram a ser consideradas

---

<sup>86</sup> É interessante registrar que Getúlio Vargas foi militar do Exército durante cerca de cinco anos, chegando ao posto de sargento.

<sup>87</sup> Regulamento do Serviço Militar. Decreto 19.507, de 18 de dezembro de 1930. Disp. Em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19507-18-dezembro-1930-505386-norma-pe.html>. Acesso em 07 mar. 2013.

<sup>88</sup> Boletim do Exército de 31 de outubro de 1926.

<sup>89</sup> À época, o termo posto era utilizado tanto para oficiais quanto para graduados. A separação entre posto e graduação passou a existir oficialmente no Estatuto dos Militares de 1946, em seu artigo 15.

<sup>90</sup> CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política, 1930-1945*. In: *A Revolução de 30: seminário internacional*. Brasília, Universidade de Brasília, 1982. p. 110. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/148.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/148.pdf). Acesso em 07 mar. 2013.

problema. Já em 1934, houve uma sequência de demissões em grandes proporções. A lei de promoções<sup>91</sup>, decretada nesse mesmo ano, reduzia fortemente a possibilidade do acesso de praças ao oficialato. Essas ações geraram um grande descontentamento, que pode ter influenciado a adesão de grande número de sargentos ao movimento de 1935.

A visão do general Lott, sobre a situação dos sargentos naquele ano, é bastante elucidativa:

...nessa ocasião havia uma situação a meu ver injusta. Os sargentos serviam o Exército e depois, quando chegavam a uma determinada idade, davam baixa sem serem reformados nem nada.<sup>92</sup>

Costa (1985), confirmando as afirmações acima expostas, descreve as ações da Instituição e as reações dos sargentos da seguinte forma:

As decisões relativas aos sargentos parecem ter sido orientadas pela ideia de que a profissionalização de Exército deveria restringir-se aos oficiais. (p.272)

Julgava-se que o reengajamento não seria compatível com o propósito de organizar um exército profissional. Ele trazia o sério inconveniente de incorporar os sargentos definitivamente à organização militar. Isto é, o sargento poderia fazer de seu posto uma carreira. Essa possibilidade era considerada um perigo. Esses sargentos “profissionais da caserna” poderiam vir a compor uma nova classe dentro do país. (p. 273)

Conscientes da importância de sua participação no movimento que redefiniu a posição dos militares na estrutura do poder, os sargentos não aceitavam a diferença entre o tratamento dispensado a eles e aos oficiais. (p. 273)

A insatisfação dos sargentos era antiga. O que era novo na época era a consciência de sua força, estimulada pelas tentativas de aliciamento feitas pelos jovens oficiais que faziam política.<sup>93</sup>

Costa ainda considera que os movimentos dos partidos influenciaram decisivamente na questão. Enquanto a Ação Integralista Brasileira atraía a adesão de grande número de oficiais, as mensagens de esquerda do Partido Comunista eram

<sup>91</sup> Decreto n. 23287, de 24 de maio de 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D24287.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24287.htm), acesso em 17 Abr. 2013.

<sup>92</sup> LOTT, Henrique Teixeira. *Henrique Teixeira Lott (Depoimento 1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2002. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arg/Entrevista117.pdf>. Acesso em 04 Mar. 2013.

<sup>93</sup> COSTA, Vanda Ribeiro. *Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30*. In: Revista Ciências Sociais Hoje. 1985. p. 272- 273.

dirigidas aos escalões inferiores da hierarquia, denunciando suas condições precárias de serviço, alojamento, alimentação e o abuso de poder por parte dos oficiais.

Não é fácil entender o porquê de a Instituição fazer diversas concessões aos sargentos e passar a restringi-las poucos anos depois. O mais provável é que tenha havido a necessidade de reconhecer os serviços prestados pelos sargentos na revolução de 1930 (possivelmente por imposição do poder executivo), mas, paradoxalmente, também de impedi-los de conquistar força política e uma maior conscientização de suas dificuldades. Aparentemente, na opinião do comando do Exército, a estabilidade hierárquica estaria correndo riscos se a carreira profissional deixasse de ser prerrogativa somente dos oficiais.

Do exposto, pode-se concluir parcialmente que o Exército Brasileiro passou por um intenso processo de modernização durante as primeiras décadas do século XX. Os sargentos foram decisivamente afetados pelas mudanças, particularmente no sentido da ampliação de suas capacidades técnicas. No entanto, os avanços não foram acompanhados pela melhoria nos padrões sociais, o que gerou um ambiente apropriado para o desencadeamento de grande número de protestos durante a década de 1930.

c. A política, as ações comunistas e o anticomunismo

O episódio que ficou conhecido como Intentona Comunista, ocorrido em novembro de 1935, provocou profundas transformações em todo o Exército. O fato não foi considerado pela cúpula militar somente como mais um dentre os diversos levantes ocorridos. A participação ativa de vários sargentos e as comprovadas ligações do episódio com o movimento comunista internacional, convenceram a oficialidade a tomar atitudes enérgicas no campo disciplinar. Os generais procuravam encontrar as causas do levante entre a redução do efetivo, condições de vida inapropriadas e a falta de disciplina

generalizada. Para Góis Monteiro<sup>94</sup> o problema estava na liberalidade da nova constituição, que dava aos soldados o direito ao voto, abrindo a caserna para as questões políticas<sup>95</sup>.

Antes de 1935, já existiam anticomunistas na sociedade brasileira, como nos mostra Sá Motta<sup>96</sup>, porém não constituíam um bloco homogêneo – eram liberais, democratas, fascistas, militares, cristãos, cuja única característica comum era a ojeriza ao comunismo. A partir de então, pela forma como o episódio foi absorvido pelo Exército, e também por diversos setores influentes da nação, estes ganharam força e convenceram grande parcela da sociedade sobre o perigo que rondava o país.

Em abril de 1935, foi editada a Lei de Segurança Nacional<sup>97</sup> ampliando a autoridade repressiva do governo. Diversas formas de atuação política passaram a ser consideradas crimes, tais como incitar militares a descumprir a lei, transgredir a disciplina, rebelar-se ou desertar; ou provocar animosidade entre as Forças Armadas e as instituições civis. Oficiais militares que participassem de associações consideradas subversivas seriam destituídos.

Um sintoma muito claro dos efeitos do episódio comunista sobre a classe política dirigente foi a reformulação dessa Lei<sup>98</sup>, já em dezembro de 1935. Essa nova lei de

---

<sup>94</sup> General extremamente influente, foi um dos líderes da Revolução de 1930, foi Ministro da Guerra entre 1934 e 1935 e um dos maiores responsáveis pelas transformações e pela adoção do anticomunismo como política interna do Exército nas décadas seguintes.

<sup>95</sup> Mc Cann, Frank. Op.Cit. p. 490

<sup>96</sup> SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva. 2002.

<sup>97</sup> Lei n. 38 de 4 de abril de 1935. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-publicacaooriginal-1-pl.html>, acesso em 05 mar. 2013.

<sup>98</sup> Lei n. 136, de 14 de dezembro de 1935. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-136-14-dezembro-1935-398009-publicacaooriginal-1-pl.html>, acesso em 05 mar. 2013.



Segurança Nacional ampliava o rigor da anterior para crimes praticados contra o Estado, particularmente com relação a militares que atuassem no cenário político.

Confirmando a assertiva acima, Marques<sup>99</sup> afirma:

Em menos de cinco meses após a revolta, de novembro de 1935 a março de 1936, o regime varguista montou um aparato repressivo à altura de qualquer ditadura: decretou o Estado de Sítio, reformou a Constituição de 1934 para aumentar os efeitos das medidas de emergência e alterou a Lei de Segurança Nacional. No âmbito da atuação das instituições, promoveu uma feroz repressão policial, com inúmeras prisões, criou a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, com o objetivo de expurgar do serviço público civis e militares acusados de subversão, e o Tribunal de Segurança Nacional, órgão judicial para processar e punir os participantes da “Intentona”.

Depois da Intentona, os aspectos profissionais dos sargentos foram profundamente modificados. A participação ativa de praças no movimento de 1935 foi considerada como indício de um grande risco de envolvimento generalizado destes militares em outros episódios.

A Instituição tratou de eliminar opiniões discordantes, expurgando parcela significativa do efetivo das praças indesejadas. Em 1937, o ministro Dutra baixou um aviso ordenando que os sargentos que não tivessem dez anos de serviço em 1930 fossem licenciados<sup>100</sup>. A Lei do Serviço Militar de 1939<sup>101</sup>, além de ratificar as determinações de Dutra, dificultava a permanência no serviço ativo, exigindo reengajamentos sucessivos, com critérios rigorosos, e facilitava a sua inserção no meio civil, liberando-os quando obtivessem nomeação para outro emprego público. Reforçando a ideia da intenção de se reformular o quadro, em 1940, metade das vagas em concursos públicos federais foi

---

<sup>99</sup> MARQUES, Rafael Peixoto de Paula. Estado de exceção e mudança (in)constitucional no Brasil (1935-1937). 2012. Disponível em [http://www.academia.edu/2202124/Estado\\_de\\_excecao\\_e\\_mudanca\\_in\\_constitucional\\_no\\_Brasil\\_1935-1937](http://www.academia.edu/2202124/Estado_de_excecao_e_mudanca_in_constitucional_no_Brasil_1935-1937). Acesso em 23 mar. 2013.

<sup>100</sup> CARVALHO, José Murilo. Forças Armadas e Política, 1930-1945. In: A Revolução de 30: seminário internacional. Brasília, Universidade de Brasília, 1982. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/148.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/148.pdf) acesso em 07 mar. 2013. p. 116.

<sup>101</sup> Decreto-lei n. 1187, de 04 de abril de 1939 (dispõe sobre o serviço militar). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1187-4-abril-1939-349238-publicacaooriginal-72193-pe.html>

destinada aos sargentos do Exército e da Armada.<sup>102</sup> Carvalho (1982) computa 1.875 praças excluídas por razões políticas entre 1931 e 1938<sup>103</sup>.

Segundo Morais<sup>104</sup> (2011) o anticomunismo foi se constituindo em conjunto de práticas político-militares de fechamento institucional a qualquer corpo dissidente. As ações da cúpula foram desencadeadas no sentido de unificar os pensamentos em torno de uma mesma causa. Trouxeram, como consequência, a formação de uma mentalidade própria, onde os pensamentos dos militares não mais dependiam ou seriam os mesmos das outras classes sociais. Ampliou-se profundamente a distinção entre nós (militares) e eles (civis). Os militares de esquerda foram marginalizados e a mentalidade militar conservadora passou a representar a própria identidade institucional. E essa identidade apresentava uma absoluta incompatibilidade entre o profissionalismo militar e a ideologia comunista.

É óbvio que o Exército continuou abrigando militares de esquerda em seus quadros, mas estes não conseguiriam reunir força capaz de mobilizar algum tipo de transformação na instituição. Morais (2011) refuta a ideia de que tenha existido uma esquerda militar, uma vez que os componentes de esquerda, além de muito inferiorizados numericamente, eram marginalizados.

Essa afirmação de Morais (2011), pode ser questionável ao se raciocinar com a cúpula do Exército, onde a adesão ideológica à esquerda parece ter sido mais marcante. No âmbito dos sargentos ela é facilmente perceptível. Os dados utilizados no terceiro

---

<sup>102</sup> Decreto-Lei n. 1963, de 13 de janeiro de 1940. Dispõe sobre o aproveitamento de ex-graduados do Exército e da Armada nos quadros do funcionalismo federal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-1963-13-janeiro-1940-411921-publicacaooriginal-1-pe.html>.

<sup>103</sup> CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. p. 134.

<sup>104</sup> MORAIS, Ronaldo Queiroz de. Do Exército Moderno à República Militar: Caserna, Política e Tensão (1913-1977). Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, 2009.

capítulo deste trabalho confirmam a assertiva (menos de 0,1% do efetivo de sargentos foi processado pelo regime militar de 1964, número muito aumentado com relação aos oficiais e atingindo 25% dos generais). Ou seja, a esquerda militar foi mais consistente nas camadas superiores.

Como vimos, a preocupação maior da Força, até a década de 1930, era a operacionalidade, onde a manutenção da disciplina seria obtida por intermédio da melhoria dessas condições operacionais (como demonstram os “jovens turcos” e a missão francesa). A partir de 1935, os principais objetivos estavam centrados na obtenção de uma uniformidade de pensamentos. O anticomunismo passaria a ser o elemento de coesão que o Exército carecia até então, e seria o eixo principal na preservação da disciplina e da ordem nos quartéis.

Os pensamentos anticomunistas assumiram a forma de doutrina a partir de 1937. O Boletim do Exército divulgava frequentes determinações e recomendações. Medidas normatizaram as ações, dentre as quais destacamos:

- novo Regulamento Disciplinar do Exército, em 1938, mais abrangente, detalhando as transgressões disciplinares.<sup>105</sup>
- novamente um Regulamento Disciplinar do Exército, em 1942.<sup>106</sup>
- passaram a ser prestadas homenagens oficiais aos mortos na Intentona<sup>107</sup>, com a realização de amplas preleções, folhetos, missas e rituais militares.

---

<sup>105</sup> Decreto nº 2.429, de 4 de Março de 1938. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-2429-4-marco-1938-345909-norma-pe.html>. Acesso em 23 mar. 2013.

<sup>106</sup> Decreto nº 8.835, de 23 de Fevereiro de 1942. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2197089/dou-secao-1-12-03-1942-pg-84/pdfView>. Acesso em 23 mar. 2013.

<sup>107</sup> Em CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. O autor faz um estudo sobre as comemorações alusivas à data e sua utilização como instrumento de coesão.

- foram padronizados programas de instrução para os diversos cursos internos, tanto para oficiais quanto para praças, centralizando currículos e aumentando grades horárias.

- edição de livros de cunho anticomunista pela Biblioteca do Exército, dentre os quais se destaca “Em Guarda, contra o Comunismo”, publicado em 1938.

- publicação de frequentes artigos sobre o assunto na Revista “A Defesa Nacional”.

A consolidação da identidade do profissional militar foi construída ao longo do Estado Novo e estava consolidada ao seu final, fundamentada na utopia da coesão total e unidade de pensamento. Houve um processo de esmagamento das diferenças e construção de uma autoimagem própria. Para os militares, existia um “espírito de corpo” – e ele era anticomunista.

A partir da década de 1950, a guerra revolucionária<sup>108</sup> foi implementada como elemento doutrinário, ampliando o espectro de atuação contra a ameaça comunista. O combate ao comunismo passou a ser um dos principais objetivos operacionais da Força.

Quando da crise política, durante a década de 1960, esse cenário ideológico estava consolidado. Os sargentos de esquerda eram marginalizados. Suas opções no cenário político interno estavam restritas ao seguimento das imposições institucionais ou ao enfrentamento em situação extremamente adversa.

Portanto, pode-se afirmar que, a partir da década de 1930, surgiu e recrudescer um forte sentimento anticomunista, que passou a ser utilizado como fator de coesão. Esse

---

<sup>108</sup> Denomina-se guerra revolucionária o combate entre comunistas e anticomunistas em torno da revolução proletária. Baseava-se em insurreições a serem desencadeadas em países subdesenvolvidos, dentro do cenário da Guerra Fria.

movimento tomou vulto e começou a fazer parte das concepções doutrinárias da Força. Em consequência, os militares de esquerda passaram a ser considerados marginais. Esse era o quadro político interno no Exército durante a década de 1960.

d. As mudanças na sistemática de ensino – a fabricação de corpos dóceis

Após as mudanças pontuais, nas primeiras décadas do século XX, claramente procurando preparar sargentos para exercer funções de instrutor, capacitando-os para substituir os tenentes - em função das lacunas de efetivo existente, as transformações passaram a ocorrer com outros objetivos. A partir da Intentona Comunista, o Exército procurou melhorar a estrutura das escolas de formação e atuar na padronização e ampliação dos currículos, aumentando a capacidade de influenciar os subordinados. O Exército chegara à conclusão de que deveria aumentar a eficiência das suas escolas.

Uma das primeiras ações após o episódio de 1935 foi a criação da Inspeção Geral de Ensino do Exército, em 1937, órgão que passaria a orientar as escolas de formação e aperfeiçoamento. Sua finalidade e forma sobre como atuaria ficaram muito claras nas primeiras instruções emanadas pelo Inspetor Geral:

INSPECTORIA GERAL DE ENSINO DO EXÉRCITO

Rio de Janeiro, 05-XI-1937

INSTRUÇÕES aos Commandantes e Directores dos Estabelecimentos e Unidades Subordinadas a I.G.E.E. relativas a medidas que deverão ser tomadas em vista da repressão ao comunismo.

1) Tendo em vista manter as tradições nacionaes e assegurar a existencia das instituições liberaes do Brasil contra a invasão insidiosa das ideologias que ameaçam o mundo tentando lançar as nações na desordem e na anarquia e cuja investida já tivemos ocasião de experimentar, os Directores e Commandantes dos Estabelecimentos de Ensino e Unidades Subordinadas, dependentes desta inspeção, deverão tomar as medidas acauteladoras que se seguem:

1º) Medidas de caracter educativo:<sup>109</sup>

- Taes medidas terão por finalidade

a) desenvolver e estimular o sentimento de civismo de seus commandados;

b) esclarecer os seus espíritos sobre os perigos das ideologias exóticas;

- Para consecução dessas finalidades, deverão ser realizados:

1) Pequenas palestras...

<sup>109</sup> Os destaques sublinhados são constantes do documento original.

2) Conferencias especiaes, também de caracter moral e cívico...

3) Artigos especiaes em seus boletins diarios...

As palestras diarias, as conferencias e os artigos especiaes dos boletins, deverão versar sobre os assumptos seguintes:

- Amor á Pátria;
- Devoção á Bandeira;
- Respeito sagrado ao Hymno Nacional;
- Sentimento do Dever – Disciplina;
- Culto aos antepassados;
- Necessidade de fé nos destinos do Brasil;
- Democracia;
- Regimem Republicano Federativo;
- ....

- contraste existente entre as tradições e aspirações dos Brasileiros e as ideologias exóticas;

- A mistificação comunista e o perigo que ella representa para a existencia do regimem que livremente escolhemos e, ainda – para a integridade da patria.

4) Além do que acima ficou previsto, deverá ainda ser, semanalmente, por ocasião da revista do recolher – recitada conjuntamente por todos os alumnos e praças em voz alta – a oração do soldado:

“Deante do altar da minha querida Patria, eu soldado Brasileiro, ajoelho-me constricto, cheio de fé nos destinos do Brasil e orgulhoso da grandesa de minha terra e da minha gente. Minha alma, também genuflexa, implora a Deus que me guie pelo caminho do bem – que fortaleça o caracter – e me evite estrada do mal que abastarda a consciencia.

Eu me penitencio das más acções que desdoiram e envergonham e prometto perseverar na pratica de gestos nobres que dignificam e elevam.

Desejo com todas as forças do meu coração tornar-me digno de minha farda, cultivando com civismo e carinho as virtudes militares e prometto contribuir, com sacrificio de todos os meus interesses, para a gloria do meu exercito e para a honra do meu Brasil.

...

#### 2º) Medidas de caracter preventivo

Taes medidas visarão:

- a) Rigorosa vigilância sobre as tendencias de seus commandados;
- b) Fiscalização rigorosa;
  - 1) Da forma como os professores...
  - 2) Da bibliografia existente no estabelecimento...
  - 3) Da procedencia de livros e publicações...
  - 4) Das ligações acaso existentes entre seus commandados e elementos suspeitos...

#### 3º) medidas de caráter repressivo:

Terão por fim:

- a) Expurgar o estabelecimento ou unidade elementos orientados no sentido do communismo;
- b) Limpar a bibliografia existente no estabelecimento pela apreensão de todos os livros tendenciosos e ou inconvenientes.

(a) PEDRO DE ALCANTARA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE

Gen Bda – Inspector Geral de Ensino do Exército

O documento acima demonstrou com clareza a intenção oficial de estimular o anticomunismo e declara abertamente a proposta da Força no sentido de usar o sistema de ensino para o combate ideológico aos comunistas. Para isso, determinou medidas de caráter educativo, preventivo e repressivo. Tais medidas iriam nortear as ações dos estabelecimentos de ensino durante as décadas seguintes, inclusive daqueles que ainda

seriam criados. Foram utilizados diversos instrumentos de convencimento, associando religião, patriotismo, civismo e cumprimento do dever.

A “invasão insidiosa da doutrina comunista” colocava em risco a integridade da pátria e a existência das instituições liberais e lançaria o Brasil na desordem e na anarquia. Portanto, era dever de todos os militares, perante Deus e pela sua pátria, a fiscalização rigorosa dos subordinados e das atividades dos professores, bem como a difusão ao máximo dos preceitos necessários à manutenção da democracia.

A estratégia da Força estava bem clara. Melhorar a estrutura de ensino e se utilizar desta para o atingimento do objetivo final – a coesão institucional. Os passos seguintes mostram, com clareza, a fiel execução dessa linha de ação.

O investimento na melhor formação dos militares passou a ser quase uma obsessão por parte do Exército. Em 1938, a revista A Defesa Nacional passou a editar uma seção de pedagogia em seus exemplares. Neste mesmo ano, foi estabelecida a Lei do Ensino do Exército, abordando diversos aspectos sobre a especialização dos sargentos. Em 1939 foi editado um novo regulamento para a instrução dos quadros e da tropa, mais completo e atualizado, revogando-se o de 1924. Em 1942 este regulamento foi novamente alterado<sup>110</sup>. Também em 1942 foi editada uma nova Lei do Ensino Militar<sup>111</sup> que, com relação aos sargentos, estabelecia o seguinte:

#### CABOS E SARGENTOS

Art. 4º O preparo de cabos e sargentos do Exército ativo abrange:

- o de formação;
- o de aplicação;
- o de aperfeiçoamento;
- o de especialização.

Art. 5º O preparo de formação é dado em regra, nos Corpos-de-tropa e Formações-de-serviço, mediante cursos para candidatos a cabo e candidatos a sargentos. (...)

---

<sup>110</sup> Os três regulamentos estão disponíveis no Arquivo Histórico do Exército.

<sup>111</sup> Decreto-Lei nº 4.130, de 26 de Fevereiro de 1942, regula o ensino militar no Exército. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4130-26-fevereiro-1942-414128-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 08 mar. 2012.

Art. 6º O preparo de aplicação é ministrado nos Corpos-de-tropa ou Formações-de-serviço, onde, sob as ordens dos respectivos chefes, os cabos e sargentos completam os conhecimentos adquiridos durante o de formação e lhes dão aplicação prática.

Art. 7º O preparo de aperfeiçoamento, destinado aos sargentos, é ministrado nos cursos de aperfeiçoamento de sargentos, tornando-os aptos ao comando de pelotão ou de secção em campanha e habilitando-os à promoção a 1º sargento, sargento-ajudante e subtenente.

O preparo de aperfeiçoamento é dado;

- na Escola das Armas (curso de aperfeiçoamento de sargentos);

- na Escola de Artilharia de Costa (curso de aperfeiçoamento de sargentos de artilharia de costa);

- em cursos regionais de aperfeiçoamento de sargentos.

Art. 8º O preparo de especialização destina-se a tornar certos cabos e sargentos capazes de exercer, nos Corpos-de-tropa, Formações-de-serviço e Estabelecimentos, funções que exijam conhecimentos diversos dos comumente transmitidos aos cabos e sargentos nos cursos de formação.

A formação e a aplicação dos sargentos ainda eram realizadas nas unidades em que os mesmos eram incorporados e como uma continuidade do curso para cabos. Porém, ao se regulamentar, já se percebe uma preocupação com uma melhor qualidade das instruções. Sem dúvida, as unidades espalhadas, mesmo seguindo as instruções planejadas centralizadamente, apresentavam suas limitações. Os sargentos continuavam sendo selecionados entre os soldados incorporados, cujo padrão de recrutamento, embora melhorado, estava longe do adequado. Mantinham forte grau de amizade com companheiros de caserna, com óbvios efeitos sobre a capacidade de liderança. A falta de oficiais nem sempre permitia que as instruções ocorressem como programado. Não havia uma estrutura voltada especialmente para essa finalidade.

Como forma de padronizar as instruções, em 1943, foi editado o Regulamento dos Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército, normatizando condutas a serem seguidas pelas escolas militares. Em 1945 foi criada a Escola de Sargentos das Armas, no Rio de Janeiro, e, a partir de 1949, esta escola foi transferida para Três Corações –MG, onde está até hoje, passando a funcionar como curso de formação. A partir da década de 1940 foram criados, e posteriormente ampliados e revisados, os programas padrão de instrução – praticamente todos os cursos e estágios realizados passaram a ter planejamento centralizado.



Como exemplo, cita-se:

- 1948: programas-padrão para os cursos regionais de aperfeiçoamento de sargentos das diversas qualificações.
- 1949: contextura dos Programas Padrão de Instrução comum a todas as unidades.
- 1953: padronização da instrução comum a todas as qualificações.
- 1955: nova edição da contextura dos Programas Padrão de Instrução Comum a todas as unidades.
- 1955: manual do instrutor.

Uma leitura atenta dos programas de instrução permite extrair algumas conclusões:

A página de abertura do Programa Padrão de Instrução Comum a todas as unidades, 1ª parte, de 1949<sup>112</sup> relata o seguinte:

Os presentes programas-padrão de instrução representam o primeiro e grande esforço que, visando todo o Exército Brasileiro, tem por finalidade:

- coordenar, metodizar e homogeneizar a progressão da instrução;
- proporcionar a uniformidade da instrução no âmbito de uma mesma arma ou serviço;
- regular a cooperação imprescindível entre as diferentes armas e serviços. (...)

Fica bem evidente a ideia do pioneirismo com relação à padronização da instrução militar no âmbito de todo o Exército. Os assuntos a serem ministrados, as cargas horárias, os procedimentos metodológicos, o controle e fiscalização da instrução, entre outros aspectos, passam a ter um planejamento centralizado, com prováveis ganhos em qualidade para a instituição.

Especificamente a respeito da formação dos sargentos, este mesmo documento prescreve o seguinte:

d. Cursos de formação de graduados

(a) visam:

- uma instrução uniforme de formação, ao mesmo tempo, do pessoal de serviços e dos graduados.

---

<sup>112</sup> Exército Brasileiro. Programa padrão de instrução comum a todas as unidades do Exército, 1ª parte: Contextura dos programas padrão, 1949. Disponível no Arquivo Histórico do Exército.

- a possibilidade de melhor selecionar os homens para os serviços e o comando das unidades elementares.
- realizar a promoção com o aproveitamento do esforço do próprio homem, permitindo o estímulo pelo trabalho pessoal (...)
- (b) as vagas de cabo serão preenchidas pelos primeiros colocados (...)
- (...) com a duração de 12 semanas
- (...) de acordo com os graus obtidos
- As vagas de terceiro sargento serão preenchidas pelos primeiros colocados nas relações de cabos (...)
- (3) o pessoal não formado nos corpos de tropa será (*sic*) nos centros regionais, na Escola de Instrução Especializada, Escola Transmissões do Exército, Escola de Motomecanização ou cursos organizados pelos comandantes das regiões em uma unidade.

Portanto, em 1949, os sargentos, de uma maneira geral, eram formados em cursos realizados em sua própria unidade, em 12 semanas, selecionados entre os melhores soldados. Apenas os sargentos de qualificações técnicas tinham uma formação centralizada. Já se percebe uma preocupação em valorizar o mérito durante os processos seletivos.

Apenas seis anos depois, este mesmo Programa Padrão de Instrução Comum<sup>113</sup> a todas as unidades foi revisado. A sistemática de avaliação foi reajustada, padronizando-se verificações e critérios de julgamento. Algumas modificações merecem registro:

Cursos de formação de graduados

3. funcionamento

- (a) sempre que possível num curso único, centralizado no âmbito da unidade, sob a direção de um capitão, de preferência com o curso da ESAO (...)
- (e) o curso compreenderá duas fases
  - 1ª fase, visando a formação dos cabos, com a duração de 12 semanas.
  - 2ª fase, visando a formação dos sargentos, com duração de 8 semanas.
- Ao final da 20ª semana os candidatos serão submetidos aos exames para a promoção a sargento, os aprovados serão relacionados segundo o grau de mérito.

Portanto, a carga horária foi ampliada, o curso de formação de sargentos foi colocado em destaque e surgiu uma recomendação com relação ao emprego de um oficial mais experiente para a condução do curso.

---

<sup>113</sup> Exército Brasileiro. Programa padrão de instrução comum a todas as unidades do Exército, 1ª parte: Contextura dos programas padrão, 1955. Disponível no Arquivo Histórico do Exército.

Novamente, cinco anos mais tarde, foram inseridas modificações interessantes, na edição de 1961 do Programa Padrão de Instrução Comum<sup>114</sup> a todas as unidades:

e. formação de graduados

A formação de cabos far-se-á em todas as unidades (...) enquanto que a de sargentos se fará no âmbito dos Exércitos e dos Comandos Militares (...) em cursos que funcionarão em unidades previamente designadas pelos comandantes (...)

(1) Curso de formação de cabos

O diretor será de preferência, um capitão, com o curso da ESAO (...)

O curso terá a duração de 12 semanas

(2) Curso de formação de sargentos

O comandante da unidade designada será o responsável pelo funcionamento do curso (...)

O curso terá 16 semanas (...)

O diretor do curso será um oficial superior ou capitão com ESAO, designado pelo Comandante do Exército ou do Comando Militar

Portanto, a formação de sargentos passou a ser realizada centralizadamente, em unidades selecionadas para tal e o comandante dessa unidade passou a ser o responsável por sua execução. O curso passou a ter um total de 28 semanas.

Fica absolutamente claro que houve uma mudança de filosofia. Percebe-se uma nítida elevação da prioridade dada pela Força com relação à formação dos sargentos.

A partir de meados da década de 1940, fica difícil precisar o que motivou a Instituição a prosseguir nas mudanças. Evidentemente, a Segunda Guerra Mundial transformou substancialmente as necessidades de preparação da Força Militar. As novas tecnologias surgidas exigiam que as praças tivessem a capacidade de operar instrumentos com elevado grau de dificuldade. Aparelhagens de pontaria sofisticadas, dispositivos eletrônicos, tábuas de criptografia, carros-de-combate com novos processos mecânicos, a guerra foi uma verdadeira revolução tecnológica. A seleção e preparação dos sargentos teriam que ser modificadas.

---

<sup>114</sup> Exército Brasileiro. Programa padrão de instrução comum a todas as unidades do Exército, 1ª parte: Contextura dos programas padrão, 1961. Disponível no Arquivo Histórico do Exército.

A criação da Escola de Sargentos das Armas (EsSA) foi um avanço extremo na formação de graduados. A partir dessa data, os sargentos não seriam mais selecionados dentre os melhores soldados, os concursos passaram a ser realizados em nível federal, incluindo civis. O curso passaria a ter a duração aproximada de 1 ano e em condições de internato, contando com uma estrutura voltada exclusivamente para a profissionalização de seus alunos.

A escolha do local, num pequeno município do interior de Minas Gerais não foi ao acaso. O isolamento social durante um período significativo de tempo, sem muitas opções de lazer aos finais de semana, deixa clara a intenção de dedicação exclusiva aos ensinamentos a serem transmitidos, além de afastar os alunos dos locais onde ocorriam os principais eventos de caráter político.

Com a possibilidade de uma carga horária muito maior, passou a ser possível transmitir os conhecimentos técnicos, bem como trabalhar com eficácia no processo de adaptação à caserna. As necessidades de aprendizado foram conciliadas com o objetivo ideológico. O futuro sargento seria mais capacitado e assimilaria com mais intensidade o pensamento dominante.

Aparentemente, o Exército passou a aplicar o que Foucault chama de docilização dos corpos.

[...] o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; ...<sup>115</sup>

A escola, em regime de internato durante vários meses de curso, proporciona condições muito mais adequadas de socialização, ou, mais propriamente, militarização. Os novos instrumentos para a obtenção da disciplina nada mais são do que a intensificação dos rituais tradicionais nas Forças Armadas. As seções de ordem unida e

---

<sup>115</sup> FOUCAULT Michel. Vigiar e Punir, o nascimento da prisão. Petrópolis, editora vozes, 2004. p. 115.

treinamento físico, com cobranças constantes de postura (peito para fora e barriga para dentro), dedos unidos, homens cobertos e alinhados, movimentos sincronizados e enérgicos; os horários rigorosamente controlados; as exigências diárias com relação à barba bem feita, corte de cabelo, fardamento limpo e bem passado, calçados brilhando, camas bem arrumadas, alojamentos e banheiros impecáveis e a extrema rigidez na forma hierarquizada nas relações com superiores hierárquicos acabam por introduzir novos padrões de conduta no jovem recentemente ingresso.

O controle das rotinas é complementado pela transmissão precisa das qualidades necessárias para se transformar em bom militar. O aluno relapso fica repreendido e passa os finais de semana detido no quartelamento, enquanto aquele que segue à risca as ordens e instruções é recompensado com elogios e dispensa de algumas atividades. Ao longo de um período relativamente longo, os hábitos são modificados e as determinações são cumpridas com naturalidade. Ao final do curso, o sargento está preparado física e psicologicamente para exercer sua profissão de maneira disciplinada, capacitado a cumprir as determinações de seus superiores sem questioná-las e a repassar aos subordinados seu exemplo de seriedade e dedicação.

O manual de admissão à escola<sup>116</sup>, de 1958, reforça as ideias acima expostas:

#### Título II

##### Da conduta do candidato a sargento

- 1) O candidato a sargento deve pautar a sua conduta pela fiel observância das leis, regulamentos e ordens, de modo a tornar-se digno da farda que veste.
- 2) O comandante da escola pode excluir qualquer candidato que cometa falta grave contra a disciplina, ou que pelo seu procedimento torne patente sua incapacidade moral para as funções de graduado (...)
- 3) Os candidatos a sargento devem ter presente que a escola constitui uma organização do Exército em que os mais simples atos da vida arregimentada devem ser absolutamente perfeitos. Constitui esse hábito verdadeiro ritual militar, o quadro em que é formado o sargento do Exército Brasileiro.  
(...)

Nas dependências da escola

##### a) No alojamento

- 1 – Um especial cuidado com a cama, trazendo-a sempre feita e bem asseada.

---

<sup>116</sup> SILVA, Jonas Ferreira da. Admissão à Escola de Sargentos das Armas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

2 – Trazer o armário sempre arrumado, pronto para ser inspecionado, forrar as prateleiras com papel apropriado.

3 – Não sujar ou permitir que outros o façam, em torno de seu armário ou cama. O alojamento deve estar sempre limpo e arrumado.

4 – Quando de serviço, exigir a limpeza e a arrumação.

- b) Nos campos desportivos (...)
- c) Nas salas de aula de instrução (...)
- d) Nas salas de estudo
- e) (...)

#### TÍTULO VI DO TRABALHO DIÁRIO

- 1) Horário
  - a) Todo aluno deverá regular sua vida, na escola, de acordo com o horário constante do anexo I.
  - b) Além dos toques regulamentares, a sirene anunciará o início e fim das atividades escolares, seguindo o código abaixo  
(...)
- 2) Expediente  
(...)
- 3) Revista do pessoal  
(...)
- 4) Saídas e licenciamentos  
(...)

Os conhecimentos adquiridos ao longo do curso eram aperfeiçoados e consolidados quando da chegada aos quartéis de tropa (chamado de período de aplicação, de acordo com a Lei do Ensino Militar de 1942). As formaturas diárias, as orientações dos oficiais e sargentos mais antigos, os serviços de escala e a vigilância constante sobre o recém-formado complementam o trabalho desenvolvido anteriormente.

As consequências foram perceptíveis, embora gradativas. Ainda durante muitos anos, os sargentos oriundos da EsSA eram minoria nas unidades militares, além de serem os mais novos e mais modernos, exercendo pouca influência sobre os mais experientes. Esse quadro foi se transformando à medida que novas turmas iam preenchendo as vagas existentes e ampliando o percentual de sargentos mais bem preparados e mais disciplinados.

Pode-se facilmente perceber, pelas entrevistas realizadas durante a execução deste trabalho, que os sargentos oriundos da EsSA tinham um prestígio maior do que os demais. Seu conhecimento técnico era reconhecido, o que os tornava mais aptos ao exercício

adequado da atividade militar. As palavras do ex-sargento Edézio Pinto<sup>117</sup> são muito claras:

Era diferente. Era diferente porque na EsSA era um curso mais rigoroso, lá eles faziam, um curso mais... muito mais capacitados, vamos dizer assim, pra exercer a função, do que aquele que era feito em tropa, né. Apesar de que a gente tinha um certo conhecimento, mas não tinha tanto como eles, porque eles se ralavam muito lá na EsSA.

Portanto, demonstrando mais capacidade de trabalho, estes sargentos influenciaram significativamente a mentalidade profissional de seus colegas. Tal fato se torna ainda mais importante diante daquilo que Castro<sup>118</sup> chama de instituição totalizante. Os sargentos se relacionam durante muitas horas, não só nos horários de expediente. Fazem as refeições nos mesmos ambientes, frequentam os mesmos alojamentos e convivem entre si e seus familiares nos momentos de lazer. As interações são muito maiores do que em qualquer outra profissão.

As medidas adotadas surtiram o efeito disciplinar desejado. Entre 1930 e 1935, ocorreram 20 movimentos de praças, número que caiu para 13 entre 1936 e 1940 e para 1 entre 1940 e 1945. A queda teve início em 1937 e acelerou-se a partir de 1939<sup>119</sup>. Ao longo desta pesquisa não foram encontrados movimentos reivindicatórios que afetassem a disciplina durante a década de 1950. Os estudos a respeito da década de 1960 serão analisados no próximo capítulo.

Portanto, pode-se inferir parcialmente que, a partir da década de 1930, o Exército passou a se preocupar com a melhoria da qualidade na formação de seus sargentos. A padronização das instruções e a criação de uma escola exclusivamente voltada para a atividade permitiu que esse objetivo fosse atingido. O Exército passou a contar com graduados mais qualificados, intelectualizados e disciplinados.

---

<sup>117</sup> Militar da reserva entrevistado no dia 26 nov. 2012, durante a realização deste trabalho.

<sup>118</sup> CASTRO, Celso. Goffman e os militares: sobre o conceito de instituição total. in: Revista Militares e Política (UFRJ), v.1, p. 1-7, 2007.

<sup>119</sup> CARVALHO, José Murilo. Op. Cit.

e. A ascensão social e as associações

As transformações no quadro de sargentos não se resumiram à criação da nova escola. Com a extinção da Guarda Nacional (que era a principal opção de prestação do serviço militar para os filhos da classe média), a ampliação dos tiros de guerra e escolas de instrução<sup>120</sup>, e a exigência mais eficaz da prestação de serviço militar obrigatório e universal<sup>121</sup>, os recrutas incorporados não eram mais os analfabetos e semianalfabetos de outrora. O universo para a seleção dos futuros sargentos não era mais o mesmo.

Portanto, ao longo das décadas de 1930 e 1940, o Exército simultaneamente expurgava os sargentos antigos e recrutava novos elementos com maior nível intelectual. A figura do sargento rude e sem cultura vai se tornando obsoleta. Carvalho (1982) afirma que as mudanças possibilitaram a entrada de elementos da pequena burguesia para o quadro de graduados.<sup>122</sup> O Exército associava a necessidade de militares com maior conhecimento para operar os novos instrumentos de guerra com a possibilidade de recrutar uma mão-de-obra mais qualificada dentro da sociedade brasileira.

Na opinião de alguns autores, aparentemente o Exército voltaria a cometer os mesmos erros da década de 1930: as condições sociais não tiveram avanço compatível com a melhoria do padrão intelectual. Para Stepan (1975)<sup>123</sup>:

“A elevação do status educacional e profissional dos sargentos não foi acompanhada por uma elevação correspondente de sua posição social e política; surgiu uma incongruência de status. O foco de seu ressentimento era a aguda diferença entre o status legal dos oficiais e dos sargentos e praças em geral (...). O novo status dos sargentos, dentro da estrutura militar lhes deu condições para se tornarem um grupo poderoso e distinto.

<sup>120</sup> De acordo com José Murilo de Carvalho, em 1939 havia em funcionamento 262 Tiros de Guerra, 116 Escolas de Instrução, e 115 Escolas Preparatórias num total de 493, além de outras 313 que não estavam funcionando. CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. p. 124.

<sup>121</sup> O decreto n. 22.885, de 04 de julho de 1933 proibia a nomeação para cargo público ao cidadão que não tivesse cumprido o serviço militar. Este dispositivo foi incorporado à constituição de 1934, no parágrafo 2 do Art 163. Disp. Em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22885-4-julho-1933-506626-norma-pe.html>, acesso em 07 mar. 2013.

<sup>122</sup> CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. p. 124.

<sup>123</sup> STEPAN, Alfred. Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Editora Artenova. 1975. p.118



Citando exemplos claros de desvalorização dos graduados, incompatível com as características dos novos sargentos: a manutenção da proibição do matrimônio sem a autorização do comandante, a obrigação de entrar e sair de instalações militares somente fardado, a proibição de se candidatar a cargo eletivo (medida prevista na constituição de 1946).<sup>124</sup>

Ao mesmo tempo em que a qualidade intelectual dos sargentos melhorava, a sociedade passava por um processo de grandes conquistas sociais. O trabalhador brasileiro, desde o primeiro governo de Vargas, passou a ser mais valorizado e a alcançar direitos outrora inexistentes. A constituição democrática de 1946 proporcionava o suporte jurídico para as melhorias na sociedade.

Novo status, novos tempos, novas necessidades. Grosso modo, pode-se dizer que, anteriormente, as ambições dos sargentos se resumiam ao seu sustento e satisfação das necessidades básicas. Os novos graduados queriam mais.

Mesmo diante de tais mudanças, a mentalidade de muitos oficiais permanecia conservadora. A declaração do general Olímpio Mourão Filho (apud Arruda), em 1963, quando da discussão sobre a elegibilidade dos sargentos, é bem clara:

Está claríssimo que o sargento deve ser formado no corpo de tropa, sargentão rude e pouco instruído, mas incapaz de se considerar em condições de se meter em política e com impossibilidade de se ter articulação em âmbito nacional, (...) o melhor é optar pelo sargento rude, que se julga muito honrado em sustentar uma divisa no braço e tem verdadeiro amor ao corpo de tropa, onde foi feito e ficará até atingir a reserva.<sup>125</sup>

No entanto, apesar da permanência desse tipo de pensamento, algumas ações foram adotadas. Uma medida tomada no sentido de valorizar os graduados é a criação do

---

<sup>124</sup> A redação da constituição de 1946 era controversa e foi motivo de protestos na década de 1960. O assunto será abordado no próximo capítulo.

<sup>125</sup> ARRUDA, João Rodrigues. O uso político das Forças Armadas e outras questões militares. Rio de Janeiro: Mauad x, 2007. p. 31.

Quadro Auxiliar dos Oficiais, em 1946<sup>126</sup>, normatizando o acesso de sargentos ao oficialato. A ação da instituição pode ser interpretada como uma recompensa aos sargentos que lutaram na 2ª Guerra (os sargentos possuidores de medalhas conquistadas na guerra tinham prioridade na promoção) ou como um reconhecimento pelos vários anos de serviço como praça. Ainda existe uma terceira interpretação sobre a qual cabem as explicações abaixo:

- ao valorizar a carreira do sargento, permitindo sua promoção ao oficialato, o Exército cria uma expectativa de estabilidade e ascensão profissional, social e econômica.
- a valorização dos considerados melhores sargentos serve como exemplo aos demais, motivando a prática de aspectos disciplinares desejados.
- quando os sargentos mais antigos são promovidos a oficial eles mudam de ambiente e passam a conviver e interagir cotidianamente com oficiais. Portanto, as lideranças dos sargentos deixam de ser vistas como tal, como se tivessem “passado para o outro lado”.

Chegar ao oficialato passou a ser o grande objetivo da carreira da maior parte dos graduados. Para atingi-lo, faz-se necessário seguir as regras institucionais disciplinadamente, gozar de bom conceito, além de uma preparação intelectual adequada. Na prática, a possibilidade de promoção é, também, um poderoso instrumento de controle de atitudes.

A partir da década de 1940, surgiram associações de sargentos em diversas cidades. Estas, pelo menos oficialmente, tinham apenas objetivos de caráter assistencial

---

<sup>126</sup> Decreto-lei n. 8.760, de 21 de janeiro de 1946. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8760-21-janeiro-1946-416839-norma-pe.html>, acesso em 18 mar. 2013.

e recreativo. Durante seus primeiros anos de existência, elas contaram com forte apoio oficial, com cessão de imóveis e recursos. Em poucos anos, as associações estavam estruturadas em praticamente todas as cidades onde havia instalações militares com efetivo considerável. Como exemplos foram criadas associações em Santa Maria<sup>127</sup> (1942), em Joinville<sup>128</sup>, (1943), Porto Alegre<sup>129</sup> (1947), São Paulo<sup>130</sup> (1959).

É bastante provável que a instituição tinha a intenção de melhorar as condições sociais de seus integrantes, criando locais adequados de convívio para os sargentos e seus familiares. Outro efeito, possivelmente imaginado, é o de que os clubes e associações complementariam o papel da Força como instituição totalizante (conceito usado por Celso Castro, já apresentado). Nas entrevistas realizadas neste trabalho, pode-se perceber a importância destes clubes no relacionamento social dos sargentos. O convívio dentro da coletividade, também durante os finais de semana, reforçaria os elos da família militar e ampliaria graus de coesão e disciplina.

Em 1950, foi fundado o Clube de Subtenentes e Sargentos do Exército, no Rio de Janeiro, cujo histórico, constante de sua página na internet<sup>131</sup>, é bastante elucidativo:

**Um sonho se faz realidade**

Ao iniciar o ano de 1950, o ST Rabello teve a ideia de criar uma entidade que bem representasse os Subtenentes e Sargentos do Exército. Uma associação, na qual as famílias dos associados pudessem estreitar os laços de amizade já existentes. Com o apoio de seus amigos de caserna, efetivou o registro e a regulamentação do Clube. Desde então o CSSE - Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército não para de crescer.

...

**Uma entidade representativa**

O CSSE foi o vetor junto as autoridades dos anseios dos Subtenentes e Sargentos no tocante a representatividade, destacando-se gestões com pleno sucesso do CSSE, nos seguintes benefícios para os Subtenentes e Sargentos, listados abaixo:

<sup>127</sup> <http://www.gsssm.com.br/>, acesso em 18 mar. 2013.

<sup>128</sup> <http://www.sargentosjoinville.com.br/index.php?tipo=social&site=historia>, acesso em 18 mar. 2013.

<sup>129</sup> [http://www.geraldosantana.com.br/site/index.php?option=com\\_content&task=view&id=21&Itemid=30](http://www.geraldosantana.com.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=21&Itemid=30), acesso em 18 mar. 2013.

<sup>130</sup> <http://www.clubedossargentos.com.br/historia.php>, acesso em 18 mar. 2013.

<sup>131</sup> [http://www.csse.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=68&Itemid=20](http://www.csse.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=68&Itemid=20), acesso em 18 mar. 2013.

- 1º Autorização para Praças contraírem matrimônio (anteriormente era proibido)
- 2º Estabilidade para as Praças (ao completarem 10 anos de serviço)
- 3º Permissão para as Praças trajarem vestimentas civis.
- 4º Criação do Quadro Auxiliar de Oficiais (Para os oriundos da graduação de Subtenente)
- ...

Os registros do Clube de Subtenentes e Sargentos do Exército de Curitiba não são muito diferentes:

O Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército, de Curitiba, foi fundado em 22 de setembro de 1956. Para se tornar realidade foi fruto de diversas tentativas anteriores. Havia carências na área de saúde, moradia e financiamentos. O interesse maior, além de ter uma "casa nossa", onde pudéssemos fazer nossas festas, era o de união da classe para amenizar aquelas carências; através da quotização de todos. O Comando da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército sempre apoiou tais iniciativas, tanto que a maioria das reuniões preparatórias realizavam-se nas dependências do antigo Quartel General (...)

Como se pode perceber pelo histórico dos clubes, as ações não se restringiram aos aspectos assistenciais. Os clubes foram se transformando em instrumento de conscientização e reivindicações.

O Exército procurou manter o controle sobre as atividades dos clubes de praças, sempre no sentido de evitar que as associações de caráter beneficente fossem transformadas em entidades de cunho político e reivindicatório. Rodrigues<sup>132</sup> (2013) cita a ideia inicial do controle jurídico, restringindo os estatutos às finalidades puramente assistenciais, seguidas de ações mais efetivas, como colocação dos descontos em folha de pagamento (catalogando quem seriam os sócios), observações constantes sobre os sargentos que ocupavam cargos nestes clubes e recomendações diversas, com tons consideravelmente ameaçadores.

As mudanças de relacionamento entre a Instituição Militar e as iniciativas de associações dos sargentos seriam inevitáveis. Um exemplo bem claro está nas ações com relação à Revista A Casa dos Sargentos: em 1940, o Exército reconhece a publicação

---

<sup>132</sup> RODRIGUES. Everton Gonçalves. Op. Cit. p. 138

como de sua utilidade<sup>133</sup>, enquanto em 1950, o presidente da A Casa dos Sargentos foi expulso por ter publicado um texto no jornal da associação, em apoio à campanha “o petróleo é nosso”<sup>134</sup>.

Com relação às ações do Exército na questão das entidades de militares, segundo Arruda<sup>135</sup>, foram usados dois pesos e duas medidas. O termo usado pelo autor é “pau que dá em Chico, não dá em Francisco”. As frequentes manifestações do Clube Militar no cenário político não foram objeto de repreensão por parte da Instituição Militar, enquanto as atividades dos sargentos eram frequentemente reprimidas.

Em 1930, como já vimos, o Exército tomou medidas restringindo a profissionalização dos sargentos. Desta vez, a necessidade de preparo técnico não permitiria que tal atitude fosse repetida. Porém, os graduados deveriam permanecer restritos aos seus trabalhos na caserna. Se outrora a diferença fundamental entre oficiais e praças era a profissionalização, na década de 1960, a distinção estaria na exclusividade do exercício das atividades políticas.

Diante do exposto, pode-se inferir parcialmente que as condições sociais dos sargentos incorporados ao Exército a partir da década de 1940 eram superiores às anteriores. Os novos graduados criaram associações de classe, com o apoio oficial. No entanto, as condições de tratamento conferidas pelo Exército aos oficiais e aos sargentos continuaram sendo bastante diferenciadas.

#### f. Conclusões preliminares

---

<sup>133</sup> Exército Brasileiro, Boletim do Exército n. 09, de 02 de março de 1940, p. 569.

<sup>134</sup> Exército Brasileiro, Boletim do Exército n. 35, de 02 de setembro de 1950, pp. 2391-2392.

<sup>135</sup> ARRUDA, João Rodrigues. Op. Cit. p. 36.

Ao longo das primeiras décadas do século XX ocorreram transformações muito significativas no quadro de sargentos do Exército Brasileiro. Estas influenciaram decisivamente nas ações da instituição ao longo do processo político estabelecido durante os anos 60.

Os sargentos do início do século eram essencialmente semianalfabetos e oriundos das classes mais baixas do estrato social. O processo de modernização iniciado com os oficiais “jovens turcos”, reajustado após as turbulências disciplinares ocorridas durante a década de 1930, e aperfeiçoado com a adesão ideológica ao anticomunismo e os ensinamentos da 2ª Guerra Mundial, resultou no surgimento de um graduado qualificado, disciplinado, instruído e consciente de suas necessidades políticas e sociais.

Durante as décadas de 1910 e 1920, as medidas isoladas relacionadas aos sargentos estavam concentradas na qualificação para o exercício da função de instrutor. Tais conhecimentos aparentemente geraram uma conscientização, por parte de alguns componentes mais politizados, da situação social degradante a qual estavam sujeitos os graduados.

Diante disso, a década de 1930 foi marcada por fortes contestações. As revoltas e motins frequentes foram duramente combatidos, particularmente com a exclusão de um percentual significativo do efetivo. Dentre estes, destaca-se a Intentona Comunista, que se constituiu em marco simbólico para a adoção de medidas com maior profundidade.

A conseqüente renovação do efetivo, associada à melhoria da qualidade de vida na sociedade brasileira e a necessidade de uma mão de obra mais qualificada para a operação de novos equipamentos, fez com que a qualidade intelectual dos sargentos fosse significativamente ampliada em curto espaço de tempo.

Ao mesmo tempo em que o Exército renovava seus quadros, aperfeiçoava o processo de formação e o sistema de controle sobre seu pessoal. A adoção do anticomunismo como suporte ideológico permitiu que a Instituição ampliasse significativamente seu grau de coesão, principalmente por este ser difundido desde o ingresso do militar na carreira. Os corpos de esquerda passaram a ser marginalizados e a ilusão da coesão total passou a nortear as ações institucionais.

As escolas e cursos de formação de sargentos foram aperfeiçoados e contribuíram de maneira bastante eficaz para o estabelecimento de um novo patamar com relação à disciplina. O aumento da carga horária, a padronização do ensino e a criação de uma estrutura que proporcionasse suporte às atividades de ensino ajudaram a Instituição a docilizar seus corpos.

Os avanços nem sempre foram acompanhados pelas conquistas sociais. As normas institucionais com relação às condições sociais dos graduados tornaram-se anacrônicas e passaram a ser motivo de novas reivindicações. Nem mesmo a forte imposição disciplinar foi suficiente para impedi-las.

Ao chegar a década de 1960, período que será estudado no próximo capítulo, os sargentos do Exército estavam inseridos neste ambiente de controle rigoroso da disciplina e das atividades políticas. A estrutura anticomunista estava estabelecida e a capacidade de atuação fora dos parâmetros institucionais era extremamente limitada. Os fatos que serão analisados adiante estão intensamente relacionados ao processo histórico que acabamos de estudar.

## Capítulo 2

### A DÉCADA DE 1960

*Atenção, sargentos do III Exército! Dessas unidades que me ouvem neste momento. Atenção, sargentos das unidades chefiadas por esses militares golpistas! Atenção, oficiais nacionalistas dessas unidades! Atenção sargentos!*

*O povo, do qual sois uma parte inseparável, vos pede neste instante. Pedem a todos vós neste momento! Pede aos sargentos que se levantem, tomem os quartéis e prendam os gorilas!*

(Extrato do discurso de Leonel Brizola, pela Rádio Guaíba, em 1º de abril de 1964).

Os estudos históricos sobre os aspectos político, econômico e social que levaram o Exército a tomar o poder são muito numerosos e foram iniciados logo após o 31 de março de 1964. Apesar da abundância de fontes, poucos são os historiadores que procuraram estudar as razões e o pensamento dos militares, particularmente com relação aos aspectos internos da Força. Parece evidente que, para atingirmos os objetivos deste trabalho, faz-se necessário entrarmos nesses meandros.

Para entendermos as atitudes e o pensamento da cúpula, voltadas para o interior da caserna, existem duas formas disponíveis: buscando fontes primárias ou analisando depoimentos posteriores, quando da realização de trabalhos com a metodologia da História Oral.

As fontes primárias são abundantes e permitem estabelecer a linha de raciocínio das autoridades militares, ou, pelo menos, de que forma estas gostariam que a tropa entendesse suas ações. São, entre outros, publicações em boletins, recomendações em Noticiários do Exército, orientações aos comandantes. Elas explicam os motivos das grandes decisões e reforçam sua importância e necessidade. Em sua maior parte são voltadas para a coesão da Instituição.



Duas coletâneas de entrevistas se destacam quanto a registrar estas mesmas opiniões. A mais difundida e de grande repercussão na comunidade acadêmica é o trabalho em três livros concretizado por Araújo, Soares e Castro<sup>136</sup>, pesquisadores do CPDOC. A segunda foi um trabalho do próprio Exército, numa vasta gama de entrevistas coletadas em 16 volumes<sup>137</sup>.

Para estudarmos o pensamento dos sargentos, as opções disponíveis são mais restritas. Poucos trabalhos publicados, praticamente todos abrangendo a categoria “sargentos das Forças Armadas”, por vezes também incluindo policiais militares. Só para efeito de ilustração, na sede da Editora Biblioteca do Exército, que publica periódicos e livros (normalmente de autores militares) desde 1882, foi encontrado por este pesquisador somente um livro cujo autor é sargento (é possível que existam outros em que o autor seja identificado somente pelo nome, sem a graduação)<sup>138</sup>, que trata de uma homenagem do escritor ao seu pai, contando “causos” pitorescos. Documentos oficiais também não são escritos por graduados. A coleta de dados em jornais é enfadonha e pouco produtiva. A própria Escola de Sargentos das Armas não possui um acervo dedicado à história de seus ex-alunos.

Assim, o uso da metodologia de história oral, cujo resultado será apresentado no capítulo 3, foi fundamental para as conclusões aqui registradas. Por intermédio das entrevistas foi possível verificar o posicionamento dos sargentos a respeito dos fatos em

---

<sup>136</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina de; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. Visões do Golpe: a memória militar de 1964, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina de; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. Os anos de chumbo, a memória militar sobre a repressão, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina de; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. A Volta aos Quartéis, a memória militar sobre a abertura, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

<sup>137</sup> MOTTA, Aricildes de Moraes. 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

<sup>138</sup> O que seria bastante interessante, pois os oficiais normalmente são normalmente identificados pelo posto.

estudo e partir para a consulta aos poucos trabalhos acadêmicos<sup>139</sup> e à documentação disponível, que ratificaram ou complementaram as ideias anteriormente levantadas.

Como pudemos perceber no primeiro capítulo, o Exército havia passado por um intenso processo de modernização, procurando atingir melhores padrões de coesão institucional. Quando dos momentos de turbulência da década de 1960, a Instituição gozava de uma grande influência no cenário político nacional. Qualquer decisão de vulto com forte repercussão, particularmente as de caráter político, só era tomada após consulta aos generais.

Com relação ao objeto deste trabalho, nos parece evidente que seria impossível a Instituição permanecer imune aos grandes avanços dos movimentos reivindicatórios na sociedade. Grande parte dos sargentos era oriunda das classes mais humildes e a doutrina comunista vinha ao encontro de seus anseios. As legislações que regulavam suas atividades estavam ultrapassadas. Nem mesmo o elevado padrão disciplinar atingido evitaria a existência de dissidentes.

Neste capítulo, teremos um resumo sobre os principais fatos que envolveram os sargentos durante a década de 1960. Poderemos ter uma noção dos anseios e das necessidades da categoria, bem como da forma como as reivindicações foram realizadas e suas repercussões. Posteriormente veremos as medidas adotadas pelo Exército para reprimir e evitar a possibilidade de novas manifestações.

a. Os sargentos e suas reivindicações

Conforme nos apresenta Carvalho<sup>140</sup>, a história dos sargentos ainda não foi escrita. São poucos os estudos que foram dedicados aos sargentos e ao processo de construção de

---

<sup>139</sup> Citados em capítulos anteriores.

<sup>140</sup> CARVALHO, José Murilo. Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

sua profissionalização e de sua cidadania. Trabalhos recentes tem contribuído para preencher essa lacuna, dentre os quais, destacamos:

- em 1985, Costa<sup>141</sup> publicou um artigo sobre os protestos dos sargentos na década de 1930 e as relações entre a conjuntura social da época e a disciplina na caserna;

- em 1992, Paulo Parucker escreveu uma dissertação sobre a Revolta dos Sargentos em Brasília, ocorrida em 12 de setembro de 1963. Esse trabalho foi adaptado e publicado como livro em 2009<sup>142</sup>;

- em 2010, Santos<sup>143</sup> descreveu fatos e pensamentos relacionados a diversos eventos envolvendo sargentos, entre 1961 e 1964;

- Em 2013, Rodrigues<sup>144</sup> dedicou uma tese de doutorado à formação da identidade dos sargentos ao longo do processo histórico nacional.

Passemos a extrair destes trabalhos, conteúdos considerados pertinentes.

O trabalho de Costa, embora aborde essencialmente protestos ocorridos na década de 1930, nos mostra que a Instituição Militar não é imune ao cenário político nacional. A efervescência política e social da época, que culminou com a adoção de uma ditadura a partir de 1937, atingiu as raízes do Exército e, por pouco, não teve consequências mais drásticas. Conforme já estudamos no capítulo anterior, foi este cenário que fez com que

---

<sup>141</sup> COSTA, Vanda Ribeiro. Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30. In: Ciências Sociais hoje, 1985. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

<sup>142</sup> PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. Praças em pé de guerra – o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a revolta dos sargentos de Brasília. São Paulo: expressão popular, 2009.

<sup>143</sup> SANTOS, Stefan Freitas dos. Batalha pela democracia: 1961- 1964: outras visões, os sargentos e o governo João Goulart. Dissertação (mestrado)-Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 2010.

<sup>144</sup> RODRIGUES, Everton Gonçalves. Ruídos e vozes do porão fardado: socialização, imaginário e identidade dos sargentos do Exército Brasileiro. Tese de doutorado em História. Universidade Federal do Paraná. 2013.

o Exército definitivamente criasse consciência da necessidade de um maior grau de coesão. Os momentos em que houve quebra da hierarquia foram muitos e intensos.

Podemos, inclusive, traçar um paralelo entre os fatos ocorridos naquele período e os acontecimentos da década de 1960. As semelhanças não são poucas: uma sociedade agitada por ideologias políticas, uma politização forte nas Forças Armadas, uma reação consistente das classes conservadoras e grande influência da mídia, entre outros aspectos. Com relação aos sargentos, acrescenta-se: uma ampliação na capacitação técnica, pouca valorização das condições sociais, forte influência de facções políticas sobre as praças (incluindo aliciamentos e incitações a ações fora do contexto disciplinar) e uma consequente possibilidade de quebra da hierarquia.

Os resultados desse cenário, durante a década de 1930, já foram estudados no primeiro capítulo: uma grande ameaça à Instituição, alto número de motins e levantes e milhares de praças punidas. Tais fatos conduziram a uma reestruturação do Exército, com uma mudança de paradigmas com relação aos sargentos.

O livro de Parucker retrata o movimento dos sargentos das Forças Armadas, reportando-se principalmente aos fatos ocorridos em 12 de setembro de 1961, dia em que graduados da Aeronáutica tomaram quartéis em Brasília e prenderam oficiais, em protesto contra a decisão do Supremo Tribunal Federal de impedir a posse de sargentos que haviam sido eleitos para cargos públicos. As tropas do Exército foram usadas para conter as manifestações.

Apesar do levante ter sido protagonizado por sargentos da Aeronáutica, há que se considerar que as condições sociais e políticas envolviam o conjunto de todos os sargentos das Forças Armadas, como também a própria decisão da Suprema Corte. Os descontentamentos com relação a outros aspectos também eram comuns. O salário era

igual, as condições de trabalho diário também não apresentavam diferenças consistentes, o Estatuto dos Militares e suas prescrições regulamentares diferenciadas entre oficiais e sargentos eram comuns às três forças. Grosso modo, pode-se dizer que todo o espectro de fatores geradores dos protestos era o mesmo.

Para Parucker, o movimento das praças apresentava três características básicas: a intensa politização das questões que afloravam, a organização relativamente autônoma dos subalternos em torno de reivindicações objetivas e a participação em manifestações de caráter claramente político, como forma de pressão para o atendimento de suas demandas.

O autor nos mostra que o movimento político das praças, nos anos iniciais da década de 60, não foi apenas “militar”. Estava inserido num contexto de ampla mobilização das camadas populares, que mais e mais punha em xeque a continuidade, nas precárias bases estabelecidas, das relações de dominação. Por isso mesmo, resgata a resistência daquela classe em aceitar passivamente a perpetuação de mecanismos discriminatórios e excludentes a que estavam submetidos.

Com base nos estudos realizados até aqui, há suporte adequado para questionar os termos “precárias bases estabelecidas”. Pelo menos no que se refere ao Exército, o processo decorrido ao longo das três décadas anteriores proporcionou o estabelecimento de uma sólida estrutura de docilização dos corpos, com resultados perceptíveis.

Se, por um lado, podemos generalizar a questão disciplinar dos sargentos, há que se considerar, também, que existiu uma série de aspectos particulares a cada instituição, antecedendo os fatos. Não seriam estas circunstâncias específicas que permitiram ao Exército agir de forma eficiente contra o levante de Brasília e, posteriormente, nas manifestações dos marinheiros?

Parucker também nos mostra que havia um amplo processo de discussão entre os sargentos a respeito de sua condição, seja dentro da instituição militar, seja na sociedade como um todo. Porém, seria ilusório pensar que aqueles sargentos constituíssem um núcleo cuja consciência política obedecesse a um corpo teórico homogêneo, com uma visão de mundo acabada e consistente em termos, tanto da compreensão da situação vivida, quanto das alternativas propostas para transformá-la. Há testemunhos de sargentos que lamentavam a falta de maturidade política da categoria, o que dificultava as atividades contestatórias.

Parucker ainda classifica as reivindicações em internas e externas, conforme a área problema estivesse dentro das Forças Armadas ou em âmbito nacional.

As internas estavam relacionadas ao plano de carreira, em aspectos como salário, promoção, cursos de aperfeiçoamento, estabilidade e profissionalização, bem como com relação às diferenças regulamentares entre oficiais e praças e abrandamento do rigor dos aspectos disciplinares. Destacam-se algumas proibições questionadas:<sup>145</sup>

- usar trajes civis sem autorização;
- praças sentarem-se à mesma mesa que oficiais;
- danças em clubes ou reuniões familiares nos mesmos recintos em que estejam oficiais presentes;
- casar-se sem prévia autorização;
- frequentar ou fazer parte de sindicatos;
- discutir ou provocar discussões pela imprensa a respeito de assuntos políticos;
- comparecer fardado a manifestações de caráter político.

Não me parece que seja o caso de questionar a validade dos rigores disciplinares e do modo como a Instituição Militar tratava seus subordinados. Pensando em termos

---

<sup>145</sup> Todas as proibições acima estavam prescritas no Regulamento Disciplinar do Exército (Decreto n. 8.835, de 23 de fevereiro de 1942), então em vigor.

atuais, surge como fora do normal que um jovem fosse proibido de casar, ou que não pudesse participar de atividades de cunho político. É difícil precisar se as razões que motivavam tais proibições justificavam essa situação de restrições a requisitos básicos de cidadania. Porém, sobre esse aspecto, um fato é inquestionável: as proibições não eram bem vistas por uma parcela significativa de graduados e serviam de motivação para ampliar o movimento político desenvolvido em torno destes.

Ainda com relação aos aspectos acima levantados, considero questionável a proposta do autor, quando o mesmo utiliza o Regulamento Disciplinar do Exército para dar suporte às reivindicações que tomaram vulto na Aeronáutica. Apesar de se constituírem em um “conjunto Forças Armadas”, diversas normas internas eram diferentes. As regras eram específicas em virtude das particularidades dentro de cada Força. Apresento a possibilidade de que as restrições disciplinares no Exército eram diferenciadas, em função das repercussões dos protestos dos sargentos durante a década de 1930 e das rigorosas medidas de repressão adotadas. Considerando a tradicional morosidade brasileira na reestruturação de sua legislação, não parece difícil que decisões tomadas três décadas antes ainda estivessem em vigor, mesmo tendo sua necessidade questionável.

Voltando a Parucker, o autor aborda que as reivindicações externas eram manifestadas por intermédio de panfletos ou ações políticas dos candidatos a cargos eletivos. A plataforma envolvia reforma agrária, eliminação do capital estrangeiro das atividades produtivas, participação de operários no lucro das empresas, monopólio estatal das fontes básicas de energia, política externa independente e distribuição justa da riqueza nacional. Os sargentos políticos também defenderam a legalidade por ocasião da renúncia de Jânio Quadros. Um lema bem característico, da campanha do Sargento Garcia Filho a deputado, dizia que “sargento também é povo”. Para Parucker, após a eclosão do

movimento em Brasília, esse deputado tornou-se uma espécie de porta-voz dos anseios dos sargentos.

Ao concordar com as afirmações de Moraes<sup>146</sup>, no sentido de que não havia uma esquerda atuante no Exército, apresenta-se a possibilidade das afirmações de Parucker não serem aplicáveis aos sargentos da Força Terrestre. Havia corpos isolados que não chegavam a se constituir em movimento interno de relevância. Estavam marginalizados e não tinham força suficiente para influenciar a maior parte dos militares. Não é objeto deste trabalho, portanto não cabe nenhuma observação sobre o poder de influência da ideologia esquerdista nas outras forças. Reitero que este estudo é referente apenas ao Exército.

Quando relata os fatos ocorridos em Brasília, o autor narra acontecimentos que refletiriam o clima de tensão existente entre os militares daquela cidade. Inicia com as tensões entre operários, em greve contra as condições de trabalho, os aumentos do custo de vida e uma repressão violenta desencadeada pela polícia, onde resultaram um morto e 50 feridos. Cita o caso da expulsão de um cabo do Batalhão de Guarda Presidencial (do Exército), reclamações a respeito do transporte numa base aérea, recusa de alimentação por fuzileiros navais e atritos entre oficiais e praças no Grupamento de Fuzileiros Navais, com a insubordinação de um cabo.

Novamente, julgo interessante registrar que não há fato de relevância ao se considerar o Exército isoladamente. A expulsão de um cabo é um ato rotineiro e, por si só, não representa algo significativo.

Ao narrar o dia exato do movimento armado, em seus preparativos, o mesmo autor se reporta ao fato de que o levante deveria contar com militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, porém, com relação ao Exército, “os contatos não inspiravam grande

---

<sup>146</sup> MORAIS, Ronaldo Queiroz de. Do Exército Moderno à República Militar: Caserna, Política e Tensão (1913-1977). Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, 2009.



certeza para o núcleo rebelde”<sup>147</sup>. Durante a execução propriamente dita, novamente tentou-se sublevar sargentos do Batalhão de Guarda Presidencial, mas houve uma segunda negativa<sup>148</sup>.

Surgem ao longo do texto depoimentos que indicariam uma adesão de alguns militares do Exército em Quitaúna (SP), mostrando que o levante de Brasília teve repercussão em São Paulo. “Nada se provou, contudo, quanto a efetivas adesões ao protesto, nos moldes de Brasília”<sup>149</sup>.

Parucker narra a sucessão de fatos com uma riqueza de detalhes muito interessante. O valor de sua pesquisa histórica é inquestionável. Considero, entretanto, importante esclarecer que não houve preocupação em separar os acontecimentos dentro de cada Força Armada, já que esse não era o objetivo da sua pesquisa. Para os nossos trabalhos, isso se faz necessário.

Portanto, a descrição do episódio de Brasília deixa clara a tentativa de convencimento a sargentos do Exército e a resistência destes em aderir a um protesto naquelas condições. Os atritos ocorridos na madrugada e durante o dia seguinte foram entre os revoltosos e tropas da Força Terrestre. Os sargentos do Exército mostraram-se disciplinados.

Com relação ao trabalho de Santos, após descrever o cenário nacional e alguns aspectos internos das instituições militares, o autor se reporta às ações dos sargentos ao longo do período de 1961 e 1964. A primeira atividade relatada é um episódio que ficou conhecido como “Operação Mosquito”. Baseado em relatos de Hélio Silva e Néelson Werneck Sodré<sup>150</sup>, além de outros depoimentos, são descritas ações dos sargentos da Base Aérea de Brasília, que teriam sabotado aviões que seriam usados para impedir o pouso de

---

<sup>147</sup> PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. Op. Cit. p. 109.

<sup>148</sup> PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. Op. Cit. p. 117.

<sup>149</sup> Idem. p. 138.

<sup>150</sup> SANTOS, Stefan Freitas dos. Op. Cit. p. 33.

João Goulart em 1961, por ocasião de sua posse. Movimentação parecida teria ocorrido no Rio Grande do Sul, conforme depoimento prestado por Leonel Brizola<sup>151</sup>.

Sobre esse fato, é interessante registrar que o presidente interino, quando da renúncia de Jânio Quadros, Ranieri Mazzilli, em entrevista concedida a Hélio Silva<sup>152</sup>, declarou que a “Operação Mosquito” não existiu. Na ocasião, o presidente ficou sabendo que alguns oficiais da Aeronáutica tinham a intenção de evitar o pouso de João Goulart e, em conversas com ministros militares, recebeu a garantia do Ministro da Guerra de que tropas do Exército garantiriam que o Presidente pudesse pousar em segurança. Ou seja, as ações para evitar a emboscada foram realizadas sob a coordenação dos altos escalões, e não arquitetadas por sargentos, como sugere o texto.

Independente da verdade dos fatos, podem ser extraídas duas conclusões das versões apresentadas:

- existia um claro clima de tensão na caserna, com evidentes atritos entre oficiais e sargentos da Aeronáutica.

- havia uma intenção de que o fato fosse registrado de forma a valorizar a ação dos sargentos, provavelmente com o objetivo de explorá-lo politicamente.

Apesar de o fato ter acontecido na Força Aérea (e nosso trabalho versa sobre o Exército), é pertinente analisá-lo neste sentido: ao estudar o assunto, há necessidade de se avaliar criteriosamente o grau de veracidade da fonte, uma vez que qualquer fato ocorrido dentro da caserna, naquele período, era explorado ideologicamente, tanto por segmentos políticos de esquerda como de direita, bem como pelos próprios sargentos, ou

---

<sup>151</sup> Idem. p. 34.

<sup>152</sup> SILVA, Hélio. Caderno Cândido Mendes. A crise político-militar de 1964. Rio de Janeiro: Centro Cultural Cândido Mendes. 1978(?)

ainda pela Instituição Militar. Numa época conturbada (e talvez em qualquer tempo), os efeitos que os fatos produzem se tornam mais importantes do que a verdade sobre os mesmos.

Retornando ao trabalho de Stefan Santos, após um breve histórico são relatados trechos de entrevistas com militares de esquerda que foram expulsos pelo Exército. Evidentemente o seu resultado é muito diferente do meu, uma vez que me baseio em sargentos que permaneceram na Força e contribuíram para a estabilização do movimento de 31 de março. As opiniões são praticamente opostas.

Nesse momento, parece oportuno questionar: seriam esses sargentos entrevistados realmente representativos, como porta-vozes da categoria? Se havia apenas uma quantidade mínima de sargentos que aderiram aos ideais de esquerda, aparentemente as ideias relatadas são opiniões isoladas e que não condizem com o pensamento da grande maioria. Como será visto adiante, as praças do Exército foram muito leais aos seus superiores ou à sua Instituição, embora, obviamente, tenham existido membros com opiniões das mais variadas.

O autor coloca outros incidentes envolvendo sargentos, dentre os quais uma reunião destes para homenagear o General Osvino, na sede do Instituto de Aposentados e Pensionistas do Comércio (IAPC), em 12 de maio de 1963, onde ocorreu um discurso do Subtenente Gelcy Correia, que causou alarde na oficialidade. O referido militar afirmou, entre outros assuntos, “que se as forças do golpismo e da reação tentarem impedir as reformas de que o Brasil necessita, nós, com o apoio do povo pegaremos em

nosso instrumento de trabalho, que é o fuzil”. Segundo o Jornal do Brasil<sup>153</sup>, nessa reunião compareceram cerca de mil sargentos das três Forças Armadas.

Esse episódio obviamente fortalece os argumentos de que os sargentos estavam participando ativamente do processo político, com manifestações públicas que contrariavam os regulamentos militares. O somatório deste com outros fatos e sua repercussão na mídia deixam absolutamente clara a politização entre os graduados.

O autor prossegue apresentando um documento do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) relatando detalhes sobre o assunto (apud Santos, p. 45):

Passo a fornecer a V.S. alguns informes relacionados com o assunto tratado neste item. Em 11.5.1963, no auditório do I.A.P.C., houve uma reunião programada pelos Subtenentes, Sargentos e forças auxiliares do Exército, Marinha e Aeronáutica, com a seguinte ordem do dia:

1º Homenagem ao general Osvino Ferreira Alves.

2º Debate sobre o aumento dos militares e civis.

Em quase todos os discursos, o que mais se notava era a intenção de subverter a ordem, pois que de homenagem ao general Osvino Alves e de aumento de funcionalismo quase nada se falou. Os assuntos ventilados foram os seguintes: reforma agrária, capital estrangeiro, imperialismo americano, derrota completa daqueles que por eles são denominados “gorilas”.

O general Osvino não compareceu. Estiveram presentes cerca de 600 pessoas entre civis e militares, dentre estes uns 20 fardados.

As fontes consultadas não permitem estabelecer a quantidade de sargentos de cada Força separadamente. No entanto, independente desse número, há que se considerar que uma reunião para homenagear um general, pelo menos em tese, não deveria ser considerada atentatória à disciplina. O termo do relatório indica a presença de “uns 20 fardados”, o que, considerando-se o efetivo de militares da guarnição do Rio de Janeiro, é inexpressivo.

O fato tomou as primeiras páginas de todos os jornais. Novamente parece interessante retornar ao ponto já levantado: uma reunião com seiscentas (ou que fossem

---

<sup>153</sup> Jornal do Brasil, 12 de maio de 1963, 1º caderno, p. 3. Disponível em <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19630513&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em 06 abr. 2013.

mil) pessoas, com cerca de vinte militares fardados, deveria tomar tamanhas proporções? Haveria realmente um clima generalizado de indisciplina? O alardeamento dessa ameaça de quebra de hierarquia interessaria a alguma facção política? Existia uma penetração consistente dos partidos de esquerda no âmbito das praças, a ponto de mobilizá-los e colocar a hierarquia em cheque?

O discurso de quebra da hierarquia foi disseminado, aumentando-se o ambiente conturbado do cenário nacional. Além dos discursos inflamados e das discussões acaloradas, na prática, o que tinha acontecido até o início de março de 1964 foi: uma reunião que poderia ser irrelevante se a mídia não tivesse dado importância e o episódio da revolta de Brasília, rapidamente contido. Se compararmos estes fatos aos inúmeros levantes da década de 1930, poder-se-ia considerar a situação disciplinar como de absoluta normalidade.

É oportuno registrar novamente que este trabalho está restrito ao âmbito dos sargentos. É um consenso histórico que, entre a oficialidade, particularmente nos altos escalões, a política era objeto de constantes e intensas discussões. As eleições do Clube Militar eram acompanhadas por toda a sociedade e a mídia aumentava a importância de qualquer opinião de generais influentes. Por mais que os sargentos fossem orientados a não participarem de atividades políticas, era, no mínimo, incoerente exigir exatamente o contrário do que praticavam os oficiais.

É evidente que a mobilização política penetrava a caserna, até mesmo porque alguns sargentos estavam sendo eleitos para cargos públicos, inclusive com votações expressivas<sup>154</sup>. Os discursos acalorados de outros políticos ligados à esquerda destacavam

---

<sup>154</sup> Destacam-se os sargentos-políticos Garcia Filho e Almoré Cavalheiro e Edgar Nogueira Borges.

as condições inapropriadas dos regulamentos militares. As reuniões incomodavam as altas autoridades e aumentavam o clima de tensão reinante na sociedade.

No entanto, no trabalho de Stefan Santos, mais uma vez, não foram encontrados indícios de quebra da hierarquia dentro do Exército. Os fatos mostram poucos corpos de esquerda com alguma influência e poder de penetração. Com relação à maior parte dos graduados, aparentemente permaneciam disciplinados e cumprindo seus afazeres profissionais.

Passemos à tese de doutorado de Rodrigues<sup>155</sup>. O tema é essencialmente a construção da identidade dos sargentos do Exército ao longo da história, basicamente durante o século XX. Evidentemente seu trabalho foi bastante útil para a confecção do primeiro capítulo desta dissertação. O texto está bastante concentrado nas décadas iniciais e intermediárias, com pouco destaque aos anos 1960. Posteriormente encontramos um capítulo dedicado à história oral com sargentos, mas com relatos mais focados em períodos posteriores (embora se perceba a relação entre 1964 e estes fatos).

O autor não procura explicar a mobilização política nos anos 1960, nem mesmo a falta de mobilização posterior. O que não deixa de ser um detalhe importante: ao não dar importância ao período, provavelmente não o considerou de grande relevância para a formação da identidade cultural dos sargentos.

Portanto, nesse sentido, destaca-se a questão de que realmente a década de 1960, apesar de ser um período crítico da história nacional, com acontecimentos de relevância para os sargentos, não gerou grandes mudanças ou traumas nessa coletividade. Os fatos narrados, bem como as providências que foram adotadas pelo Exército, na verdade,

---

<sup>155</sup> RODRIGUES, Everton Gonçalves. Op. Cit.

constituíram-se apenas um reforço daquilo que já vinha sendo feito durante décadas - uma continuidade da imposição dos valores já estabelecidos.

Outros autores escreveram sobre assuntos relacionados e merecem registro. É interessante inserir a visão do historiador Hélio Silva<sup>156</sup>.

Tradicionalmente, por se acharem estreitamente vinculados às camadas populares, sentiam os graduados das forças armadas, na própria carne, as distorções das estruturas socioeconômicas e as restrições que os preconceitos elitistas impunham nas limitações da carreira e no acesso ao oficialato.

Nas crises de 1955 e 1961, nossos sargentos desempenharam, no entanto, papel de relevo, apoiando a oficialidade legalista, sabendo-se de casos em que oficiais sediciosos não conseguiram sublevar suas unidades por não contarem com a adesão dos graduados.

Essas ocorrências e a elevação do nível profissional, reclamado por novas técnicas militares e equipamento mais sofisticado, conduziram os sargentos ao inconformismo em permanecerem à margem do processo político, confinados às atividades subalternas dos quartéis.

Tais impulsos para uma participação mais ativa na sociedade brasileira ocorriam, porém, em fase de crescente radicalização das correntes antagônicas, que não deixaria de contagiar também os sargentos.

Assim é que, frontado as normas disciplinares vigentes e sem o respaldo de uma legislação ainda retrógrada, passaram os graduados a esposar teses que empolgavam as correntes populares.

Hélio Silva escreveu diversos livros sobre o movimento militar, seus antecedentes e suas consequências. Em várias ocasiões destaca a importância da atuação dos sargentos, como partícipes da resistência e lutadores em prol da causa nacionalista. O texto acima resume de maneira eficiente sua visão da problemática em estudo: a de que os sargentos reivindicavam, com fundamento, direitos que lhes eram negados pelos regulamentos disciplinares e receberam apoio político de outros setores da sociedade.

Porém, mais uma vez, após incessantes buscas, não foram encontrados em Hélio Silva dados que pudessem conduzir a fortes resistências de sargentos dentro do Exército. Seus estudos, tais como os anteriores, generalizam os acontecimentos no âmbito das

---

<sup>156</sup> SILVA, Hélio. *A voz e a vez dos vencidos*. Vozes: Rio de Janeiro, 1988. p. 95.

Forças Armadas. Nem mesmo nos períodos citados (1955 e 1961) foram encontradas ações de relevância conforme sugere o autor.

Com relação aos fatos citados, em que oficiais sediciosos foram contidos por sargentos em tentativas de sublevar suas unidades, também não foram encontrados registros consistentes que dessem amparo às suas afirmações. O episódio mais registrado nesse sentido foi aquele conhecido como “Operação Mosquito”, já comentado nas páginas anteriores. É curioso constatar que, mesmo após a entrevista concedida por Ranieri Mazzilli, confirmando que as medidas adotadas partiram de ações da cúpula militar, Silva continuou usando a operação mosquito como exemplo de atuação dos graduados.

Capitani<sup>157</sup>, quando fala da criação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, em 1962, usa os seguintes termos (p. 32):

Buscamos aproximação maior a outras entidades das Forças Armadas, como o Clube de Subtenentes e Sargentos do Exército, da Aeronáutica e dos Suboficiais e Sargentos da Marinha. (...)

A Associação passou a ser um ponto de referência e um polo irradiador para os membros das demais Forças Armadas. A partir do movimento dos bombeiros, a Associação da Polícia Militar da Guanabara (...). As primeiras reuniões dos cabos e soldados da Aeronáutica, inclusive a fundação de sua associação, foram em nossa sede (...)

No Exército, a realidade foi diferente. (...). A parte estável era composta essencialmente por oficiais, suboficiais (*sic*) e sargentos que já tinham suas próprias entidades. Os cabos e soldados engajados eram minoria e, apesar do esforço de alguns, no momento do golpe, a associação não passava de uma ideia incipiente.

Mais uma vez fica clara a tentativa de aliciamento a sargentos do Exército e a negação destes em participar desse tipo de movimento reivindicatório.

Durante o mês de março de 1964 a questão disciplinar das praças das Forças Armadas ganhou maior expressão. No dia 25, houve uma grande manifestação de

---

<sup>157</sup> CAPITANI, Avelino Bioen. A Rebelião dos Marinheiros. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1997.



marinheiros e fuzileiros navais, no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como Revolta dos Marinheiros. O site do CPDOC<sup>158</sup> narra os fatos da seguinte forma:

Dois mil marinheiros e fuzileiros navais liderados por [José Anselmo dos Santos](#), o "cabo" Anselmo, compareceram à sede do sindicato naquele dia, a despeito da proibição do ministro. O ato contou com a presença de representantes dos sindicalistas e líderes estudantis, e além do deputado [Leonel Brizola](#) e do marinheiro João Cândido, líder da Revolta dos Marinheiros de 1910.

(...)

A adesão dos fuzileiros evidenciou a polarização existente no interior das forças armadas em torno do apoio ao presidente [Goulart](#). A posição de Aragão, aliada à ordem emitida em seguida por Goulart proibindo as tropas de invadir o Sindicato dos Metalúrgicos, provocou o pedido de demissão de Sílvio Mota, imediatamente substituído pelo almirante [Paulo Mário Rodrigues](#).

No dia 26 de março, o ministro do Trabalho [Amauri Silva](#) conseguiu um acordo com os marinheiros, que abandonaram o prédio do sindicato e foram em seguida presos e conduzidos a um quartel, em São Cristóvão. Horas depois, contudo, foram anistiados por Goulart. Essa anistia foi muito criticada pela alta oficialidade, agravando ainda mais a crise na área militar.

Aí surge um segundo protesto mais contundente e claramente indisciplinado. O episódio teve repercussão imediata e foi objeto de discussão nas primeiras páginas dos jornais durante vários dias. A decisão do presidente foi muito questionada e debatida por diversos setores da sociedade.

Mais uma vez, não houve a participação de praças do Exército. Ao contrário, a Força Terrestre foi usada para conter os manifestantes, embora tenha sido uma participação bastante limitada.

Outro episódio que merece registro é a reunião ocorrida em 30 de março de 1964, na sede do Automóvel Clube, com os sargentos e o Presidente da República. Novamente o fato é tratado como de extrema gravidade e toma as primeiras páginas dos jornais. Novamente, não há possibilidade de precisar, entre os sargentos, quantos de cada Força Armada estariam presentes.

---

158

Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A\\_revolta\\_dos\\_marinheiros](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_revolta_dos_marinheiros). autor não identificado. Acesso em 12 abr. 2013.

Durante a realização das entrevistas procurou-se encontrar algum sargento que tivesse estado presente nesse evento. Seria o perfil ideal, pois estaria participando das reivindicações, para posteriormente ajudar a combatê-las, - nada mais adequado para encontrar as causas dessa “conversão”. Após cerca de dez tentativas, com sargentos que serviam no Rio de Janeiro nesta época, além de não ter sido encontrado nenhum que estivesse naquela reunião, não foram conseguidas sequer informações sobre alguém que lá tenha estado. Surgiu a ideia de que seria uma forma de evitar o assunto, que poderia ser traumático, ou comprometedor. As respostas oscilavam: “lá tinha apenas alguns cabos”, ou “lá foi só pessoal da Polícia Militar” ou ainda “lá não tinha gente nossa” ou também que “não sabia dizer nada sobre o assunto”. Ao final, foram entrevistados sargentos com outro perfil.

Após os estudos realizados, pode-se perceber que, provavelmente, não havia nenhuma tentativa de encobrir ou ocultar. Simplesmente, diferentemente do que se imaginava, a quantidade de sargentos do Exército que estavam presentes ao evento foi mínima. Eis mais alguns argumentos:

Por volta das dezoito horas o Automóvel Clube já se achava repleto. A diretoria do Clube dos Sargentos, representações dos demais setores da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, etc., lotavam aquelas dependências. No entanto, pouquíssimos sargentos do Exército compareceram: não haviam sido liberados naquele dia, nas suas unidades, especialmente na Vila Militar.<sup>159</sup>

Em Soares et. al. O evento é chamado “festa dos sargentos da PM”.<sup>160</sup>

Carneiro<sup>161</sup> afirma que a reunião tinha o pretexto de comemorar o aniversário da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar, sugerindo uma presença maior de militares daquela corporação.

---

<sup>159</sup> SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília. 1962. *As crises e as reformas*. São Paulo: Editora Três, 1975.

<sup>160</sup> D’Araújo, Maria Celina de; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: a memória militar de 1964*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 29.

<sup>161</sup> CARNEIRO, Glauco. *História das Revoluções Brasileiras*. Rio de Janeiro: Gráfica O Cruzeiro, 1965.

Novamente, não foi possível precisar a quantidade de sargentos de cada Força. No entanto, as abordagens sugerem uma grande quantidade de graduados da Polícia Militar e uma inexpressiva participação por parte de militares do Exército. Embora o motivo seja a não liberação de seus quartéis, é pertinente registrar que tal medida foi aceita e cumprida sem que ocorressem incidentes disciplinares.

Mais uma vez, destaca-se a seguinte questão: os sargentos que participaram da reunião estariam cometendo transgressão disciplinar? Haveria motivo para tamanha repercussão na mídia? Uma reunião desse tipo, com uma visão imparcial, não seria algo normal? O Presidente da República não teria o direito de se reunir com os sargentos? Isso é quebra da hierarquia?

Aparentemente foi criado um ambiente onde os fatos foram superdimensionados. Existia um ambiente de tensão e de influências ideológicas, com reivindicações e atuações de graduados no cenário político, mas as consequências eram demasiadamente ampliadas, mostrando um cenário deturpado. O somatório destes episódios efetivamente foi considerado como uma crise hierárquica muito mais pelas suas repercussões e potenciais ameaças, tais como imaginadas, do que pelos acontecimentos propriamente ditos.

O evento, mais uma vez, ocupou a primeira página dos principais jornais. As opiniões oscilavam, dependendo da linha editorial do periódico. Uma coluna do Jornal do Brasil, chamada “coisas da política”, publicada às vésperas do Golpe de Estado é bastante interessante e elucidativa<sup>162</sup>:

Afirmam os porta-vozes presidenciais mais seguros que, em nenhum momento, o Sr. João Goulart temeu por um alastramento irremediável do foco de rebeldia localizado em setores consideráveis da oficialidade da Marinha: o Exército, como verdadeira base da segurança do governo, ficara de tal modo situado nos acontecimentos, que para ele se

---

<sup>162</sup> Jornal do Brasil, 31 de março de 1964, p.6. Autor não identificado. Disponível em: <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640331&printsec=frontpage&hl=pt-BR>

voltaria o presidente, tranquilamente, no momento em que sua estabilidade no cargo corresse perigo real.

Na verdade, as forças de terra receberam a missão de tutelar a Marinha, saindo do episódio mais agudo da crise em posição de superioridade e não tendo qualquer tipo de queixa a fazer do Presidente da República. Se é exato que uma parte dos oficiais é tão sensível quanto os da Marinha ao fenômeno da quebra da hierarquia e da disciplina, deve-se admitir, realisticamente, que o Exército em globo, ficou imune aos argumentos com os quais a Armada poderia ser conduzida a uma ação contra o Governo ou contra a pessoa do seu Chefe.

(...)

A propósito da infiltração comunista, os pessedistas pensam em ilustrar a advertência com o recente episódio da Marinha, quando se tentou a organização de uma espécie de soviete na Armada.

Aparentemente o Presidente da República imaginava ter o respaldo do Exército, mesmo diante dos fortes indícios de divisão no âmbito da alta oficialidade. Levanto a possibilidade de que um dos motivos de tamanha tranquilidade do Presidente seja a sua confiança nos graduados, acreditando que sua liderança sobre essa categoria propiciava um suporte político (e, eventualmente, militar) adequado dentro da Força.

Os fatos mostraram que o Presidente estava enganado. Se contava com o Exército para legitimá-lo, é porque estava profundamente enganado. Os sargentos eram leais sim, mas não à sua pessoa. Seguiram as recomendações que aprenderam em seus quartéis, cumpriram as ordens de seus chefes e, mesmo diante do cenário político em convulsão, não titubearam na hora de decidir. Foram fiéis aos seus superiores hierárquicos.

#### b. As ações do Exército

As Forças Armadas reagiram de forma contundente ao cenário estabelecido. As altas autoridades, assim como grande parte da sociedade, interpretaram os fatos como insustentáveis. A percepção da possibilidade de quebra da hierarquia, quer tenha sido real ou exacerbada, foi um dos principais motivos da concretização do Golpe de Estado. Pode-se afirmar, com fundamento, que, se as condições internas das praças fossem diferentes, as ações políticas da cúpula também o seriam.

Considerando ter ficado claro que a importância dos movimentos das praças foi ampliada por fatores externos, neste tópico, não será discutido o mérito da existência ou não de condições desagregadoras internas na Instituição. A cúpula militar, propositalmente ou não, tratou do assunto com base nos efeitos superdimensionados.

Serão utilizadas ideias de Eliezer Oliveira<sup>163</sup> sobre o assunto:

(...) as Forças Armadas conheceriam um novo tipo de divisão ideológica: a que se desenvolve entre os quadros inferiores.

De fato, trata-se de uma divisão vertical, pela qual sargentos e marinheiros organizam suas próprias reivindicações, alheios ao controle da hierarquia e disciplina militares. Até então, as Forças Armadas estavam horizontalmente divididas, isto é, ao nível dos oficiais. Poder-se-ia obstar esta observação no sentido de que há pouca “horizontalidade” entre um general e um tenente, ambos oficiais. Ocorre que a primeira divisão evidencia a penetração dos movimentos populares nas Forças Armadas, numa contestação tanto das posições políticas dos oficiais superiores, quanto das prerrogativas militares assentadas numa hierarquia e na disciplina, enquanto a segunda marca-se mais pelos aspectos constitucionais da posição dos oficiais frente ao regime.

(...)

Há que se criteriar o papel da ação política dos quadros inferiores na definição dos rumos da corporação. É possível que aquela ação tenha contribuído para a adesão de oficiais “centristas” ou “legalistas” ao movimento de conspiração.

(...)

A mobilização política dos quadros inferiores e dos altos oficiais está intrinsecamente ligada ao quadro político e institucional da crise brasileira.

As palavras de Oliveira são muito pertinentes (embora a aplicação do termo “novo” para a divisão ideológica estudada seja questionável, pois essa problemática estava muito presente há pelo menos três décadas). Talvez pela experiência vivida em décadas anteriores, a questão da exclusividade no exercício efetivo da atividade política foi considerada vital para a preservação da Instituição. A mobilização dos graduados foi vista como uma grave ameaça e a necessidade de serem tomadas providências a respeito foi quase um consenso.

Enquanto as atividades políticas estavam concentradas na oficialidade, nas décadas de 1940 e 1950, a questão disciplinar parecia não ser considerada como

---

<sup>163</sup> OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Forças Armadas e ideologia no Brasil (1964-1969). Universidade Estadual de Campinas, dissertação de mestrado em Ciência Política. Campinas: 1976.

problema. Com as medidas adotadas anteriormente o Exército conseguiu controlar seus graduados e limitar sua atuação política. A repetição das dificuldades dos anos 30 seria inaceitável.

A divisão vertical não podia ser admitida. A participação ativa de graduados representava uma partilha de poder inaplicável à estrutura hierarquizada, onde a autoridade seria indivisível. O transporte de valores internos para o ambiente externo é bem claro, particularmente aqueles relacionados ao monopólio da capacidade de mandar e exercer fortes influências.

Uma observação de extrema importância torna-se pertinente nesse momento. Os oficiais eram todos oriundos das escolas militares de nível superior e preparados para as ações de chefia que são desenvolvidas desde os primeiros anos de carreira. Inicialmente, o jovem tenente comanda frações com cerca de 30 homens. Oficiais intermediários comandam uma companhia, entre 100 e 200 homens. As tropas com maior efetivo são lideradas pelos oficiais superiores. Este exercício de chefia é incorporado como rotina ao longo de toda a carreira. Há um sentimento inculcado: comando é ação de oficiais. E praticamente todos chegarão ao final da carreira a um posto de oficial superior e exercerão influência sobre significativo contingente.

Os sargentos, por sua vez, possuíam uma formação de ensino intermediário. Grande parte exercia funções técnicas ou administrativas ao longo da maior parte da carreira. O exercício de comando de tropa ocorre, normalmente, somente nos primeiros anos de atividade profissional e em frações de efetivo muito reduzido e, ainda assim, com a subordinação direta a um oficial.

Tais condutas são incorporadas como rotineiras e normais (tanto para oficiais, quanto para praças), além de serem previstas pelo Estatuto dos Militares. Portanto,

quando um sargento passa a ter um poder de influência muito maior do que aquele preconizado pela Instituição, ele passa a ser um corpo estranho, fora dos padrões desejados e praticados.

Sobre o assunto, a abordagem de Castro é perspicaz:

... a hierarquia que pressupõe a ‘possibilidade de ascensão’ para todos os seus membros, a partir de uma situação inicial de ‘igualdade’ formal de condições. Falar em ‘quantidade’ de tempo significa que todas as posições ocupadas pelos oficiais estão dispostas num mesmo eixo de tempo social e que, portanto, são redutíveis e comparáveis umas às outras — são distâncias ‘quantificáveis’ (...)  
Em contraposição a esse tipo de hierarquia, teríamos a qualitativa (...) havendo, desde o início, uma desigualdade de condições.<sup>164</sup>

A distinção sugerida por Celso Castro em termos da natureza da relação hierárquica é clara. A hierarquia para os oficiais trata-se somente de uma questão temporal – os mais experientes exercem funções de maior relevância e responsabilidade, as mesmas que serão exercidas pelos mais novos em anos vindouros. Com relação às praças a situação é diferente. O exercício das funções mais relevantes não está ao seu alcance. O papel de subordinado lhes é imposto ao longo de toda a carreira, desde a sua formação nos bancos escolares.

Não resta dúvida que a possibilidade maior de ruptura na cadeia hierárquica está nesse ponto. Se o sargento é o elo fundamental entre o comando e a tropa, conforme preconiza a sua escola, onde poderíamos enquadrá-lo? Como fazendo parte do comando ou pertencente à tropa? Essa função de “elo” certamente é de difícil compreensão, e num momento conturbado, essa dificuldade pode vir à tona.

Na mesma linha de raciocínio, poderia se relacionar a questão numa linha marxista, tratando de uma separação entre proletários e burgueses, ou exploradores e

---

<sup>164</sup> CASTRO, Celso. O espírito militar: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990. p. 23-24.

explorados. Nessa interpretação, o movimento dos sargentos seria considerado dentro do quadro de luta das classes dominadas.

Tal perspectiva seria reforçada pelas normas legais anacrônicas e discriminatórias. Uma exploração política direcionada, certamente encontraria terreno fértil para sua disseminação.

Costa, ao estudar as manifestações dos sargentos na década de 1930, fez a seguinte afirmação:

(...) Entre as praças e a oficialidade estabeleceu-se um fosso intransponível; os sargentos, situados precisamente no ponto de quebra dessa cadeia, experimentaríamos sobre si mesmos a contradição entre uma retórica da igualdade e uma prática da diferença<sup>165</sup>

A relação estabelecida pela autora pode ser transposta para a década de 1960. Se existe algum ponto em que essa contradição pode ser apontada, sem nenhuma dúvida, está nos graduados. Os fatos ocorridos deixaram essa perspectiva muito evidente.

No entanto, a despeito desses diversos aspectos facilitadores, no âmbito dos sargentos do Exército, os problemas disciplinares, durante os anos 60, foram pontuais e muito menores do que aqueles estudados por Costa. O resultado das medidas adotadas nas décadas anteriores, assim como das ações mais imediatas, não pode ser menosprezado. As ações institucionais caminharam no sentido de reduzir ao máximo as atividades políticas de praças.

Além do suporte disciplinar estabelecido e das outras condições estudadas no capítulo anterior, o Exército passou a intensificar ações no sentido de evitar uma reedição do colapso disciplinar dos anos 30. Antes mesmo de a situação ganhar espaço público, a preocupação mostrava-se presente. A partir das agitações políticas por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, o Exército passou a ter uma preocupação ainda maior com a disciplina.

---

<sup>165</sup> COSTA, Vanda Ribeiro. Op. Cit. (p. 7-8).



Uma das atitudes pouco exploradas nos trabalhos acadêmicos, mas de objetivos bem claros, é a exploração de valores cultuados pela instituição com o objetivo de motivar os subordinados a seguir as diretrizes estabelecidas. Um dos suportes é o culto a personalidades. Não por acaso, em 13 de março de 1962 foi publicado um decreto homologando os patronos das Armas, dos Serviços e do Magistério Militar. Segue-se um extrato do texto<sup>166</sup>:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

CONSIDERANDO:

- que a educação moral e cívica do soldado impõe a veneração dos vultos militares do passado;

- que atendendo a essa imposição, o Exército, suas Armas, Serviços e o Magistério Militar, já escolheram e vêm cultuando seus respectivos Patronos, todos eles figuras dignas de maior reverência;

(...)

Resolve:

a) Instituir e homologar as escolhas já consagradas dos Patronos:

b) (...)

Portanto, em 1962, o Exército voltava a demonstrar uma maior preocupação com os aspectos disciplinares. Os efeitos desse simbolismo, embora pouco estudados no Brasil, e não mensuráveis, são visivelmente eficientes. Castro realiza um estudo interessante, quando aborda uma breve história desse aspecto e a utilização dos mesmos ao longo do período republicano<sup>167</sup>.

No ano seguinte as recomendações passaram a ser mais frequentes e enfáticas. Ficou claro que as divisões da cúpula não deveriam chegar ao grosso do efetivo e que se faziam necessárias medidas para evitar que isso acontecesse.

---

<sup>166</sup> Decreto nº 51.429, de 13 de Março de 1962. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51429-13-marco-1962-391353-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 13 abr. 2013.

<sup>167</sup> CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002.

O Noticiário do Exército<sup>168</sup>, em 1963, foi um portador das mensagens do ministro Jair Dantas Ribeiro à tropa, com a intenção de minimizar o quadro disciplinar delicado.

Vejam os alguns artigos publicados:

Por não ter sido bem compreendido o nosso espírito de tolerância, sou levado a adotar, de pronto, uma série de providências, com vista à reafirmação do princípio da autoridade, em todos os escalões da hierarquia militar.

O Ministro da Guerra, como comandante efetivo do Exército e líder de sua classe, espera que todos se congreguem em torno da sua autoridade **a fim de que possa deter a onda de indisciplina**<sup>169</sup> que uma pequena parcela pretende desencadear visando a abalar os alicerces da nossa organização.

(...) Ninguém mais falará, senão o chefe do Exército, que somente o fará quando se tornar necessário (...) nenhum excesso será tolerado (...) **Para restabelecer a disciplina e a confiança nos chefes**, torna-se indispensável a cooperação sincera e leal de todos. Portanto, quem não quiser prestá-la, será afastado de suas funções e posto de lado, arcando com os prejuízos ditados pela sua intolerância.<sup>170</sup>

A alusão à Caxias, como símbolo de união a ser seguido, foi enfatizada:

Transcorre hoje uma das grandes datas do Brasil: dia glorioso, consagrado à memória do Patrono do Exército, Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias.

O velho soldado, nosso ilustre e venerado patrono, mercê de suas qualidades de chefe íntegro, sereno e clarividente, constituiu-se, durante a atribulada fase de consolidação da independência e integração de nossa pátria, como o verdadeiro baluarte na defesa das instituições nacionais, tão constantemente ameaçada, ontem, como hoje, no entrelaço de interesses, tanto internos como externos, que não hesitam, para satisfazer suas ambições, em lançar o país pelos caminhos do caos e da anarquia. (...)

A discórdia e a fragmentação em nossas fileiras, além de nos enfraquecer e de criar campo propício à exploração por parte daqueles que não desejam a nossa união, poderá conduzir o país a rumos incontroláveis. A integração do Exército em torno de seus chefes, das instituições e de prestígio da lei, fará com que ele se constitua uma força homogênea e coesa, capaz de assegurar a ordem, a paz e a tranquilidade da pátria.<sup>171</sup>

A questão disciplinar dos sargentos não foi esquecida:

Vem se observando frequentemente, as afirmações no sentido de que os sargentos constituem uma classe, distinta no seio das Forças Armadas. Essa falsa concepção contraria o que estabelece o Estatuto dos Militares, no seu título II, capítulo 1, artigo 3, quando diz: os membros das Forças Armadas não constituem uma classe social, mas foram uma classe especial, una e indivisível de servidores da pátria denominados a classe dos militares. Assim sendo, não há classe específica de postos ou graduações e sim a grande classe especial, uma e indivisível, da qual fazem parte todos os militares, do simples soldado ao general.<sup>172</sup>

<sup>168</sup> Veículo de difusão interna de diretrizes e assuntos da caserna, de larga abrangência entre a corporação.

<sup>169</sup> Original sem negrito.

<sup>170</sup> Noticiário do Exército, n. 1456, de 06 de julho de 1963.

<sup>171</sup> Noticiário do Exército, n. 1491, de 27 agosto de 1963.

<sup>172</sup> Noticiário do Exército, n. 1494, de 30 de agosto de 1963.

São diversos exemplos de mensagens de estímulo, exaltação ao passado glorioso, recomendações disciplinares, alertas quanto à situação política nacional e assuntos da caserna. Embora seja difícil avaliar a intensidade do efeito de tais ações, a constância na sua adoção sugere que o comando considerava que havia um grau pelo menos razoável de efetividade.

Mais alguns exemplos, todos de noticiários do Exército de 1963:

- em 7 de setembro foi publicada mais uma mensagem do ministro sobre a questão disciplinar dos sargentos.
- em 12 de setembro foi abordada a questão da inelegibilidade dos sargentos, recomendando-se condutas disciplinadas.
- em 26 de setembro, o ministro falou sobre boatos políticos e alertou sobre a campanha avassaladora de inquietação a que o Exército estava sujeito.
- em 10 de outubro, novamente o assunto é a “campanha sensacionalista” contra as autoridades constituídas.
- a ordem-do-dia de 15 de novembro lembrou a participação do Exército na história nacional, particularmente relacionada à questão republicana. No dia 19 de novembro também foi publicado editorial semelhante, referindo-se ao dia da bandeira, exaltando a necessidade da manutenção do lema “ordem e progresso”.
- no dia 23 de novembro foi publicada a programação em homenagem aos mortos na Intentona Comunista e no dia 27 um editorial evocando o combate aos líderes inescrupulosos e ambiciosos que atuaram em 1935.

Os textos acima merecem uma análise. Fica claro que, em 1963, a situação disciplinar já era considerada delicada. O termo “restabelecer a confiança e a disciplina nos chefes” permite concluir a ausência das mesmas e a intenção de recuperá-las por intermédio de um discurso unificado pelo chefe da instituição. Registra-se ainda o tom ameaçador expedido àqueles que não cumprirem as diretrizes, e a clareza com que se persegue a coesão institucional, ainda antes do golpe de estado.

Também fica patente a preocupação com relação aos sargentos, ao reforçar a existência de uma única classe de militares o chefe já percebe que, além de ser imperativa a necessidade de se unificar os discursos nos altos escalões, havia também a necessidade de solidificar a hierarquia, já considerada ameaçada.

Destaca-se também o uso constante do simbolismo, ao exaltar as figuras de patronos e feitos de militares ao longo da história nacional.

A partir da tomada do poder, a necessidade de unificação tornou-se ainda maior. Os governos militares precisavam da Força para estabilizar o quadro político. As medidas foram mais contundentes, principalmente com o expurgo dos militares com opiniões discordantes. Esse processo tomou corpo imediatamente após o estabelecimento do novo governo.

O ato institucional (posteriormente conhecido com Ato Institucional número 1), editado em 9 de abril de 1964, criou o suporte jurídico para as ações posteriores. Seus objetivos são muito claros:

Em nome da revolução vitoriosa, e no intuito de consolidar a sua vitória, de maneira a assegurar a realização dos seus objetivos e garantir ao País um governo capaz de atender aos anseios do povo brasileiro, o Comando Supremo da Revolução, representado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica resolve editar o seguinte.

ATO INSTITUCIONAL

(...)

Art. 7º - Ficam suspensas, por 6 (seis) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, (...) <sup>173</sup>

Portanto, já a partir de abril de 1964, foi iniciado o processo de repressão contra os dissidentes. A lógica das exclusões foi estudada por Moraes<sup>174</sup> que chamou esse processo de “purificação da caserna”, baseada na utopia da coesão total e no sentido de restringir a atividade política no interior da Instituição.

Baseado nos Boletins do Exército, Moraes contabilizou 209 expulsões ou transferências para a reserva por motivos políticos. Destes, 27 eram generais, 115 eram

<sup>173</sup> Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-1-9-abril-1964-364977-publicacaooriginal-1-csr.html>. Acesso em 14 mai.2013.

<sup>174</sup> MORAIS, Ronaldo Queiroz de. Op. Cit. p. 266.

oficiais superiores, 34 oficiais subalternos e intermediários e 33 praças. Os números deixam claro que a tensão estava concentrada nas camadas superiores da hierarquia.

Vasconcellos<sup>175</sup> elaborou uma tese dedicada às medidas repressivas adotadas pelo Estado contra os militares, durante o período em que estes estavam no governo. A maior parcela do texto foi dedicada aos oficiais, reservando-se um capítulo às praças. O autor reporta-se basicamente aos casos ocorridos na Aeronáutica e na Marinha, deixando de abordar o assunto repressão aos sargentos do Exército. A linha de ação do autor foi coerente com a dimensão dos fatos.

O projeto Brasil Nunca Mais, referência nos estudos sobre os abusos cometidos, dedica um volume<sup>176</sup> ao perfil dos atingidos. Um dos perfis analisados são os militares. Deste volume destaco alguns parágrafos relevantes:

Porta-vozes credenciados do regime inaugurado em abril de 1964 costumam afirmar que a decisão de partir-se para o rompimento da normalidade constitucional, depondo Goulart, foi tomada no exato momento em que as mobilizações nacionalistas e reivindicatórias atingiram a base das Forças Armadas.

(...)

Na pesquisa ora relatada, dos 38 processos que atingiram membros das Forças Armadas e Auxiliares, quatro tiveram início em 1963<sup>177</sup> (...), 30 em 1964 (...) e apenas 4 nos anos seguintes.

Essa distribuição pelos anos deixa nítida a conclusão de que o saneamento de focos de discordância no interior das Forças Armadas foi uma das primeiras e prioritárias decisões do regime emergente. Tratou-se, por assim dizer, de executar uma intervenção cirúrgica que não deixasse intacto qualquer núcleo capaz de reanimar o espírito rebelde que se espalhara nas armas durante as lutas nacionalistas e em defesa das ditas reformas de base. A pequena incidência de processos atingindo militares nos anos posteriores parece significar que, nesse campo, a cirurgia foi encetada com êxito.

(...)

Passando agora aos 30 processos que foram iniciados em 1964, constatamos que 12 recaíram sobre integrantes da marinha, 11 focalizaram atividades na área do Exército, outros 6 atingiram membros da aeronáutica e um incidia sobre oficiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

Pode parecer estranho, à primeira vista, que o peso maior dessa repressão voltada para o meio militar, tenha recaído sobre a armada, que tem contingente bastante inferior ao Exército. A explicação para esse fato é que, efetivamente, a arma onde melhor penetraram a propaganda e mobilizações em defesa das chamadas reformas de base durante o Governo Goulart foi a Marinha, particularmente pela ação da Associação dos Marinheiros

<sup>175</sup> VASCONCELLOS, Cláudio Beserra de. *A política repressiva aplicada aos militares após o golpe de 1964*. Tese de doutorado em História Social. UFRJ. Rio de Janeiro: 2010

<sup>176</sup> Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/w3/bnm/tomo\\_iii\\_perfil\\_dos\\_atingidos.pdf](http://www.dhnet.org.br/w3/bnm/tomo_iii_perfil_dos_atingidos.pdf). Acesso em 14 mai. 2013. p. 137-139.

<sup>177</sup> Referem-se ao movimento de Brasília.

e Fuzileiros Navais do Brasil, fundada em março de 1962 em aparente desafio a dispositivos retrógrados dos códigos de disciplina militar. Segue-se um resumo dos 30 processos (...)

Traduzindo em números os militares condenados, segue-se um somatório dos 38 processos levantados pelo projeto Brasil Nunca Mais. O total de praças condenadas, somando-se as três Forças é de 446. O resultado foi o seguinte: foram condenados 16 praças do Exército, 338 da Marinha e 92<sup>178</sup> da Aeronáutica.

Os números de Moraes, a direção tomada por Vasconcelos e as conclusões dos inquéritos policiais do Projeto Brasil Nunca Mais reforçam a ideia de que a repressão aos sargentos foi branda, qualquer que seja o critério de comparação. Se utilizarmos os números internos do Exército, chegamos à conclusão de que os oficiais foram muito mais afetados. Se considerarmos as praças da Marinha e da Aeronáutica chega-se à mesma conclusão.

Um quadro comparativo pode ser bastante elucidativo:

Quadro 1: efetivo de militares do Exército expurgados<sup>179</sup>:

	Efetivo total	Punidos (*)	Porcentagem
Oficiais gerais	120	27	22,5%
Oficiais superiores	1.303	115	8,8%
Oficiais intermediários/ subalternos	1.122 (**)	34	3,0%
Subtenentes/sargentos	24.963	33	0,1%

(\*) dados contabilizados por Moraes, relativos ao ano de 1964.

(\*\*) no anuário analisado não constam dados dos 2º tenentes. Esse número, portanto, é pouco inferior ao total geral.

<sup>178</sup> Esse número pode ser pouco diferente, pois em um dos processos é usado o termo “praticamente a metade desses réus terminou sendo condenada”.

<sup>179</sup> Dados fornecidos pelo Comando da Marinha, em consulta realizada pelo sistema eletrônico do serviço de informação ao cidadão em 26 Ago. 2013, baseado no anuário estatístico do Exército de 1966.

Quadro2: efetivo de praças condenadas em processos judiciais em 1963 e 1964:

Instituição	Efetivo de praças	Condenados (*)	Proporção
Exército	24.963(**)	16	6/10.000
Marinha <sup>180</sup>	50.400	338	6/1.000
Aeronáutica <sup>181</sup>	14.000	92	6/1.000

(\*) fonte: projeto Brasil Nunca Mais, tomo III

(\*\*) contados somente os sargentos. Somando-se os cabos e soldados esse número torna-se muito mais expressivo. Na Marinha e na Aeronáutica foram usados os efetivos totais.

Os quadros demonstram com clareza a quase ausência de medidas punitivas aplicadas aos sargentos. Torna-se evidente que havia um exagero na questão disciplinar, no que se refere aos graduados.

Ao contrário, a aplicação de punições foi muito concentrada nos altos escalões, o que indica fortemente que os problemas disciplinares estavam concentrados na cúpula. Aparentemente, considerando o grande número de generais afetados, a adesão ao comunismo ou ao movimento legalista foi considerado fato grave e assim tratado.

Não parece coerente que a Instituição trataria seus sargentos de forma mais branda do que seus oficiais. Torna-se evidente que não foram encontrados sargentos que fossem considerados perigosos ao projeto político estabelecido. Ou seja, o número de sargentos que aderiram à causa comunista foi absolutamente inexpressivo.

Resta um questionamento pertinente: se praticamente não havia sargentos comunistas, como a questão disciplinar das praças foi considerada vital para o estabelecimento do novo regime? As entrevistas dos oficiais que participaram do golpe

<sup>180</sup> Dados fornecidos pelo Comando da Marinha, em consulta realizada pelo sistema eletrônico do serviço de informação ao cidadão em 14 Ago. 2013.

<sup>181</sup> Dados fornecidos pelo Comando da Aeronáutica, em consulta realizada pelo sistema eletrônico do serviço de informação ao cidadão em 14 Ago. 2013.

de estado deixam muito claras suas opiniões nesse sentido, mesmo depois de serem decorridos vários anos.

Se houve um erro de avaliação inicial, supervalorizando a questão disciplinar, baseado nas manifestações dos partidos políticos e nas reportagens difundidas pelos meios de comunicação, seria lógico que, após o retorno à normalidade, as questões fossem colocadas em seus devidos lugares.

É curioso constatar que a história registra essa questão de uma forma aparentemente errônea. A questão disciplinar consta até mesmo em livros didáticos, em nenhum momento sugerindo uma estabilidade disciplinar na Força Terrestre.

Pode-se sugerir que existiram outras formas de punição. Elas são levantadas (e não contabilizadas) na tese de Vasconcellos<sup>182</sup>. Baseado nos depoimentos de cabos da Aeronáutica, o autor cita transferências para regiões inóspitas e dificuldades para reengajamento.

Ao considerar esses aspectos, fica praticamente impossível precisar o número de militares afetados. Transferências para regiões distantes, reengajamentos e punições disciplinares são atos administrativos rotineiros. Considerá-los como de viés político pode ser cometer uma grave injustiça, assim como imaginar que isso não tenha ocorrido pode caracterizar uma grande ingenuidade. O ato de reengajamento é uma decisão do comandante da unidade militar e está relacionado ao desempenho do profissional de acordo com critérios estabelecidos, mas com grande poder discricionário desse comandante. Da mesma forma, as transferências para lugares inóspitos são motivadas normalmente por necessidade do serviço e para o preenchimento das vagas existentes.

---

<sup>182</sup> VASCONCELLOS, Cláudio Beserra de. A política repressiva aplicada aos militares após o golpe de 1964. Tese de doutorado em História Social. UFRJ. Rio de Janeiro: 2010.



Quantificar em que casos a Instituição utilizou esse recurso para fins políticos é mero palpite.

Para os nossos objetivos, na verdade, a exatidão desse número não chega a ser importante. Os dados disponíveis já permitem concluir que, pelo menos proporcionalmente, os atos de repressão não foram direcionados para os sargentos do Exército. Tal ação deve-se ao fato de que a mobilização política desses militares não atingiu patamares que pudessem ser chamados de ameaça à hierarquia.

Conclui-se parcialmente que, diferentemente do sugerido por diversos estudos históricos, o estado disciplinar dos sargentos do Exército, em 1964, pode ser considerado bem próximo da normalidade. Os problemas de maior vulto estavam concentrados na oficialidade ou em praças de outras corporações. A reação da Instituição foi proporcional à intensidade dos acontecimentos, atingindo um número inexpressivo de sargentos.

### Capítulo 3

#### A palavra dos sargentos

Para a concretização deste trabalho foi utilizada a metodologia de história oral. Ao ouvir o depoimento de militares que participaram ativamente do processo analisado, pode-se ter uma ideia de seus pensamentos e reações diante dos fatos ocorridos.

Segundo Gomes<sup>183</sup>, é possível mapear formas de absorção de ideias, formuladas como projetos políticos datados, e que passam a integrar a memória de grupos sociais por longos períodos de tempo, constituindo-se num verdadeiro imaginário coletivo. As entrevistas foram realizadas procurando seguir esse caminho.

Os trabalhos foram muito profícuos, aparentemente ocorreram como descreve Alberti<sup>184</sup>:

A História Oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolha de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade.

Os estudos deixam claro que os sargentos do Exército da década de 1960 formavam um grupo social peculiar, com experiências similares e características particulares. A tarefa mais importante deste trabalho está justamente em entender como e porque, diante das múltiplas possibilidades, esses militares optaram em tomar as atitudes estudadas nos capítulos anteriores.

Valendo-se novamente de Alberti<sup>185</sup>:

Uma das principais riquezas da História Oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram suas experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas. (...)

---

<sup>183</sup> GOMES, Ângela de Castro; MATOS, Hebe Maria. Sobre apropriações e circularidades a memória do cativo e política cultural na Era Vargas. Revista de história oral, v.1, 1998. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=106&path%5B%5D=102>. acesso em 10 jul.2013

<sup>184</sup> ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanazi. (org). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 164.

<sup>185</sup> Idem. p. 165.

...significa o seguinte: entender como pessoas e grupos experimentaram o passado torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas.

Embora o contexto histórico tenha sido amplamente estudado e as transformações a que a categoria dos sargentos foi submetida tenham se tornado transparentes, foram as entrevistas realizadas que permitiram entender com mais clareza as experiências vividas e a forma sobre como esse passado foi registrado na memória desses cidadãos.

Ainda utilizando palavras de Alberti<sup>186</sup>:

Outros campos nos quais a História Oral pode ser útil (...) como estudo das diferentes formas de articulação de atores e de grupos de interesse, o estudo de padrões de socialização e de trajetórias de indivíduos e grupos pertencentes a diferentes camadas sociais, gerações, sexos, profissões, religiões, etc.

Os padrões de socialização dos sargentos eram (e ainda são) muito específicos e bastante diferentes daqueles a que estavam sujeitos a maior parte da sociedade brasileira. Certamente era essa a característica principal que tornava esses profissionais aptos a serem submetidos ao regime disciplinar imposto. Essa particularidade, chamada na caserna de militarização, vai diferenciar o cidadão civil do militar e vai torná-lo ambientado a uma instituição onde a disciplina e a hierarquia são os suportes. As entrevistas permitiram o entendimento dos meandros desse processo de forma bastante razoável.

É possível perceber que a disciplina fez parte da rotina desses militares e era assimilada com naturalidade desde os primeiros momentos em que chegavam aos quartéis. A submissão ao processo imposto era realizada sem traumas e transformada em hábito.

O resultado confirma vários aspectos que foram levantados ao longo das pesquisas documentais. Os instrumentos utilizados pelo Exército para essa imposição disciplinar

---

<sup>186</sup> Idem. p. 166.

também aparecem com naturalidade nos depoimentos. A rotina era permeada por recomendações de superiores hierárquicos e pela vigilância constante de pares e superiores. Os recursos de punição e recompensa eram complementares. A obediência às normas disciplinares fazia parte do cotidiano do graduado.

A separação entre os círculos hierárquicos era considerada transparente e natural. O respeito aos superiores era percebido como requisito fundamental para as relações entre os militares. Os sargentos aceitavam as imposições da instituição e “colocavam-se no seu devido lugar”, valorizando a sua própria posição. Demonstram satisfação em terem sido graduados e conquistado seu espaço profissional.

Alguns entrevistados questionaram a eficiência do menor rigor disciplinar dentro da instituição nos dias atuais. A visão sobre a necessidade de fortes exigências no campo disciplinar sugere que os sargentos da década de 1960 consideravam-se partícipes do sistema muito mais como chefes do que como subordinados. A vigência de um regime disciplinar rigoroso é vista como positiva para o desempenho do trabalho dos sargentos.

Chega-se à conclusão de que o processo de mudanças a que a categoria foi submetida trouxe como resultado um sargento que se sente mais prestigiado e com maior autoridade, o que pode ter influenciado de forma consistente a sua falta de mobilização durante os anos de efervescência política. Os resultados sugerem que a satisfação com relação à profissão pode ter contribuído para o posicionamento político adotado.

Aquela visão do início do século XX, do sargento “cachaceiro, semianalfabeto e sem compostura”, conforme descreve McCann<sup>187</sup>, está realmente longe da realidade da década de 1960. Os graduados possuíam um grau de instrução intermediário e um

---

<sup>187</sup> McCANN, Frank. Soldados da Pátria, História do Exército Brasileiro 1889-1937. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009. p. 116.

comportamento social adequado à classe média, além de acompanharem os acontecimentos do cotidiano com regularidade e discernimento.

Durante a realização desta dissertação, foram entrevistados quatro militares que eram sargentos em 1964. Apesar do número aparentemente ser pequeno, foi considerado suficiente a partir do momento em que se pode contar com entrevistas realizadas por outros pesquisadores que, embora com objetivos ligeiramente diferentes, proporcionaram suporte bastante completo para a extração de conclusões importantes.

O somatório desses trabalhos mostrou-se adequado. As respostas nas últimas entrevistas estavam na mesma linha das anteriores. Novas inquirições seriam pouco produtivas e repetitivas. O “ponto de saturação”<sup>188</sup> foi atingido.

Os entrevistados foram selecionados aleatoriamente, sem a preocupação prévia de se verificar sua tendência ideológica. Dois deles eram pais de colegas, um havia trabalhado com este pesquisador há cerca de vinte e cinco anos e o último foi indicado por um amigo por ser bastante idoso e perfeitamente lúcido.

Os depoimentos contribuíram de maneira fundamental para a concretização desta pesquisa. As opiniões dos sargentos reforçaram a ideia de uma revisão do quadro inicial que havia sido traçado, que sugeria a existência de sérios problemas disciplinares no âmbito dos sargentos ao início da década de 1960.

Os militares entrevistados foram os seguintes:

Edézio Pinto, capitão da reserva, nascido em São Fidélis-RJ, incorporado ao Exército em 1958, promovido a sargento em 1961. Iniciou a carreira nas funções de

---

<sup>188</sup> Esse termo foi formulado por Daniel Bertaux (apud ALBERTI, Verena, Histórias dentro da história p.174). Para o autor, há um momento em que as entrevistas acabam por se repetir, seja em conteúdo, seja na forma pela qual se constrói a narrativa.

motorista e mecânico e passou a maior parte dela em funções administrativas no Rio de Janeiro e em Brasília, particularmente no Conselho de Segurança Nacional e na Assessoria da Presidência da República.

Mário Rodrigues, subtenente da reserva, nascido em Bagé-RS, incorporado ao Exército em 1950, promovido a sargento em 1952. Passou a maior parte da carreira exercendo funções ligadas à veterinária, nas cidades de Bagé-RS (em quartel de tropa) e Rosário do Sul-RS (na sede de um campo de instrução).

Getúlio de Lima Dornelles, subtenente da reserva, nascido em Rosário do Sul-RS, incorporado ao Exército em 1962, promovido a sargento em 1965. Passou a maior parte da carreira em funções administrativas em quartéis de tropa em Rosário do Sul-RS e Santana do Livramento- RS.

Olavo de Oliveira Zanetti, capitão da reserva, nascido em Borborema-SP, incorporado ao Exército em 1956, promovido a sargento em 1958. Passou a maior parte de sua carreira em funções administrativas e fora dos quartéis de corpo de tropa, em cidades do interior de São Paulo e em Brasília.

Serão utilizadas, também como fonte, as entrevistas inseridas no trabalho realizado por Éverton Gustavo Rodrigues<sup>189</sup> na confecção de sua tese de doutorado<sup>190</sup>, concluída no corrente ano. Julgou-se pertinente coletar duas de suas entrevistas, as demais foram desconsideradas por se tratarem de militares mais novos, que não viveram o momento em estudo.

---

<sup>189</sup> Nas entrevistas, suas perguntas serão identificadas pelas iniciais (EGR).

<sup>190</sup> RODRIGUES, Everton Gonçalves. Ruídos e vozes do porão fardado: socialização, imaginário e identidade dos sargentos do Exército Brasileiro. Tese de doutorado em História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2013.

Embora o objetivo de Rodrigues não seja o mesmo deste trabalho, os registros dos depoimentos foram ao encontro das pesquisas aqui realizadas. A forma de pensar daqueles sargentos manteve-se dentro do padrão estudado por este pesquisador. Além disso, o perfil dos seus entrevistados também mostrou-se adequado, pois eram militares que se encontravam na tropa na época em estudo e vivenciaram o mesmo processo dos demais.

As selecionadas são as seguintes:

Luiz Abdon, capitão da reserva, nascido em São Joaquim-SC, incorporado ao Exército em 1954, promovido a sargento em 1956. Passou a maior parte de sua carreira em Lages-SC e Curitiba-PR exercendo funções típicas de corpo de tropa.

Adão Valter Barriles, tenente da reserva, nascido em Santa Rosa-RS, incorporado ao Exército em 1964, promovido a sargento em 1967. Passou a maior parte de sua carreira em funções típicas da tropa em Santa Rosa-RS ou em trabalho de monitoria com alunos do Colégio Militar, em Curitiba.

Outro trabalho que será aproveitado é a coletânea de entrevistas realizadas pelo Exército Brasileiro, chamada de História Oral do Exército – 31 de março de 1964<sup>191</sup>. Alguns depoimentos foram prestados por militares que eram sargentos naquele período e também são pertinentes aos objetos ora analisados.

É evidente que, no trabalho realizado pelo Exército, há que se considerar seus objetivos, claramente direcionados para o enaltecimento no movimento militar de 1964.

---

<sup>191</sup> MOTTA, Aricildes de Moraes. 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

Os resultados coletados foram somente aqueles em que as questões ideológicas aparentemente não exerceram influência.

Desse trabalho, foram selecionados os seguintes depoimentos:

Emerson Rogério de Oliveira, capitão da reserva, nascido em São Joaquim-SC, incorporado ao Exército em 1963 e promovido a sargento no mesmo ano.

Luciano Gonçalves Viana D'Albuquerque, tenente da reserva, nascido em Recife-PE. Em 1964 prestava serviço em João Pessoa-PB.

A seguir, serão abordados vários assuntos tratados ao longo desta dissertação e solidificados com as opiniões emitidas pelos 8 militares em questão.<sup>192</sup>

a. A instituição totalizante

Uma das características que é facilmente perceptível nas entrevistas é o envolvimento total dos sargentos com a instituição militar. O Exército, além de exigir dedicação integral durante o horário de expediente, continuava presente nos momentos de lazer e nos finais de semana, interferindo até mesmo na vida familiar de seus componentes. As trajetórias profissionais destes militares aparentemente estão inseridas no padrão que nos é apresentado por Celso Castro<sup>193</sup>.

Ao considerar que o uso do termo “instituição total”, usado por Goffman<sup>194</sup>, não é aplicável à Academia Militar das Agulhas Negras, que foi objeto de seu estudo<sup>195</sup>,

---

<sup>192</sup> Será utilizada a graduação de sargento para todos os militares, apesar das diferenças ao final da carreira, por ser essa o objeto do estudo.

<sup>193</sup> CASTRO, Celso. Goffman e os militares: sobre o conceito de instituição total. In: Seminário Roberto Cardoso de Oliveira – transformações sociais e culturais no Brasil contemporâneo: perspectivas antropológicas, Museu Nacional/UFRJ. 2007.

<sup>194</sup> Goffman cita instituições militares e a influência de seus preceitos sobre a personalidade de seus indivíduos. GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1996.

<sup>195</sup> CASTRO, Celso. O espírito militar: um antropólogo na caserna, Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990.



Castro usa o termo “instituição totalizante”, reconhecendo que o Exército Brasileiro possui particularidades. Essa a definição torna-se de fundamental importância para os objetivos desta pesquisa:

(...) Ser militar não é uma profissão que se restrinja à jornada de trabalho. (...)

Mesmo fora dos quartéis, os militares estão formalmente sujeitos, por exemplo, a padrões prescritos de comportamento e aos limites impostos pelos “círculos hierárquicos” (...)

Esses círculos hierárquicos regulam, por exemplo, regras de comensalidade — sargentos e oficiais não podem sentar-se à mesma mesa. (...) Com isso, o “mundo militar” torna-se mais diferenciado, enquanto a individualidade de seus integrantes torna-se mais indiferenciada. Na vida militar, para além do ambiente de trabalho, os locais de moradia, de lazer e de estudo são também, em grande medida, compartilhados. Essa característica estende-se para cônjuges e filhos, englobando toda a “família militar”. (...)

A mudança de caracterização — de total para totalizante — pretende caracterizar melhor uma experiência totalizadora e básica para a identidade militar, que engloba e fundamenta as características diferenciais entre militares e paisanos: a da preeminência da coletividade sobre os indivíduos. O resultado é a representação da carreira militar como uma “carreira total” num mundo coerente, repleto de significação e onde as pessoas “têm vínculos” entre si.

Ou seja, quando o indivíduo aceita seguir a carreira militar, ele é envolvido pelo ambiente que o cerca com um intensidade muito maior do que em outras profissões. A convivência com a forma típica de pensamento militar faz com que suas características individuais sejam transformadas e adaptadas ao coletivo.

A partir de um espaço de tempo significativo, as qualidades adequadas de um bom sargento vão sobrepujando a individualidade, transformando o cidadão comum em militar. Esse processo é claramente iniciado nos bancos escolares e continua sendo alimentado no cotidiano dos corpos de tropa. Os principais instrumentos para isso são:

- os próprios colegas que se influenciam mutuamente;
- as instruções e recomendações constantes dos chefes, complementando a formação profissional;
- a aplicação de uma sistemática de punições e recompensas.

Uma rápida observação nos depoimentos deixa essa linha de raciocínio muito clara:

A influência constante dos próprios colegas sobre o indivíduo fica transparente nas afirmações do sargento Zanetti (OZ)<sup>196</sup>:

OZ: as informações... corriam adoidado. Informações era direto. Então, o que eu observava muito, tinha que tomar cuidado com o que falar, antes de 64. Era assim, pego pelo que disse, e não pelo que fez.

LJZ: isso dentro do quartel, mesmo?

OZ: dentro do quartel. Ai então, parecia que todo mundo era olheiro, eu sentia isso, mas eu não era muito de... eu era reservado, discreto, então, ficava na minha. Obedecia ordem e trabalhava direito, era valorizado pelo chefe, sempre era valorizado.

O sargento Abdon (AL) talvez seja ainda mais elucidativo<sup>197</sup>:

... Você sabe como é sargento, né, quando se reúne, né, é festa daqui, é festa de lá, cada um diz uma coisa aqui, outra coisa ali. Diz uma besteira aqui, diz uma besteira ali. E, naquela ocasião, ninguém tinha experiência nenhuma, falavam besteiras de tudo quanto é jeito e isso veio a prejudicar muita gente.

(...)

EGR: os próprios colegas quando o companheiro caía no erro ou cometiam alguma transgressão, os próprios colegas chamavam a atenção do companheiro?

AL: Sim, chamava e ajudavam para que ele não fosse alvo de punição lá dentro, né.

EGR: ajudava em que sentido?

AL: Conversando com ele, dando conselho, que é o termo certo, para ele agir diferente, não fazer mais isso. (...)

A posição do sargento Barriles não é muito diferente<sup>198</sup>:

A convivência era assim (pausa) como é que vou dizer... dentro da hierarquia e da disciplina, mas sem perseguição. Sem... a cavalaria tem uma fama de um pessoal “buenacho” como se diz, né. Se entendem muito bem... um relacionamento bom dentro da unidade. Então, era uma beleza. Era uma família, uma família. Um precisava de alguma coisa, o outro cedia. (...)

Portanto, o relacionamento constante entre os colegas sargentos é muito evidente.

A Instituição Militar encontrava aí um poderoso instrumento de vigilância, que contribuía sistematicamente para a preservação de um corpo disciplinado. O sargento só conseguia

<sup>196</sup> Entrevista concedida por Olavo Zanetti, em 18 de abril de 2013, nas instalações do forte São João, Rio de Janeiro. Os originais encontram-se de posse deste entrevistador.

<sup>197</sup> Entrevista concedida por Luis Abdon a Everton Gonçalves Rodrigues. Encontra-se anexa à tese de doutorado já mencionada.

<sup>198</sup> Entrevista concedida por Adão Barriles a Everton Gonçalves Rodrigues. Encontra-se anexa à tese de doutorado já mencionada.

estabelecer um convívio social harmônico se estivesse dentro de determinados padrões de convivência aceitos pela sua categoria.

Como já apresentado, ao longo das décadas de 1940 e 1950, os clubes e associações de sargentos foram sendo criados na maior parte das guarnições onde havia unidades militares. Os clubes passaram a se constituir no principal local de convivência social da categoria. Tal fato era reforçado em função das constantes transferências a que os militares estavam sujeitos – ao chegar a uma nova cidade, os primeiros amigos eram os colegas de trabalho, que logo tornavam-se também os companheiros das atividades de lazer, amizade que passava a ser estendida aos familiares com facilidade.

É bastante provável que o Exército tivesse como prioridade criar um espaço de socialização digno, procurando melhorar o nível de assistência social a seus graduados, evitando a frequência a locais indesejados, tais como de baixo meretrício ou bares e clubes destinados a festas com caráter moral questionável. Porém, ao reunir seus sargentos também durante os horários de descanso, conseguiu aumentar o grau de coesão e ampliar a sua capacidade de influenciar o cotidiano de seus componentes. De acordo com o ditado popular: “matou dois coelhos com uma cajadada só”.

A entrevista que melhor simboliza a importância dos clubes de subtenentes e sargentos é a do sargento Abdon. Ele foi presidente do clube em Curitiba e descreve sua ação como fundamental para a melhoria do ambiente em seu quartel, inclusive tendo convidado oficiais para participar de jantares, com o intuito de iniciar uma aproximação entre os componentes desses círculos hierárquicos:

(...) eu digo, meu amigo, eu digo assim: oficiais e sargentos estão na mesma caserna, estão no mesmo caminho, na mesma estrada (...). Nós vamos ter é que nos acostumar e fazer com que eles se acostumem também conosco, a conviverem juntos... em harmonia.  
(...) E deu certo... fizemos o almoço lá em Santa Felicidade, né, convidei todos os sargentos, com suas famílias, todos os sargentos e familiares, todos os oficiais e familiares  
(...) E aquilo começou a dar um ânimo, a dar um aspecto de mais liberdade, né, de mais entendimento.

(...) Tem que andar direitinho. Então, faça as coisas direitinho. Respeite o oficial, converse com ele, sem ter medo, né. Na hora do esporte, trate com o mesmo respeito, um ao outro, fale, não tenham receio, não é. (...) Daquele dia em diante, não houve mais prisão, não houve mais cadeia, não houve mais punição.

As declarações do sargento Edézio (EP) também destacam a importância do clube para o bom ambiente coletivo<sup>199</sup>:

LJZ: ... eu queria falar sobre o seu convívio social, os sargentos normalmente eles fazem muita amizade entre si?

EP: fazem, inclusive tem o clube dos sargentos, né. Sempre existe aquele relacionamento, né, com um ou outro, né.

LJZ: o senhor jogava muito futebol, normalmente era entre os sargentos, não, ou jogava oficiais também...

EP: eu jogava com os oficiais, jogava com os sargentos, aqui no clube era com os sargentos, quando era no quartel era os oficiais, era com sargento misturado, fazia sempre aquela...

LJZ: não tinha uma separação ali, os oficiais num canto e os sargentos no outro?

EP: não, não... já joguei até com general, po. Lá na presidência.

LJZ: mas e no clube dos sargentos era só os sargentos.

EP: é, no clube dos sargentos era só os sargentos.

LJZ: e o convívio da família era...

EP: era a mesma coisa...

LJZ: no clube também... a maioria. O convívio social da família era entre....

EP: a gente só, não... eu não sei se existe isso. Eu só não frequentava o clube dos oficiais, nunca frequentei ele, nunca procurei nem saber. Porque sempre, a minha intenção era, a raiz mesmo era... o pessoal da tropa, então eu convivia mais com o pessoal da tropa.

É pertinente, nesse momento, registrar o pensamento de Foucault sobre o assunto<sup>200</sup>, absolutamente coerente com o estudo realizado:

“Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo. Fórmula maravilhosa: um poder contínuo e de custo afinal de contas irrisório.”

Seja por intermédio dos clubes, ou no próprio ambiente profissional, parece inquestionável a relevância do relacionamento constante entre os pares como fator de manutenção disciplinar. Os próprios membros da categoria exerciam um papel de fundamental importância para a instituição.

<sup>199</sup> Entrevista concedida por Edézio Pinto, em 16 de novembro de 2012, em sua residência, em Niterói, Rio de Janeiro. Os originais encontram-se de posse deste entrevistador.

<sup>200</sup> FOUCAULT Michel. Vigiar e Punir, o nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 115.

As instruções e recomendações dos superiores, outro instrumento de padronização de condutas, não foram esquecidas pelo sargento Abdon:

EGR: Tinha instrução voltada para os sargentos?

AL: Tinha, tinha, toda semana, ou todo mês, eu não me lembro mais, a gente recebia instrução na sala lá.

EGR: que tipo de instrução era?

(...) sem dúvida nenhuma que eram boas.... tinha aquela instrução: “Ó, fulano andou fazendo algumas coisas aí, né, e não ficou bem, a gente passou a mão por cima mas gostaríamos que não fizesse mais isso, né, e não ficou bem. Orientação, e educava a pessoa. A pessoa começava a ver que realmente tinha cometido alguma besteira, né. E, naquele momento ali, de advertência, naquele momento de mostrar... naquele momento ali, que ele ia perante seus próprios companheiros, fazia com que ele se remodelasse, né, se reformasse, naquele sentido. E muitos deles se tornaram exemplo, né.

Ou seja, as recomendações transmitidas nas instruções eram assimiladas pela maior parte da coletividade, que passava a servir, ela mesma, como instrumento de fiscalização, na medida em que os próprios colegas reproduziam o discurso e tornavam-se partícipes do processo.

As instruções destinadas aos sargentos são citadas em diversas passagens. O sargento Zanetti (p.35) fala em leituras do RISG para os sargentos. O sargento Barriles, por sua vez, aborda as recomendações a respeito do comunismo:

A Verde Oliva<sup>201</sup> noticiava alguma coisa sim, mas a maioria era por meio de instrução. Instrução para oficiais e sargentos, né. E instrução para a tropa. (...) Falava sobre o andamento da situação do comunismo, tentando tirar... esclarecer o que seria. Que a vida militar de um comunista, não era igual a vida militar de um democrata. Não tem aqueles concursos que pode progredir, né.

As recomendações sobre o perigo comunista também estão presentes no depoimento do sargento Luciano à Biblioteca do Exército<sup>202</sup>:

Pergunta: clima de insatisfação nas Forças Armadas, com relação ao governo do senhor João Goulart?

Pelas informações que o Cel. D'Ávila Mello nos transmitia, observava-se que os militares mostravam-se insatisfeitos com a anarquia, a desorganização do serviço público, e, principalmente, a infiltração comunista nas áreas educacional e rural, esta sob a égide da reforma agrária.

<sup>201</sup> Revista de circulação interna do Exército.

<sup>202</sup> Entrevista concedida por Luciano Gonçalves Viana D'Albuquerque a equipe da Biblioteca do Exército. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. (tomo 6)

O sargento Emerson, em depoimento à Bibliex, narra um episódio bastante interessante e pertinente<sup>203</sup>:

(pergunta) Em sua opinião, quais foram as causas da revolução de 1964?

Ingressei no Exército em 1963, após ter sido aprovado em concurso para ingressar (*sic*) na Escola de Sargentos das Armas (EsSA). Concluído o curso, entrei em trânsito e me apresentei no 3º Batalhão Rodoviário (...)

Tinha apenas 18 anos, era muito jovem e ainda imaturo. Na EsSA, por falta de tempo, os assuntos extras não eram estudados. Só nos envolvíamos com temas profissionais e nada nos foi passado a respeito de política. Eu não entendia muito bem o que estava acontecendo (...)

Acabara de receber o serviço quando me chamaram de volta à sede do Batalhão. Perguntei ao sargenteante:

- Porque devo voltar à sede?
- Estourou a revolução.
- Que revolução? Retruquei.

Uma revolução, sei lá contra quem! – mandaram todos os militares se apresentarem na sede do Batalhão em Vacaria.

(...) era abordado por um companheiro mais antigo, um 3º ou 2º sargento, ou mesmo um “primeirão”, assim chamado pelo seu prestígio no círculo, que me questionava:

- De que lado você está?
- Mas lado de que?
- Do lado da revolução ou contra a Revolução?
- Não tenho lado, estou aqui para servir à pátria.

Nesse caso, o então sargento jovem e imaturo decidiu cumprir a ordem, impulsionado pela sugestão de seu colega mais experiente e pela sua consciência. Apesar da juventude, suas qualidades militares já estavam desenvolvidas na Escola de Formação: “não tenho lado, estou aqui para servir à pátria”.

Servir à pátria, nesse caso, é sinônimo de servir ao Exército e cumprir as ordens superiores. Não interessava o significado da palavra revolução e as convicções políticas não eram relevantes, não cabia questionamento. Talvez essa seja a passagem que mais revela a importância da formação profissional obtida na EsSA. O sargento profissional, mesmo sem experiência, já sabia perfeitamente de suas atribuições e estava pronto para cumpri-las.

---

<sup>203</sup> Entrevista concedida por Emerson Rogério de Oliveira a equipe da Biblioteca do Exército. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. (tomo 13)

Fica transparente que uma formação profissional que consegue estabelecer esse tipo de relacionamento entre o indivíduo e sua instituição é fundamental para o controle sobre o seu pessoal. O condicionamento a que está sujeito ao longo dos bancos escolares, consolidado pelas recomendações posteriores frequentes, contribui muito para a manutenção dos índices elevados de disciplina.

Esse sargento, disciplinado desde o início de sua carreira profissional, dentro de um ambiente de convivência constante, certamente exerceria uma forte influência sobre seus companheiros ao longo de sua carreira. A existência de um grande número de profissionais formados nessa mesma escola, com essa mesma forma de pensar, processo consolidado durante a década de 1960, contribuiu para a manutenção da coesão durante o período de inquietações políticas.

Com relação à aplicação de punições e recompensas, as narrativas também são frequentes:

O sargento Abdon fala da necessidade de exteriorizar o respeito aos superiores hierárquicos, sob o risco de sofrer punição:

Para se falar com oficial, era na posição de sentido, pô!! Era naquela posição incômoda, né, com medo de ser... retaliado ali na hora. Ou de ser punido. Era: - sim senhor, não senhor, licença para me retirar, aquela coisa toda.

O sargento Zanetti, por sua vez, cita que foi agraciado com muitos elogios, e não disfarça sua satisfação (p.9):

LJZ: o senhor falou que foi elogiado, o senhor teve muitos elogios ao longo da carreira?

OZ: eu tive mais de meia centena.

LJZ: mais de 50 elogios???

OZ: mais de meia centena.

LJZ: o senhor tem orgulho disso?

OZ: orgulho... hoje eu não ligo muito, mas eu gostava muito de elogio. E até interessante, hoje já cortaram o elogio, né, no Exército não sai mais elogio, mas teve um ano que eu tive onze elogios, ... um ano. Quando eu tava na tropa do 2º Exército.

LJZ: mas, o que o senhor fazia pra ganhar tantos elogios... (risos)

OZ: é, trabalhava bem, me relacionava bem com o chefe...

Os elogios e punições também estão presentes nos depoimentos dos sargentos Mário, Dornelles e Edézio. Ambos destacam as poucas punições sofridas e o reconhecimento dos chefes por intermédio das referências elogiosas.

Aparentemente surge como pertinente a colocação de Portelli<sup>204</sup> sobre a aplicação de punições: utilizando-se do dado estatístico de que eram aplicadas 0,7 chibatadas por ano em escravos na América do Norte, o autor coloca o fato de que o que interessa não é quantidade de vezes em que a sentença foi aplicada, mas sim a possibilidade de sê-la. No horizonte de expectativas daqueles escravos estava sempre presente essa realidade, o que ajuda a construção de uma subjetividade compartilhada.

É difícil avaliar o poder de coerção exercido pela possibilidade de aplicação de punições disciplinares. Há que se destacar que os registros de punição de sargentos são pouco consistentes. Embora não tenha sido esse o objetivo da pesquisa, ficou bem claro que a aplicação de punições a graduados não era uma prática muito frequente. Os sargentos Edézio e Mário, por exemplo, foram punidos somente enquanto eram cabos. O único entrevistado que foi punido após a promoção a sargento foi o sargento Dornelles e, mesmo assim, uma única vez, isso ao longo de mais de 30 anos de serviço.

Esse fato é, certamente, reflexo de uma situação disciplinar estável, onde medidas coercitivas eram aplicadas somente em casos pontuais. Pode-se também supor uma valorização maior da Instituição com relação aos seus graduados, que passou a considerá-los como partícipes da cadeia de comando, sentimento esse compartilhado pelos sargentos, conforme poderá ser percebido adiante, ainda neste capítulo.

---

<sup>204</sup> PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996.



O somatório destas técnicas de imposição da disciplina aparentemente se encaixam nas descrições de Foucault<sup>205</sup>:

pequenas astúcias dotadas de grande poder de difusão, arranjos sutis de aparência inocente, mas profundamente suspeitos(...)

A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo dão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito.

b. Os valores

Um dos principais instrumentos encontrados para a obtenção dos objetivos institucionais ao longo do período em estudo foi a disseminação de valores cultuados pela Força. Assim, desde a escola de formação, os sargentos aprendiam a ser disciplinados e obedientes com relação aos seus superiores e exigentes com seus subordinados.

Foram desenvolvidas qualidades que tornaram o militar acostumado aos ditames da caserna e, com o tempo, admirador e seguidor fervoroso de seus princípios. Esse trabalho de doutrinação foi, conforme já analisado ao longo desta dissertação, aperfeiçoado durante o século XX.

Um dos instrumentos utilizados foi o constante culto aos símbolos nacionais e ao sentimento de amor e devoção à pátria, aspectos de fundamental importância para quem se propõe a sacrificar sua vida em prol de sua causa. A absorção desses valores por parte dos sargentos torna-se nítida entre os entrevistados.

Também é possível perceber uma grande satisfação em ter sido sargento do Exército. As possíveis marcas negativas foram apagadas da memória, deixando sentimentos como saudades, respeito e veneração à profissão. Esse orgulho em pertencer

---

<sup>205</sup> FOUCAULT Michel. Vigiar e Punir, o nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 165.

aos quadros do Exército é externado com bastante frequência, e certamente é resultado de um processo desenvolvido ao longo de sua carreira na ativa.

Esse aspecto torna-se mais importante na medida em que é possível observar, diferentemente do que se poderia supor, que o sargento sentia-se muito mais como elemento do comando da tropa do que como subordinado. Tal sentimento parece ser resultado do processo de valorização vivido pela categoria, uma vez que ficou claro que, nos anos iniciais do século XX, isso seria inviável.

Na mesma linha de raciocínio, com o sargento considerando-se partícipe das medidas decisórias, ficou mais fácil aproximá-lo dos ideais da instituição. O ponto de ruptura da cadeia hierárquica, levantado por Costa<sup>206</sup>, ao se referir aos sargentos da década de 1930, deixou de existir. O elemento intermediário da cadeia de comando (elo fundamental, de acordo com a EsSA) exercia sua função de chefia, com orgulho em fazê-lo e concordando com a forma adotada pela instituição com relação ao processo hierárquico.

Essa conclusão fica transparente quando os sargentos foram inquiridos a respeito do processo de imposição da disciplina. A visão de que a disciplina é absolutamente necessária e algo normal no cotidiano é praticamente unânime. Há, inclusive, críticas ao processo de “relaxamento” da disciplina que estaria ocorrendo nos últimos anos. A diminuição no rigor das exigências seria prejudicial à instituição e aos próprios sargentos, ou seja, para o graduado, a disciplina rigorosa é um fator facilitador de suas atividades, obviamente relacionadas ao exercício de sua autoridade sobre os cabos e soldados.

---

<sup>206</sup> COSTA, Vanda Ribeiro. Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30. In: Ciências Sociais hoje, 1985. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

Outra observação relacionada ao assunto é o fato de os sargentos não fazerem restrições às diferenças regulamentares entre sua categoria e os oficiais, considerando-as naturais, algo como uma necessidade institucional, onde cada qual deve ser posto em seu lugar: a separação exigida ao longo de toda a carreira, estimulada pela frequência a ambientes próprios, reuniões em separado, clubes e refeitórios exclusivos, entre outros aspectos era assimilada com naturalidade.

As afirmações do sargento Dornelles<sup>207</sup> (GD), nesse sentido, são as seguintes:

LJZ: e aí, quando chegou a terceiro sargento, mudou muita coisa, não? De cabo pra sargento?  
 GD: mudou da água pro vinho.  
 LJZ: é?  
 GD: é. Em primeiro lugar porque... o rancho. Não era mais rancho, eu ia pro cassino<sup>208</sup>, no cassino a comida é melhor. O tratamento do sargento, quando vai dar a hora de noite, escolhe ali o quarto dele, que vai rondar, né, tchê. Como cabo é... cabo e pronto.  
 LJZ: como cabo a vida é muito mais difícil?  
 GD: é, muito mais difícil.  
 LJZ: e aí, sargento já tem o tratamento bem mais diferenciado.  
 GD: sim (ênfase).  
 (...)  
 GD: graças a Deus eu sempre me dei bem com todo mundo.  
 LJZ: e com os oficiais, também?  
 GD: também.  
 LJZ: nunca teve atrito com...  
 GD: não, era raro ter algum capitão, nesse sentido.  
 (...)  
 LJZ: e então o senhor acha que a disciplina ficou pior agora?  
 GD: ah, ficou.  
 LJZ: ficou mais difícil.  
 GD: agora, por exemplo, tu não pode punir mais soldado. O soldado tem advogado.  
 LJZ: soldado tem advogado.  
 GD: bota o advogado e... (sinal com os dedos, de enrolar) ficou muito difícil.  
 (...)  
 LJZ: então o senhor acha que... é... foi bom ser sargento?  
 GD: foi.  
 LJZ: valeu à pena?  
 GD: valeu.  
 LJZ: o senhor ficou realizado tendo sido sargento?  
 GD: graças a Deus. Por isso que eu te disse, na próxima encarnação quero ser milico de novo.  
 LJZ: quer ser milico de novo.  
 GD: quero.  
 LJZ: prefere ser milico oficial ou milico sargento?  
 GD: não, milico sargento.  
 LJZ: sargento mesmo tá bom.

<sup>207</sup> Entrevista concedida por Getúlio de Lima Dornelles, em 19 de dezembro de 2012, em sua residência, em Rosário do Sul, Rio Grande do Sul. Os originais encontram-se de posse deste entrevistador.

<sup>208</sup> Cassino é o termo utilizado para se referir ao refeitório dos oficiais e dos sargentos. O refeitório de cabos e soldados é chamado de rancho.

GD: tá bom.  
 LJZ: seu filho é sargento, né?  
 GD: é, ele é tenente agora, mas era sargento.  
 LJZ: e o senhor ficou muito feliz que o seu filho seguiu sua carreira.  
 GD: graças a Deus.

O sargento Mário<sup>209</sup> (MR) segue a mesma linha de raciocínio:

LJZ: é muito diferente ser cabo pra ser sargento?  
 MR: ah modifica um pouco, modifica um pouco.  
 LJZ: o que que modifica, o que melhora assim, o senhor pode me dizer como é que o senhor enxerga essa melhora? É na rotina, no dia-a-dia, no salário...?  
 MR: acho que... de um modo geral em tudo, né. O cara passa a frequentar outro quadro, é diferente.  
 LJZ: é mais respeitado, é isso?  
 MR: ah é, como sargento... aí tem ali o comando, a autoridade que a gente tá servindo.  
 LJZ: a comida do sargento é melhor?  
 MR: é.  
 LJZ: o cabo tinha que entrar em forma, o sargento não, é isso?  
 MR: é no cassino. Sargento não, é no cassino.  
 (...)  
 LJZ: e assim, com os oficiais assim, o senhor teve algum... como é que era o relacionamento? Era de respeito...?  
 MR: era sempre com muito respeito. Sempre me dei bem com os oficiais.  
 LJZ: nunca teve problema?  
 MR: nunca tive problema, nunca.  
 (...)  
 LJZ: e essa coisa assim de ter muito... entre o cabo e o sargento tem uma diferença grande, né. Entre o sargento e o oficial, também tem diferença, né. Isso nunca incomodou? O fato de, às vezes os oficiais serem muito rigorosos, ou às vezes, tratarem mal o sargento, o senhor teve algum problema, alguma coisa?  
 MR: comigo nunca teve.  
 LJZ: nunca teve?  
 MR: nunca teve, eu sempre me dei bem com todo mundo. Comigo nunca teve ...  
 (...)  
 LJZ: e... foi bom ter sido sargento, seu Mário? Foi bom ter sido sargento, valeu à pena?  
 MR: valeu, valeu, eu acho que valeu. Tamo aqui até agora com isso aí, né.  
 LJZ: e a vida assim de sargento, foi uma vida boa? O Exército foi justo com o senhor?  
 MR: foi, e em compensação, tinha que fazer o que lhe compete fazer. Mas eu gostei, no começo não queria ficar, mas depois fiquei. Depois ainda, no campo de instrução, fiquei 35 anos de serviço.

As opiniões do sargento Zanetti também não são muito diferentes:

... eu sempre me dei bem com os oficiais, graças a Deus eu nunca fui... eu nunca puxei saco, mas sempre ali, sempre, sempre tive bom, bom, como é que se diz...  
 LJZ: relacionamento...  
 EP: bom relacionamento com os oficiais.  
 LJZ: o senhor nunca teve problema com chefe?  
 OZ: nunca tive problema com chefe algum. Sempre fui valorizado pelo chefe.  
 LJZ: e sempre foi bem tratado também?  
 OZ: sempre fui bem tratado, não sofria, como muitos colegas falavam, né, de... de superiores, havia uma separação muito grande, quase pouco se conversava com oficial, e eu fui bem tratado pelos chefes. Todos os chefes que eu tive foram bons pra mim.  
 (...)

<sup>209</sup> Entrevista concedida por Mário Rodrigues, em 19 de dezembro de 2012, em sua residência, em Rosário do Sul, Rio Grande do Sul. Os originais encontram-se de posse deste entrevistador.

LJZ: Essa relação que o senhor diz, assim de cumprir as determinações era uma coisa natural, não era traumática?  
 OZ: não era traumática. Eu fui muito obediente. Eu não fui de dar o troco.  
 LJZ: e o senhor acha que o senhor só ganhou com isso?  
 OZ: eu ganhei com isso, acho que eu ganhei.  
 LJZ: em algum momento o senhor cumpriu alguma determinação assim: - ah! Mas essa não dá, mas acabava cumprindo?  
 OZ: não, nunca aconteceu. Porque, tinha sargento naquela época que falava assim: conforme a ordem eu não cumpro. Se falar caia aqui nesse buraco, eu falo cai o senhor primeiro.  
 LJZ: tinha sargento que falava assim, é?  
 OZ: tinha sargento que falava assim.  
 LJZ: mas fazia assim? Mesmo? Ou só da boca pra fora?  
 OZ: boca pra fora. Nunca aconteceu isso comigo. (...)

Da mesma forma, o sargento Edézio:

LJZ: (...) O senhor falou que o senhor era casado mas era proibido?  
 EP: era proibido, sargento só podia casar depois de dez anos de serviço.  
 LJZ: e isso não incomodava, não?  
 EP: não, não.  
 LJZ: convivia com isso...  
 EP: convivia com isso, porque minha intenção qual era, pronto, pra mim tanto faz, eu tinha uma profissão, se eu sáísse do Exército, pra mim, não ia fazer esse estrago sempre.  
 LJZ: mas não era fiscalizado isso? Não podia casar mas também não...  
 EP: não, não, não havia...  
 LJZ: quem era casado não tinha problema?  
 EP: não tinha problema, só não tinha direito a receber, a família não tinha apoio, né.  
 LJZ: tinha outras prescrições regulamentares assim que dificultavam um pouco a vida do sargento?  
 EP: não, não.  
 LJZ: não lembra de nenhuma...  
 EP: não lembro de nenhuma não. Só essa aí.  
 (...)  
 LJZ: e essas normas assim, diferentes pra oficial e diferentes pra sargento, isso não chegava a incomodar? Diferença salarial grande, essa coisa de não poder casar... oficial podia casar e o sargento não, isso era encarado com naturalidade?  
 EP: com naturalidade, isso aí tudo é natural das Forças Armadas. Muita gente casava até antes, mas não se incomodava, com esse detalhe, não.  
 (...)  
 LJZ: deixa eu voltar de novo aqui... o senhor era, é... depois que o senhor foi subtenente, né. O senhor tinha quarenta e poucos anos, mais ou menos isso, subtenente, né. E tinha tenente... com vinte e poucos anos, com idade pra ser seu filho. Isso não dava problema? Como é que o senhor encarava isso?  
 EP: não, nunca houve problema não. Meu relacionamento com eles era normal, não tinha...  
 LJZ: não havia desrespeito de nenhuma parte...  
 EP: nunca houve isso aí. A gente sempre tinha (?), era sempre de acordo com as funções que exercia, era bem aceito, não tinha problema, não.  
 (...)  
 LJZ: o senhor acha que o Exército melhorou depois de 64?  
 EP: eu acho rapaz, que o Exército não melhorou não. Antigamente existia um respeito mútuo dentro da tropa e hoje em dia acho que não tem isso não, não tem esse convívio não.  
 LJZ: o senhor podia falar mais sobre isso, eu queria entender direito.  
 EP: é o seguinte, porque... é... antigamente o soldado respeitava o graduado e acho que hoje não tem esse respeito. Porque, começa por aí, a pessoa serve se quiser hoje em dia, não é obrigado a servir, coisa que eu acho um absurdo, porque eu acho que todos os jovens deveriam passar pela Forças Armadas, porque ele iria aprender muita coisa, aprender pelo menos a respeitar e não ter a situação que nós temos hoje aí, né. Cada jovem aí, que

não...não tem, não respeita ninguém, né. E lá não, lá a pessoa aprende a conviver, respeitando alguém, entendeu. Então, acho que o Exército mudou muito, hoje em dia isso... praticamente é...

LJZ: e esse ...é, é, é, antes se exigia muito mais, a hierarquia era muito mais rigorosa, é isso?

EP: era rigorosa e era respeitada, né.

LJZ: e isso é muito melhor, muito bom...

EP: muito melhor, a pessoa... você vê o seguinte... o soldado chegava no quartel, ali ele tinha que pegar e passar ali, ali ele tinha que respeitar o graduado, se era cabo, o cabo dava ordem e ele tinha que cumprir, se ele não cumprisse era punido, hoje em dia não tem mais isso.. ele... o soldado hoje é muito difícil respeitar o cabo,... o sargento...

(...)

LJZ: acho que é isso... o senhor queria acrescentar alguma coisa?

EP: não, não tenho o que acrescentar. Só agradecer o que tenho hoje às Forças Armadas, só isso.

LJZ: agradecer às Forças Armadas.

EP: é, meu período que passei no Exército.

O sargento Abdon chega a achar natural o fato de os oficiais serem elite e os sargentos não serem tratados com a mesma deferência:

Era assim que funcionava. Os oficiais tratavam você assim como um cara analfabeto praticamente, né... os oficiais eram a elite, né... bom... tinha que ser também, né. Então, não havia um entrosamento como hoje há, de oficiais e sargentos, né...

O sargento Barriles (AVB) pensa quase da mesma forma:

A vida em si, na tropa foi uma coisa que deixou boas recordações. Nós éramos, assim, muito unidos e, do Exército, só levo coisas boas.

(...)

EGR: mas na tropa então, não tinha diferença entre os oficiais, os sargentos?

AVB: Não! Era uma amizade... a única diferença era reunião de oficial quando era reunião de oficial, quando era reunião de sargento, de sargento, ou era reunião de sargento e dos oficiais. E cassino, cassino de um, cassino de outro né. Mas o resto se convivia muito bem dentro do Regimento! Nossa! Uma beleza!

(...)

EGR: o senhor falou em liberdade de expressão. Podia-se falar qualquer coisa no quartel?

AVB: Não ofendendo militar! (...) Não desrespeitar as insígnias, né. Muito respeito com a bandeira brasileira. Não difamar, não usar em qualquer situação. Muito respeito. Símbolo nacional era em primeiro lugar e... e a democracia.

(...)

Depois da revolução, pode-se dizer que a hierarquia e a disciplina foram cumpridas! Eram cumpridas! Cada um, como dizia um subtenente, lá: vocês tem que saber o seguinte: que aqui no quartel, manda quem pode, bedece quem persiga (risos)

Com tamanha admiração pelo Exército e com os valores institucionais de tal forma assimilados, fica difícil imaginar que houvesse condições de estabelecimento de uma mobilização política desses militares durante a década de 1960 e nos anos seguintes.

Tais opiniões conduzem à conclusão que a satisfação dos sargentos com relação às suas atividades deve ter influenciado decisivamente na decisão de apoiar (ou pelo

menos não ir contra) as ações da cúpula. Os sargentos não sentiam o “peso” da Instituição sobre seus ombros. Foram, portanto, partícipes e colaboradores das ações políticas da Força Terrestre.

c. O anticomunismo

O estabelecimento de um sentimento contrário à ideologia comunista foi, conforme já analisado, um dos principais alicerces para a obtenção de um maior grau de coesão. Durante a década de 1960, a uniformidade do pensamento político, aparentemente, havia atingido níveis relevantes. Os relatos dos entrevistados, sem nenhuma exceção, demonstram uma forte ojeriza ao comunismo, com explicações e justificativas das mais variadas.

Outro aspecto que merece destaque é o de que o trabalho de doutrinação continuou sendo realizado, após 1964, em bases semelhantes ao estabelecido anteriormente. A política de utilizar o anticomunismo como fator de coesão foi de longa duração e continuava sendo seguida nos anos em que a instituição se manteve no governo. Portanto, fica difícil precisar até que ponto tal pensamento político já estava presente na época e o quanto disso foi desenvolvido posteriormente.

Os sargentos entrevistados assumiram uma posição altamente favorável aos governos militares e radicalmente contrária ao comunismo. Destacam as realizações de obras de infraestrutura, o desenvolvimento econômico, os bons níveis de emprego, a melhoria salarial das praças, entre outros aspectos. Vários entrevistados tem uma visão bastante crítica dos governos pós-democratização, principalmente no que se refere à corrupção. No seu modo de entender, as administrações atuais são muito mais corruptas e incompetentes, fato que está diretamente relacionado à ascensão da esquerda ao poder.

O sargento Mário deixa claro que seus comandantes abordavam o anticomunismo durante palestras à unidade:

LJZ: mas o pessoal ouvia, comentava sobre o assunto, falava sobre o problema de comunista, e tal?

MR: ah falava, o coronel reunia o pessoal e (gesto com braço descendo e os dedos estalando, simulando um chicote).

LJZ: ah, é. O que o coronel falava, o senhor lembra de alguma coisa, não?

MR: faz tanto tempo, que eu vou falar, agora, ele reunia o pessoal e falava.

O sargento Zanetti segue a mesma linha de raciocínio, além de revelar o forte sentimento anticomunista:

LJZ: interessante, e depois, o que aconteceu...

OZ: tinha muita palestra, né.

LJZ: muita palestra...

OZ: muita palestra. Então o chefe falando como é que os comunistas agiam, pra tomar cuidado, a família ser inviolável, né, essa parte. Porque queriam desestabilizar a família militar. De revolução, eu só sei uma coisa. Eu participei de uma marcha como cerra-fila, que o coronel disse, ó você vai ser o cerra-fila da marcha da família com Deus pela liberdade.

LJZ: Isso em Sorocaba?

OZ: isso em Sorocaba.

LJZ: também teve a marcha a família com Deus pela liberdade em Sorocaba?

OZ: em Sorocaba e eu fui cerra-fila. Então, não era militar que estava desfilando, era o povo, né.

LJZ: e o senhor participou com gosto?

OZ: com gosto.

LJZ: realmente, o senhor também era assim, contrário ao comunismo.

OZ: contrário, completamente avesso ao regime comunista, né.

Sobre a ação do Exército em 1964 e os governos militares, Zanetti expressa sua posição favorável, e reforça sua ojeriza ao comunismo:

LJZ: E aí, é... como é que o senhor vê essa ação do Exército em 64?

OZ: foi muito estratégica, foi de pronta ação, pra livrar o país de uma segunda Cuba.

LJZ: o senhor acha que...

OZ: eu acho que foi providencial a tomada do poder.

LJZ: se não tomasse o poder, é difícil imaginar o que poderia acontecer?

OZ: hoje eu não teria a minha casa!

LJZ: não teria sua casa?

OZ: hoje não, eu não tinha a... a... a política de... do capitalismo, né. E fazer a minha casa. E também não pegar e amassar barro pra fazer o muro, como é lá em Cuba. O médico pega na massa pra fazer o muro, não tem mão-de-obra.

LJZ: certo, e aí, então a ação do Exército foi assim... muito boa?

OZ: muito boa.

LJZ: e muito boa para o país, também?

OZ: é, nota excelente. Foi sem derramamento de sangue, o que é importante. E as coisas caminharam dentro de uma ordem, depois. A maior dificuldade foi pro Castelo Branco, né, pegar num, num... mudar o sistema, né.

(...)

OZ: não imaginava assim, uma ditadura. Porque não foi ditadura, pra mim.



LJZ: não foi ditadura?

OZ: pra mim não foi ditadura. Foi troca de poder a cada 4 anos, e teve depois a devolução pra civil e, não é um Fidel Castro, né, que deixou legado ao irmão dele, o poder de Cuba.

Sobre o episódio de 31 de março de 1964, o sargento Edézio relata seu posicionamento:

LJZ: e aí, é... pelo que o senhor está dizendo assim... que que o senhor achou da Revolução?

EP: achei necessária, viu.

LJZ: necessária.

EP: necessária porque eu.. eu trabalhava no Rio, morava aqui em São Gonçalo, era casado. Quando muitas vezes a gente vinha pra cá e não tinha transporte.

LJZ: não tinha transporte?

EP: não tinha transporte... barcas então, essa parte marítima então, era greve em cima de greve, o marítimo mandava naquela época ele deitava e(?) ele deita e vira (?)

LJZ: quer dizer, muita greve, era muita, muita...

EP: era muita baderna.

LJZ: muita baderna?

EP: muita baderna, ninguém entendia mais nada, não tinha mais nada... não tinha obediência mais pra ninguém... chegava aqui era motorista de ônibus, era motorista... andei muitas vezes em carroceria de caminhão pra poder ir pro trabalho ou senão ir pra casa. Chegava aqui em Niterói, não tinha ônibus. Uma bagunça. Aí a gente tinha que pegar um caminhão desse daí, fazer um transporte pra poder chegar em casa.

LJZ: e o governo não tomava as providências?

EP: o governo, coitado, não tinha pulso...

LJZ: não tinha pulso...

EP: é, não tinha pulso.

LJZ: e já se falava em o Exército tomar o poder antes?

EP: não, não, se falava eu não tinha conhecimento, mas, a gente ouvia um blá, blá, blazinho, uma certa conversinha, mas não tinha assim, não tinha aquela... certeza de que ia acontecer o que aconteceu, que vinham assim as tropas lá da... foi um negócio tão rápido também que... foi bem feita a abordagem, foi muito rápida a Revolução, viu.

LJZ: é né...

EP: foi coisa rápida, chegou, tomaram e acabou, sem dar tiro, sem dar nada.

LJZ: ninguém.. de um dia pro outro, trocou o presidente e...

EP: eu tava ... trabalhava, tava trabalhando quando vi aquele... eu tava trabalhando no dia anterior, porque a gente trabalhava um dia assim e folgava o outro. Aí, quando cheguei na praça XV não tinha lancha, tinha um barquinho lá que tava fazendo o transporte, aí eu peguei o barquinho pra Niterói, aí quando eu chego em Niterói já tinham feito a Revolução, o Jango já tinha fugido, já tinha tomado o palácio... já tinham feito... aí eu falei , pô, já aconteceu a revolução, vim pra casa tranquilo, passei meu dia de folga...

A posição do sargento Dornelles sobre os governos atuais, reflete o pensamento da maior parte dos entrevistados:

LJZ: e hoje em dia, esse cenário político, o senhor tem acompanhado?

GD: tenho.

LJZ: o senhor tem lido aí sobre os governos, depois que o Exército saiu...

GD: acho que a corrupção tá enorme!

LJZ: é né. E não tinha isso antes?

GD: não tinha. Ah, tinha, tinha, sempre teve. Mas eu quero dizer que agora é maior, e mais aberta, a mídia... hoje mesmo pegaram a mulher aquela, dona do... departamento

lá... da presidente, foi pega com a mão na botija<sup>210</sup>. Mandava em todo mundo e ó... abocanhava o dinheiro. E ela botou uns quantos caras da polícia federal pra fora.

LJZ: e também, se o Exército tivesse mandando na política...

GD: agora eu acho que o Exército tá fazendo falta, alguém de pulso.

LJZ: o Exército hoje em dia tá desconsiderado, é?

GD: ah, tá, eu acho.

LJZ: o senhor acha que os generais tinham que tomar uma providência com relação à isso?

GD: ah, tinham, barbaridade. O Cachoeira<sup>211</sup> foi solto rapaz! Roubou milhões aí e está solto.

### O sargento Abdon segue a mesma linha de raciocínio:

Naquela ocasião, o comunismo estava quase sendo implantado, só não foi implantado porque o Exército meteu a mão, senão... hoje nós estávamos pagando os mesmos pecados que... ali, Cuba tá sofrendo. Porque nós andamos na beirinha, não demorou muito, e muita gente ainda hoje fala: - ah, a ditadura militar! Eu digo, no meu modo, no meu ponto de entender, que não foi ditadura. Foi a libertação do país da escrava... do regime comunista que na época tava se implantando.

(...)

Depois que os militares passaram a política pros civis, né, o que é que se viu fazer? Não fizeram mais nada. Só faziam agitação, começaram a roubar... do povo, não é. Não fizeram mais um quilômetro de estrada asfaltada. E o que fez a revolução? A revolução fez milhares de quilômetros de estrada asfaltada, abriu até a Transamazônica, né (...) Fez a Itaipu, né. (...)

A construção foi tanta nesse país, que não se encontrava mais uma criatura desempregada...

(...) e o povo pedia, né. O Exército tem que tomar a frente, senão nós vamos cair nas mãos do comunismo.

### A respeito do assunto, o Sargento Barriles afirma o seguinte:

O Brizola tinha a ideia comunista mesmo. Era comunista! Era o que ele queria, igual ao Hugo Chaves está fazendo. Era o mesmo que ele queria. Porque ele tinha aquela influência do Fidel Castro, que se deu bem lá em Cuba, aquela coisa toda com a União Soviética. Então, tava bem embalado, viu. O Fidel Castro incendiou esses revolucionários aí que tinha, né. (...) Tinha sede de poder absoluto.

(...)

O povo lá do Rio Grande do Sul, quem se dizia comunista, é porque não entendia o comunismo! Não entendia, não sabia. Porque o Brizola, essa turma do grupo dos onze, prometia mundos e fundos.

Os depoimentos materializam o sentimento anticomunista e sugerem a sua utilização como instrumento de coesão, tanto durante a década de 1960, como posteriormente. Aparentemente, se em algum momento, alguma facção política de esquerda imaginava encontrar apoio nos sargentos do Exército, no mínimo encontraria

<sup>210</sup> Refere-se à Erenice Guerra, ex-ministra-chefe da casa civil, envolvida em denúncias de corrupção.

<sup>211</sup> Refere-se a Carlinhos Cachoeira, empresário envolvido em escândalos de corrupção.

muita dificuldade. É possível concluir que o processo de construção de um sentimento anticomunista foi exitoso.

d. O exagero

As pesquisas realizadas durante a execução deste trabalho conduziram à conclusão de que houve uma supervalorização do movimento dos sargentos, particularmente com relação ao Exército, onde praticamente não existiram fatos que afetassem gravemente a disciplina.

O resultado das entrevistas reforça esse posicionamento. Os sargentos tomaram conhecimento dos fatos, quer pela imprensa, quer por intermédio de seus chefes e concordaram que havia um movimento relevante. No entanto, nenhum deles presenciou qualquer forma de anormalidade em seu local de trabalho.

As respostas demonstram que os sargentos nem sequer conheciam companheiros que tenham aderido ao comunismo, ou que tivessem sido punidos. No entanto, havia uma clara noção de que a problema era sério e delicado, a nível nacional.

Outro aspecto importante com relação à supervalorização dos fatos é o de que a percepção do risco do comunismo está presente na memória dos entrevistados, embora eles não tenham sequer conhecido um comunista, ou somente ter travado contato totalmente superficial com algum militante. Os sargentos estavam conscientes do risco da invasão da doutrina comunista, mas tiveram muito pouco contato com seus partidários.

As respostas do Sargento Mário ilustram essa afirmação:

LJZ: então, na década de 60, o senhor servia em Bagé, praticamente a década de 60 toda, né. Em Bagé tinha problema com esse negócio de revolução, não?

MR: é... algum... alguém prendeu fulano... não sei o que... saía no rádio lá...

LJZ: assim, teve muito sargento preso?

MR: acho que teve alguns, mas em Bagé não teve.

LJZ: em Bagé não teve?

MR: não, em Bagé não teve nada. (...)  
 LJZ: em Bagé tinha problema com comunismo, não?  
 MR: não, talvez tivesse algum foco lá, mas nunca apareceu. Lá fora sim, porque, nos grandes centros tinha comunista lá.  
 LJZ: mas ali em Bagé, o senhor nunca prendeu nenhum comunista?  
 MR: não, não.  
 LJZ: nem soube, o pessoal...  
 MR: não, não.  
 LJZ: não era comum isso.  
 MR: não, não, podia ser que tivesse.  
 LJZ: não teve nenhum comunista preso no quartel do senhor lá?  
 MR: não, não.  
 LJZ: quer dizer, aparentemente, quando aconteceu a Revolução de 64, na rotina do dia-a-dia do senhor praticamente não mudou nada, é isso?  
 MR: não mudou nada, a mesma coisa.  
 LJZ: o Exército tomou o poder, assumiu e, pro senhor, não fez diferença nenhuma?  
 MR: não, tudo a mesma coisa.

O sargento Dornelles segue a mesma linha:

LJZ: aí, eu queria que o senhor falasse desse negócio de perseguido político. Quando o senhor entrou, o senhor foi sargento em 65, né, então o senhor viveu bem essa fase que... foi uma fase muito complicada no quartel, não?  
 GD: não, no quartel, não. Se tirava mais era posto aqui fora. No DAE<sup>212</sup>, águas e esgotos, no correio, pra não haver sabotagem, e tal.  
 LJZ: isso depois de 64?  
 GD: é. foi quando começou a...  
 LJZ: e tinha sabotagem aqui na região?  
 GD: não. Aqui andaram falando que um cara ia botar fogo no paiol, mas, ... ah, não botou.  
 LJZ: e teve sargento expulso?  
 GD: nada, nada.  
 LJZ: nada?  
 GD: nada, foi tranquilo. Aqui em Rosário foi uma tranquilidade.  
 LJZ: porque o Brizola tinha lá, a campanha da legalidade...  
 GD: sim (ênfase)  
 LJZ: ele até fez um discurso pros sargentos...  
 GD: fez (ênfase).  
 LJZ: aqui em Rosário não teve nada?  
 GD: nada, foi normal.

Momentos depois o assunto voltou a ser discutido, mas as respostas não se alteraram:

LJZ: e assim de coisa política, ninguém nunca falou nada?  
 GD: não.  
 LJZ: esse negócio de política, ditadura, sempre o governo era de general, isso aqui em Rosário do Sul...  
 GD: nada.  
 LJZ: nem lembrava disso?  
 GD: nada.  
 LJZ: principalmente os sargentos, assim. Nem os oficiais acho que conversavam...  
 GD: não...  
 LJZ: fazia o trabalho do dia-a-dia e ...  
 GD: ia trabalhar e vinha embora.  
 LJZ: isso era com o pessoal lá de Brasília?

<sup>212</sup> Departamento de Águas e Esgotos.

GD: ah, Brasília, Porto Alegre, São Paulo, Curitiba...

LJZ: o senhor acha que, assim, na época então, antes de o Exército tomar o poder em 64, tava muito bagunçado por aqui também, não?

GD: não.

LJZ: aqui não tinha nada?

GD: era vida normal...

LJZ: era normal e continuou a vida normal e...

GD: continuou sempre, sempre.

LJZ: é curioso isso, porque quando eu converso com o pessoal lá no Rio de Janeiro, a visão é outra, lá.

GD: é, mas lá...

LJZ: o pessoal falava que estava um caos e ... aqui não tinha problema?

GD: não.

LJZ: nem antes e nem depois?

GD: nem antes e nem depois.

O sargento Zanetti teve o mesmo posicionamento, também em duas oportunidades:

OZ: porque os subversivos estavam manipulando já, a tomada do poder, né. Eles já estavam agindo, agindo mas era uma guerra fria, por enquanto.

LJZ: e esses subversivos, tinha subversivo dentro do quartel também?

OZ: não conheci um colega subversivo.

LJZ: não?

OZ: não.

LJZ: o senhor não conheceu nenhum sargento comunista?

OZ: não.

LJZ: dentro do Exército, nem antes e nem depois.

OZ: nem antes e nem depois.

LJZ: mas, assim, existia um movimento de sargentos no início da década de 60, um movimento nacional. Isso não chegava lá?

OZ: não chegava, estava alheio a esses acontecimentos, né.

(...)

LJZ: e o que o senhor diz dessa..., teve uma manifestação séria em Brasília, em 1963, dos sargentos.

OZ: lembro.

LJZ: mas isso repercutia lá em São Paulo?

OZ: só como informação.

Mais adiante o sargento Zanetti deixa claro que não havia, e nem houve posteriormente, mobilização de sargentos com relação a aspectos disciplinares:

LJZ: o senhor ouviu falar... é claro que ouviu falar... da atuação do Brizola quanto aos sargentos, o senhor chegou a tomar conhecimento na época?

OZ: o que os civis tomavam conhecimento, no jornal, nada de informação assim, fontes do Exército, né.

LJZ: é que eu me lembro assim do Brizola, é... tem uma gravação dele, né: sargentos, revoltam-se contra seus oficiais! Isso não chegava, em São Paulo não chegava?

OZ: eu ia falar isso, né. Ele estava no Sul, né?

LJZ: isso, estava no sul.

OZ: mas não chegou, não. Revoltam-se contra os comandantes.

LJZ: não...

OZ: não, não surtiram efeito.

LJZ: então, na verdade, pelo que eu entendi, dentro do Exército pode dizer que estava tudo em paz.

OZ: eu passei 36 anos dentro do Exército tranquilamente, sem stress, tanto político como trabalho.

O sargento Edézio afirma também não ter conhecido colega comunista:

LJZ: e ali no CSN<sup>213</sup>, também, o senhor falou em comunista, né, problemas com comunista. Tinha muita, é... é infiltração no Exército também, se acompanhava também o pessoal de dentro, nosso?

EP: tinha, tinha muita infiltração dentro do Exército, a gente ouvia muitas conversas, certas coisas. É que cada um tinha uma ideia, né.

LJZ: e entre os sargentos, tinha também... um movimento grande, alguma coisa desse tipo?

EP: dentro dos sargentos que estavam ali dentro do conselho, né, não existia não, entendeu, apesar que, apesar de na época da Revolução, o coronel que era chefe lá saiu preso de lá.

(...)

Ao ser perguntado sobre a prisão de militares em sua unidade, o sargento Barriles afirma:

Aí existia no Rio Grande do Sul facções militares que tinham total apoio ao Brizola. Inclusive, quando estourou a Revolução, tinha gente que foi presa dentro do quartel porque estava ao lado do Brizola.

(...)

EGR: Nesse meio, algum militar chegou a ser preso, também?

AVB: Não, da minha unidade não. Mas houve, lá no Rio Grande do Sul algumas prisões. Da minha unidade, não houve nenhum militar preso.

O sargento Luciano, no trabalho realizado pelo Exército, declarou o seguinte:

Em 1963, quando servia no 15º RI, na Paraíba, o movimento comunista estava em ebulição e reinava a anarquia... Nosso comandante procurava informar-nos sobre a situação do país como um todo e conhecíamos os problemas que estavam ocorrendo no sul, ..., onde alguns políticos vinham insuflando a população.

As declarações reforçam a ideia de que não havia nada muito fora do normal no âmbito dos sargentos, ao considerar somente o local. Porém, abrangendo o Exército como um todo, há a percepção de que existiam problemas. Ressalta-se que foram tomados depoimentos no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, locais onde a efervescência política era de grande vulto.

Ou seja, na visão dos próprios sargentos, não havia problema com sua categoria. Os problemas estavam sempre em outro lugar, normalmente distante. E chegavam ao seu

---

<sup>213</sup> Conselho de Segurança Nacional, órgão em que o sargento Edézio prestava serviço.

conhecimento por intermédio da mídia ou de conversas com amigos. Tudo coerente com o apresentado ao longo desta dissertação.

e. O perfil do futuro sargento

A afirmação de Carvalho<sup>214</sup> de que a pequena burguesia passou a compor os novos sargentos pode ser confirmada nos depoimentos. Os sargentos das mais variadas origens tinham características comuns com relação ao período anterior à incorporação no Exército. Eram filhos de pequenos agricultores ou de trabalhadores com profissões estáveis, típicas da época.

Assim, o sustento durante a infância do sargento Zanetti foi proporcionado pelo seu pai, um barbeiro. Já o sargento Dornelles é filho de um ferreiro. O pai do sargento Mário era capataz de fazenda, enquanto o do sargento Abdon era marceneiro. Em nenhum caso houve registro de ter passado necessidade durante a infância.

Ao reportarmos a origem social dos sargentos, cabe registrar que, de uma maneira geral, eles tiveram oportunidade de estudar e todos possuíam, ao entrar no Exército, pelo menos o ensino básico concluído. É possível supor que o grau de instrução tenha influenciado significativamente na sua ascensão profissional, uma vez que praticamente todos os entrevistados entraram no Exército como serviço militar obrigatório e foram selecionados entre os recrutas para frequentar os cursos de graduados.

Também é válido registrar que a maior parte dos entrevistados teve experiência profissional anterior. O sargento Zanetti havia sido escriturário, o sargento Edézio, mecânico, o sargento Dornelles trabalhava com seu pai na ferraria e o sargento Abdon era bancário.

---

<sup>214</sup> CARVALHO, José Murilo. Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

As declarações do sargento Mário sobre a sua infância, são as seguintes:

LJZ: (...) a mãe sempre deu conta de sustentar.  
 MR: sempre deu conta. Quando meu pai faleceu eu fui morar com um tio, aí tinha uma fazendolazinha lá, né, aí nunca passamos necessidade.  
 LJZ: permitiu que estudasse... o senhor estudou até que ano?  
 MR: na época tinha o científico, estudei até o científico.  
 LJZ: ah, o senhor chegou a fazer o científico, terminou o científico?  
 MR: terminei.

O sargento Dornelles também considerou sua infância confortável:

LJZ: (risos) o senhor nasceu em Rosário mesmo, e como é que foi a sua infância, seu pai também era militar, não?  
 GD: não, meu pai era ferreiro.  
 LJZ: ferreiro, é?  
 GD: ele tinha uma ferraria aqui na esquina, muito conhecido. E eu ingressei na carreira militar assim, aos dezoito anos fui servir.  
 ...  
 LJZ: e a sua vida na infância, deixa eu voltar um pouquinho mais aí, antes de chegar no Exército. Seu pai era ferreiro, e a mãe dona de casa?  
 GD: é isso.  
 LJZ: e a vida era boa, dava pra viver tranquilo, não passava necessidade?  
 GD: não (ênfase), jogava bola... não, não passei, graças a Deus.  
 LJZ: estudou?  
 GD: estudei, tirei o segundo grau.  
 LJZ: ah, antes de entrar no Exército o senhor já tinha o segundo grau.  
 GD: é, já.

O sargento Zanetti não difere dos anteriores:

OZ: meu pai era do comércio, meu pai era... antigamente não falava cabelereiro, falava barbeiro, ensinou o ofício para o meu irmão mais velho, então tinha dois barbeiros lá em casa, era o sustento da minha casa, meu irmão e meu pai.  
 LJZ: e com isso, dava pra se sustentar razoavelmente bem, não passava necessidade?  
 OZ: não passava necessidade, meu pai nunca teve aperto com dinheiro, era pobre, me deu estudo, tudo que eu queria não era possível dar, né. Sonhei com uma bicicleta na minha adolescência, acabei ficando sem ela, porque não podia pedir pro meu pai, ele não podia comprar uma bicicleta pra mim.  
 LJZ: mas estudo o senhor teve...  
 OZ: estudo eu tive, eu já fui para o Exército com o primeiro grau completo.

O sargento Edézio também não:

LJZ: o senhor já tinha um grau de escolaridade quando entrou no Exército?  
 EP: tinha, tinha, eu tava fazendo, naquela época era o segundo grau, era..  
 LJZ: era científico, não?  
 EP: não, não era científico, era segundo ano ginásial, ginásial.  
 ...  
 EP: eu queria levar minha vida normal no serviço militar, eu tinha a profissão de mecânico, né.  
 LJZ: ah, já trabalhava antes então...  
 EP: já trabalhava antes, comecei a trabalhar aos treze anos, entrei na oficina, então eu já tinha um certo conhecimento... e eu chegando no quartel, fui logo para a CCS<sup>215</sup>.

<sup>215</sup> Companhia de Comando e Serviços.



Ao perceber que os sargentos não eram oriundos das classes sociais menos favorecidas, pode-se supor que a possibilidade de ascensão social não seja a principal motivação para a escolha da profissão. Os entrevistados falaram em admiração pela farda, em orgulho de ser militar, na autoridade e na presença do sargento na sociedade, entre outros fatores.

O fato de já possuírem uma profissão anterior e optar por deixá-la após o serviço militar é um claro sinal de adaptação à vida na caserna e aceitação de suas regras de convivência. A experiência de pelo menos um ano de serviço militar obrigatório permite que a escolha profissional seja alicerçada em bases bastante razoáveis. Poder-se-ia falar de vocação?

As palavras do sargento Zanetti caminham nesse sentido:

LJZ: Hoje o senhor saberia me dizer o que lhe motivava, o que levou o senhor a fazer esse tipo de ...

OZ: olha, passava muito comboio pela estrada de ferro noroeste do Brasil, de muito soldado fardado, né. Então, eu admirava o soldado do Exército, então eu criei assim uma vontade de ser mais um.

LJZ: legal.

OZ: aí eu peguei e pensei, vou ser soldado.

O sargento Edézio faz relatos muito semelhantes:

LJZ: o senhor foi para o quartel... era serviço militar obrigatório?

EP: Era serviço militar obrigatório.

LJZ: Mas o senhor foi obrigado ou o senhor quis ir?

EP: eu quis ir... perto daonde eu morava ali, tinha uma... um campo né, e de vez em quando o terceiro RI<sup>216</sup> ia pra lá fazer acampamento e às vezes eu ia pra lá, tinha os soldados lá, aí eu almoçava com eles, e aquilo ali foi cativando né, aí foi em 59, não em 58, me apresentei e fui servir, fui tirar meu serviço normalmente, a minha intenção não era continuar no Exército.

O sargento Mário também mudou de ideia após o tempo de serviço militar:

LJZ: e aí logo no primeiro ano o senhor saiu cabo e foi transferido pra veterinária.

MR: isso, cabo de veterinária. Aí, em seguida, no outro ano, veio um sargento lá e falou: vou te mandar pra escola. Aí falei: não, não, eu quero dar baixa.

LJZ: ah. Mesmo como cabo, queira dar baixa?

MR: queria, terminando o ano eu ia dar baixa. Aí ele fez um...um pedido

LJZ: assina aqui. (risos)

MR: é, aí eu fui pro Rio de Janeiro, pra EsVE<sup>217</sup>.

LJZ: EsVE?

MR: é Escola de Veterinária do Exército.

<sup>216</sup> Regimento de Infantaria.

<sup>217</sup> Escola de Veterinária do Exército. Extinta em 1975.

LJZ: aí o senhor foi fazer o curso de sargentos na escola de veterinária.  
MR: fui.

Já o sargento Abdon considerava o militar como um cidadão bem conceituado e queria exercer a profissão:

(...) sempre queria ser militar... porque eu não sei se você sabe, você ... talvez seja até interessante pra você, naquela ocasião, um cara fardado era um cara que tinha assim um conceito, um prestígio, viu, sem igual, viu.

É possível que o desejo de ser profissional militar tenha facilitado a adaptação aos ditames da caserna. O fato de conhecer a profissão antes de tomar a decisão em segui-la é uma variável que deve ser considerada, certamente sugere uma concordância com a forma como a instituição tratava seus componentes.

f. A autoridade do subtenente e a promoção a oficial

Outro aspecto de grande relevância é a percepção de que o subtenente era o líder natural entre os sargentos, enquanto os militares promovidos ao quadro de oficiais aparentemente perdiam a ascendência sobre os ex-colegas.

Como já analisado anteriormente, o fato de separar os mais antigos e influentes por intermédio de sua promoção foi uma atitude muito perspicaz. Evidentemente não é possível afirmar que, ao permitir a promoção do sargento a oficial, na década de 1940, o Exército estaria sendo influenciado por este aspecto, ou tinha a intenção de apenas valorizar a categoria e estimular o profissionalismo ou a dedicação. É possível que, mais uma vez, tenha “matado dois coelhos com uma só cajadada”.

Além de funcionar como forte estímulo para trabalhar dentro das regras impostas, a possibilidade do acesso ao oficialato retirava os mais influentes (subtenentes) do círculo hierárquico das praças e os colocava numa nova posição, frequentando o círculo dos oficiais subalternos e perdendo a identificação com os sargentos.

Um indício de que isso é diagnosticado pela instituição está no fato de que, historicamente, os subtenentes, ao serem promovidos, são transferidos de unidade. Ao

chegarem à nova organização militar, esse profissional, além de afastado de seus colegas de origem, era inserido no seu novo ambiente já sendo membro desse novo círculo hierárquico. A ruptura com a identificação anterior era abrupta.

Os relatos dos sargentos demonstram claramente a forte identificação com os subtenentes e a mudança de percepção com relação ao oficial do quadro auxiliar. O sargento Zanetti deixa isso muito claro:

LJZ: e esse companheirismo, aí... fazia as refeições no mesmo lugar, alojamento, sempre, café da manhã...

OZ: no mesmo lugar. E, e, a única coisa que tinha, é que quando avançava o rancho, o subtenente não entrava na fila. O rancho é por ordem de fila. Então os subtenentes faziam um grupinho assim, na porta, passava na frente. Então a gente, que respeitava o subtenente...

LJZ: isso era normal?

OZ: eu, como 2º sargento bem antigo, respeitava o subtenente. Era sim senhor, não senhor.

LJZ: Ah, é?

OZ: é.

LJZ: então o subtenente tinha um destaque, é?

OZ: tinha um destaque, era respeitado. E dava a impressão, eu como segundo sargento antigo, que aquele subtenente era velho. E, depois, como subtenente, já não...

LJZ: já não se achava velho. (risos)

OZ: já não se achava.

LJZ: mas esse respeito pelo subtenente. O subtenente pode ser considerado, assim uma espécie de chefe dos sargentos, assim, coordenador.

OZ: era, era.

(...)

OZ: (...) Essa promoção é interessante, subtenente a QAO<sup>218</sup>. Porque a única vaga de tenente na tropa, era mobilizador. E já tinha um, então ele era transferido.

LJZ: e esse QAO, ele também tinha a mesma ascendência sobre os sargentos, ou o subtenente tinha mais. O QAO era mais separado, não.

OZ: mesma coisa. Por falar em QAO, veja só. Eu tinha certas divergências com QAO. E não com oficial da AMAN. Às vezes eu ficava pensando assim: puxa vida, esse tenente, parece que esqueceu que foi sargento também. Então tinha divergência.

LJZ: é mesmo?

OZ: é mesmo, no trabalho.

LJZ: mais de uma vez?

OZ: mais de uma vez. Eu me aborrecia com QAO. Eu olhava assim, como sargento, eu via que tava tão distante minha promoção pra QAO. E eu achava... cheguei até a pensar assim: o sargento não deveria sair QAO. Devia ser até subtenente e pronto.

(...)

LJZ: e, a vida como QAO é diferente?

OZ: é melhor, é melhor.

LJZ: passa a conviver mais com os oficiais, ou continua...

OZ: passa, eu tive um bom relacionamento com os oficiais formados na AMAN, viu.

LJZ: desde o começo, ou mais como QAO depois? Porque o senhor falou que já se relacionava bem antes.

OZ: não, como oficial. Jogava sinuca com o coronel, no quartel tinha duas mesas de sinuca.

LJZ: isso era coisa que antes não acontecia?

OZ: terminava o expediente, tinha a liberdade de convidar o coronel que jogava bem: vamos depois do expediente jogar umas partidas. Então tinha essa liberdade, né. (...)

<sup>218</sup> Quadro Auxiliar de Oficiais. É o quadro ao qual o ex-subtenente pertence após promoção à oficial.

O sargento Edézio segue a mesma linha de raciocínio:

LJZ: e como é que é essa promoção a tenente?

EP: olha, pra tenente é o seguinte, quando eu fui promovido, eu tinha que ter o segundo grau e dentro da hierarquia, né, por antiguidade, a pessoa saía promovido, aí saía oficial normalmente.

LJZ: e muda muito a vida do militar?

EP: depende muito da pessoa né, depende da pessoa, que se sente, sair dum... sair dum padrão e passar pra outro.

LJZ: o senhor se adaptou...

EP: ma adaptei muito bem. Meu convívio sempre foi com pessoas da alta patente, né, nunca tive problema, tanto na parte de baixo, com subordinado, tanto com superior.

LJZ: porque aí frequenta outro refeitório...

EP: é, frequenta outro refeitório, outro...

LJZ: outro status, né.

EP: outro convívio.

LJZ: e, entre os sargentos assim, aquela ascendência que o subtenente tinha, ele perde quando é oficial?

EP: não, não.

LJZ: Os sargentos continuam respeitando...

EP: continuam respeitando normalmente. Sempre uns querem ter mais amizade, aquelas brincadeiras, continua aí na... na frente do superior há aquele respeito mútuo, né.

LJZ: ah, já tem um respeito maior quando é tenente.

EP: já, já tem um respeito maior.

LJZ: já tem uma espécie de separação, assim...

EP: tem uma separação... já começa a frequentar outros ambientes, né

LJZ: é... perde um pouco o vínculo com os sargentos, ou não?

EP: não, não. Principalmente... é porque geralmente quando uma pessoa é promovida a oficial, ele, às vezes, nunca fica na mesma unidade, né, sai dali pra outra unidade. Aí ele vai ter que fazer... ele vai chegar na unidade estranha como tenente, então ele vai ser respeitado como tenente.

LJZ: ah, ele é promovido e já era transferido.

EP: já era transferido.

#### g. A forte influência das relações pessoais

Um aspecto que é recorrente nas entrevistas é a personalidade nas relações profissionais dentro da caserna. Os depoentes, de uma maneira geral, atribuem grande parte de suas conquistas ao fato de ter alguém influente para ajudá-lo. Aspectos administrativos, como engajamento, transferências e punições são considerados como pessoais.

É possível, e até bastante provável, que as decisões tenham sido, pelo menos em grande parte, tomadas pelo mérito, e que isso não fosse percebido pelo sargento. No entanto, há que se considerar que, somente o fato de imaginar que seus objetivos sejam

atingidos pela concessão de “favores” dos oficiais, já era incentivo para procurar trabalhar de acordo com suas diretrizes. Seguem-se exemplos:

O sargento Edézio declara que um capitão mudou o rumo de sua vida ao colocá-lo no curso de formação de sargento. Afirma que era bem quisto pelo capitão, jogava futebol com ele, lavava e até dirigia o seu carro. No entanto, ele relata que, anteriormente, encontrou um envelope com dinheiro e entregou a esse mesmo capitão, tendo sido elogiado. Coloco em dúvida se esse superior decidiu matriculá-lo no curso por ser seu amigo, ou por considerá-lo honesto (entre outras características necessárias) e portanto merecedor de sua confiança e de tal recompensa. O que teria vindo por primeiro, o reconhecimento do mérito ou a amizade?

De forma semelhante, quando o Sargento Abdon sugere que só conseguiu sua promoção após a substituição do comandante, por estar sendo perseguido pelo antecessor. Não soa como coerente, uma vez que os critérios para promoção estavam estabelecidos (o regulamento previa que o militar que tivesse obtido o maior grau no curso de formação seria o primeiro a ser promovido), e se, de fato houvesse uma perseguição, provavelmente ele não teria sequer conseguido o engajamento.

Tal observação, portanto, não permite concluir que o imaginário dos sargentos seja o que ocorre na realidade, mas sugere que as conquistas dentro da instituição estejam muito relacionadas à boa vontade dos oficiais. Muitas decisões administrativas decorrem do poder discricionário de um chefe e sempre vão beneficiar uns e prejudicar outros, gerando descontentamentos inevitáveis, que podem ser mal interpretados e assimilados como injustiça, ou perseguição ou algo similar. É impossível entender o que pensa o decisor no momento em que faz sua opção.

No entanto, é possível afirmar que esse foi um poderoso instrumento de docilização dos corpos. As ambições pessoais ligadas ao fato de “estar bem com o chefe” sugeriam uma necessidade de submissão, ampliando significativamente a capacidade de controle. O militar precisava comportar-se de acordo com o ponto de vista do seu chefe, adaptando-se aos ditames deste superior para poder atingir seus objetivos pessoais. Na prática, não faz muita diferença se esse sentimento era real ou imaginário: ele funcionava.

Acrescento que essa relação é perceptível ao longo de toda a carreira do militar. O sargento Edézio, por exemplo, afirma ter conseguido sair do quartel em que estava para o Gabinete da Presidência da República em virtude de uma amizade com o major que lá trabalhava, quando já estava com mais de 20 anos de serviço. Ou seja, a necessidade de estar bem com o chefe está presente permanentemente.

Vejamos alguns extratos das entrevistas:

Sargento Edézio, sobre o início de sua carreira:

(...) eu sei que passei a jogar com ele, ele me chamava e dizia: -vamo lá Edézio. Na época eu era goleiro né, aí, - vamo lá, manda lá no meu gol, lá. E me levava pra lá, e eu jogava no meio da turma lá.

LJZ: E aí ele incentivou, é isso?

EP: É, me incentivou a fazer a carreira militar. Então fiz o curso de formação de graduado, naquela época era feito na própria unidade, né. Aí ele me matriculou, ele fez a matrícula, fez tudo.

(...)

EP: Bom não tem problema não, fica aí, você vai engajar como soldado, quando tiver uma vaga você vai sair cabo. Aí eu... - capitão Muniz, minha intenção não é essa não capitão, e ele não, não, você vai continuar,

(...)

LJZ: como recruta, foi difícil o começo, ou o senhor se adaptou...

EP: me adaptei rapidamente foi em consequência disso, porque a amizade do capitão que pegou por mim, né.

LJZ: bacana, né.

EP: muito grande mesmo. Eu tive muita felicidade de ter essa pessoa na minha vida, que praticamente me encaminhou, né, dentro das Forças Armadas.

As declarações do sargento Mário, sobre uma transferência de cidade, são:

(...) um ano de curso em 1952, fiquei 3 anos lá no Rio, mas sempre querendo voltar. Me dava bem com os caras lá do ministério e consegui vir de volta pra Bagé.

Sargento Abdon, também fala sobre uma transferência de cidade:

O coronel conseguiu transferência para um lugar onde havia vaga para promoção a sargento.

Sargento Barriles, quando aborda o seu engajamento:

Daí ele perguntou pra mim, você quer engajar no final do ano? Eu digo, olha, eu pretendo. Sempre quis ser... seguir a carreira do Exército. – então, aqui no Esquadrão tem uma vaga pra engajamento, e ela é tua. Eu vou, estou saindo major, estou indo pro S4, mas no fim do ano na hora do engajamento você me lembra lá, que é contigo. Aí, me segurou a vaga.

Poder-se-ia retirar dezenas de exemplos nas entrevistas realizadas, o que não se faz necessário. A personalidade nas relações está absolutamente evidente na memória dos sargentos da reserva do Exército. Grande parte das conquistas profissionais é relacionada às “benesses” dos chefes. Sem dúvida, é um instrumento muito eficiente de controle sobre o pessoal.

#### h. Conclusões da atividade de história oral

O conteúdo das entrevistas sugere que os sargentos foram colaboradores do processo político imposto pelo Exército ao Brasil. A ideia de que havia um enfrentamento por parte dos graduados e que estes tenham sido subjugado por forças regulamentares e opressoras pode ser descartada.

As respostas foram ao encontro das afirmações de Castro<sup>219</sup>, quando sugere que, ao longo do tempo, a convivência dentro da Instituição o “mundo militar” torna-se mais diferenciado, enquanto a individualidade de seus integrantes passa a ser mais indiferenciada. As respostas passam por uma semelhança na forma de pensar realmente impressionante.

Seja qual for a forma de analisar as entrevistas, existem certos conceitos que são comuns. A submissão voluntária ao processo hierárquico talvez seja o mais notório. Em nenhum momento os possíveis abusos de poder (que certamente existiram) foram

---

<sup>219</sup> CASTRO, Celso. Goffman e os militares: sobre o conceito de instituição total. In: Seminário Roberto Cardoso de Oliveira – transformações sociais e culturais no Brasil contemporâneo: perspectivas antropológicas, Museu Nacional/UFRJ. 2007.

questionados. Transparece uma tranquilidade e harmonia na relação entre superiores e subordinados de uma forma que surpreende até mesmo este pesquisador, que convive com os sargentos durante praticamente toda a vida.

Durante a realização de uma palestra<sup>220</sup> a respeito deste tema foi feito um comentário após a apresentação, que partiu de um general da reserva. Esse militar sugeriu que o trabalho estaria bom, mas incompleto, pois abordava de forma muito superficial aspectos da área afetiva, tais como camaradagem, questões de honra e outros valores tipicamente militares, que seriam fundamentais para a compreensão da vida na caserna. No mesmo momento imaginei que historicizar tais atributos seria inaplicável, e mesmo que conseguisse, seria de difícil aceitação no meio acadêmico.

Porém, aparentemente as questões de relacionamento pessoal são realmente tão importantes quanto pensa aquele velho general. As conquistas profissionais relatadas pelos graduados são atribuídas mais ao bom entendimento com superiores do que ao próprio mérito pessoal, demonstrando sentimentos como confiança, respeito e gratidão. Muito provavelmente tais questões não seriam tão marcantes em tempos anteriores, quando as relações entre oficiais e sargentos eram muito distantes e menos cordiais.

Se, por um lado, a personalidade nas relações pode ser interpretada como um problema, particularmente para o subordinado, ela se apresenta como uma grande solução para o Exército, pois a dependência cria vínculos que reforçam a tão almejada coesão institucional. Portanto, é bastante provável que um relacionamento mais amistoso entre as diversas categorias de militares tenha contribuído para a adesão dos sargentos às causas políticas protagonizadas por seus superiores.

---

<sup>220</sup> Palestra realizada por este historiador no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil em 03 de setembro de 2013.



Dessa forma, a instituição totalizante se torna mais eficiente. Ao associar o profissionalismo ao sentimento anticomunista, aos valores cultuados e às relações personalizadas, o Exército Brasileiro transformou-se numa máquina eficaz da transmissão e cumprimento de ordens. As relações hierárquicas foram solidificadas e os objetivos políticos propostos foram muito facilitados em virtude da existência dessa poderosa fonte de uniformização de pensamentos.

## CONCLUSÃO

Os sargentos do Exército, na década de 1960, apoiaram sistematicamente o processo que culminou com a tomada e a manutenção do poder político pela Instituição Militar. A participação da categoria tem grande relevância no episódio e é muito pouco estudada, além de mal avaliada por grande número de historiadores.

Há uma espécie de consenso no que diz respeito à falta de disciplina e coesão na base das Forças Armadas às vésperas do golpe de estado. Um estudo detalhado demonstra claramente que, no âmbito dos sargentos do Exército, tal fato é, no máximo, parcialmente verdadeiro.

São várias as razões que fizeram com que os sargentos tomassem esse tipo de posicionamento. A principal delas é a aceitação dos ditames disciplinares e hierárquicos, resultado de um processo histórico de cooptação iniciado em décadas anteriores.

Ao início do período republicano, os sargentos eram selecionados entre os melhores soldados, oriundos dos estratos mais baixos da sociedade. O seu treinamento era precário e seus direitos eram extremamente limitados. Eram semianalfabetos e tinham reputação ruim. O perfil desse profissional era reflexo das precárias condições de operacionalidade comuns a toda a Instituição Militar. A questão disciplinar era delicada.

Várias transformações iniciaram no princípio do século XX. Apesar de pouco consistente, foi estabelecida uma estrutura relacionada à formação de graduados que, dentre outros aspectos, conduziu a uma melhoria do seu padrão intelectual. A conscientização das dificuldades a que estavam sujeitos, associada à falta de uma atuação institucional eficaz no campo social e a tensões no cenário político nacional, propiciou condições para que ocorresse, durante a década de 1930, um forte movimento contestatório por parte desses militares.

Esse período foi um marco para a construção de uma nova mentalidade no interior da Força Terrestre, particularmente no tocante às praças. A constatação de que os pilares institucionais – a hierarquia e a disciplina - sofriam sérios riscos de ruptura, tornou transparente a necessidade de ser estimulado um maior grau de coesão, levando a Instituição a tomar diversas medidas que ampliassem seu controle sobre esses profissionais.

Durante os anos subsequentes as modificações foram muito intensas. Houve uma grande renovação dos quadros, por intermédio do expurgo de grande parte dos sargentos e da incorporação de novos militares. O processo foi respaldado pela introdução de um forte sentimento anticomunista, alavancado pela frustrada tentativa de 1935. A criação de uma estrutura de formação de graduados, mais moderna e eficaz, serviu de suporte para as ações de doutrinação.

A formação de graduados passou a ter uma prioridade muito maior dentro da Instituição. Os programas de instrução foram centralizados e remodelados com frequência, a carga horária foi ampliada e foi fundada a Escola de Sargentos das Armas, com uma estrutura exclusiva à formação de sargentos.

Outros fatores contribuíram indiretamente para essa transformação, dentre eles o aumento de efetivos e da estrutura de todo o Exército, a melhoria do padrão social da própria sociedade (em particular do recruta incorporado) e a necessidade de assimilação de novas tecnologias bélicas e consequente aumento do nível intelectual do graduado.

O aperfeiçoamento no campo disciplinar não ficou restrito à formação profissional. A instituição tomou várias ações que, direta ou indiretamente, estimularam os graduados a cumprirem adequadamente suas obrigações. Dentre elas, destacam-se:

- A aplicação de elogios e recompensas de forma metódica, desde os anos iniciais da carreira militar.

- o uso criterioso de uma simbologia, com a adoção de patronos para os diversos segmentos do Exército e o culto constante aos símbolos nacionais, aos heróis de guerra e ao passado da Instituição;

- a criação de um plano de carreira, com estabilidade e segurança, restrito aos militares que seguissem adequadamente os ditames impostos;

- viabilização do acesso ao oficialato para os sargentos mais antigos. Além de criar a expectativa da promoção, reforçando o cumprimento das obrigações ao longo da carreira, retira do convívio dos graduados os militares com maior ascendência hierárquica, possíveis líderes em eventual mobilização, colocando-os mais próximos dos oficiais;

- a criação da estrutura social, com o apoio à construção de uma rede de clubes e associações de sargentos, além de vilas militares para os diversos círculos hierárquicos, ampliando o convívio entre os pares para além das horas de trabalho. O resultado desse processo é tão ambicioso que passou a ser comum utilizar termos como “família militar”, ou “família do batalhão”;

- realização de palestras educativas constantes;

- adoção de um sistema meritocrático de promoções, usando as notas dos cursos de formação como parâmetro;

Os sargentos da década de 1960 já estavam inseridos em outro patamar intelectual e social. Estavam muito mais disciplinados do que aquele das décadas anteriores e eram profissionais dedicados a suas atribuições na caserna.

As entrevistas com esses militares demonstraram que seria de difícil aplicação qualquer tentativa de aliciamento dos sargentos, no campo político, que contrariasse os interesses do Exército. Aparentemente, a sua fidelidade para com a instituição era muito

mais do que retórica. Eles eram, em sua maioria, comprometidos e leais para com os seus chefes.

Outro aspecto, talvez até mais importante, está no fato de que os graduados cultuavam um sincero sentimento de amor e devoção ao Exército. O trabalho de doutrinação, ou de socialização, fazia com que os sargentos dedicassem seus esforços com uma vontade maior do que a própria obrigação. A Força Terrestre conseguiu atingir também os sentimentos mais nobres desses militares e torná-los partícipes de suas realizações, quer no campo operacional, quer no campo político. Aparentemente a autoestima e a satisfação foram cativadas. Os sargentos passaram a ser colaboradores efetivos das ações institucionais, sentindo-se membros da ação de comando.

As ligações entre a identidade individual e as características coletivas necessárias ao bom desempenho profissional foram acentuadas. As escolas e cursos de formação conseguiram enaltecer as qualidades necessárias ao sargento, adaptando a personalidade do indivíduo a essa nova configuração. Posteriormente, as frequentes recomendações cotidianas, a fiscalização constante de superiores e pares, além da necessidade de se constituir em exemplo para o subordinado, reforçaram esse processo, conduzindo a algo como uma contínua revisão da autoimagem. Ser sargento torna-se mais importante e mais marcante do que a individualidade.

Ainda nessa linha de raciocínio, fica patente que esse processo de assimilação a que os sargentos eram (e são) submetidos foi voluntário e ocorreu sem traumas. Grande parte dos sargentos ainda eram os selecionados entre os melhores recrutas, ou seja, os indivíduos que escolheram ser sargentos já possuíam conhecimento e discernimento suficiente para escolher a sua profissão de acordo com a vocação ou aptidão. A opção profissional não foi somente um impulso.

...

Obviamente seria muita pretensão do historiador concluir sobre o que aconteceria caso as circunstâncias ocorressem de forma diferente. Porém, parece válido imaginar as dificuldades que o Exército teria em realizar seus projetos políticos sem a participação dos seus sargentos.

Os aspectos internos do Exército proporcionaram um suporte de fundamental importância para seu desempenho como força política. As atividades da cúpula tiveram o respaldo de seus milhares de sargentos. Considerando que, nos quartéis de tropa, de uma maneira geral, é o sargento que trava o contato direto com os soldados, pode-se afirmar que todo o processo disciplinar está alicerçado na sua figura. O elo fundamental entre o comando e a tropa cumpriu o seu papel de forma eficaz.

Tal afirmação encontra respaldo nos fatos históricos. É possível afirmar que não houve sequer uma única manifestação coletiva de descontentamento por parte de sargentos do Exército ao longo do período em que a Instituição esteve no poder. Pode-se inclusive levar esse aspecto disciplinar para os cabos e soldados, também controlados com eficiência pelos graduados.

Analisar esse aspecto isoladamente já é bastante interessante. Ao considerá-lo dentro de uma conjuntura política em ebulição, onde, mesmo nas Forças Armadas, os aspectos políticos e ideológicos eram objetos de profundas discussões, certamente fazem crescer sua importância e significado. Com outras condições para os sargentos seria muito improvável que a coesão necessária para a condução das atividades políticas fosse conseguida. A eficácia do processo estabelecido foi tamanha que evitou até mesmo que as desorientações da cúpula chegassem à base.

...

Os estudos de Foucault sobre disciplina são aplicáveis ao processo estabelecido sobre os sargentos do Exército ao longo do século XX. Ao se referir à docilização dos

corpos, o filósofo deixa claro que as técnicas de imposição disciplinar podem tornar o cidadão comum num militar obediente e dedicado. Seus relatos referem-se ao controle meticuloso de movimentos, correções constantes de postura e aplicações calculadas de sanções e recompensas.

Aparentemente o Exército Brasileiro atingiu um patamar mais adequado no campo disciplinar quando passou a aplicar os métodos descritos por Foucault. Ao priorizar a melhoria da estrutura dos cursos e escolas de formação de graduados e aperfeiçoar a processo de imposição das normas disciplinares, os resultados passaram a ser muito mais efetivos.

As afirmações de Foucault levam em consideração os corpos e o uso destes como instrumento para a obtenção de elevado grau de disciplina. A aplicação direta das ideias desse pensador soa como algo maquiavélico que, ao serem observadas sob outro ângulo podem adquirir uma conotação diferente.

Os sargentos não são somente “corpos”, são pessoas. Como tal, são dotadas de vontade própria e de liberdade de escolha. Embora possam ter entrado nas fileiras do Exército como serviço obrigatório, sua permanência na instituição ao longo de grande parte da sua vida foi um ato voluntário, uma escolha premeditada e aparentemente bastante avaliada antes da tomada de decisão.

Ao serem submetidos ao processo de imposição da disciplina, certamente esses militares passaram por profundas transformações que os levaram a se tornar aptos, submissos, dedicados, ou dóceis – como descreve Foucault. Não se pode, entretanto, esquecer que a adesão voluntária e calculada sugere algo mais profundo do que a pura doutrinação, que talvez pudesse ser chamado de admiração, aptidão ou vocação. Isso sem considerar a possibilidade de ganho salarial, status e posição social compatível com suas ambições pessoais.

Esses aspectos podem ser muito bem observados nas entrevistas realizadas. Tanto as transformações descritas por Foucault, como a adesão voluntária a esse processo são nítidas.

...

A contribuição das teorias de Braudel a respeito da duração dos fenômenos sociais mostrou-se bastante pertinente. Um estudo menos aprofundado, que não levasse em consideração aspectos ocorridos em décadas anteriores, não teria chegado a diversas conclusões importantes.

A mudança no perfil dos sargentos foi decisiva para que as decisões dessa categoria fossem tomadas da forma como ocorreram. Os graduados da década de 1960 eram muito diferentes de seus antecessores e, aparentemente, tinham consciência disso e sabiam reconhecer que a instituição lhes proporcionava um tratamento mais adequado e justo.

Por mais que a imposição de aspectos disciplinares possa ter sido decisiva, sem um sentimento de reconhecimento ou de contentamento, seria muito difícil estabelecer uma forma de controle eficaz sobre os graduados. A valorização das praças levou a uma sensação de participação ativa nas ações da instituição – os sargentos, “elo fundamental entre o comando e a tropa”, também sentiam-se chefes.

A percepção deste tipo de transformação só é possível por intermédio de estudos relacionados ao longo prazo.

Continuando a fazer uso das ideias de Braudel, é pertinente situar a longuíssima duração do suporte disciplinar necessário ao funcionamento da instituição militar. Faz-se necessário perceber que hierarquia e disciplina são estruturas, tais como aquelas descritas pelo autor como elementos estáveis de uma infinidade de gerações que comandam o escoamento da história.



Para entender as razões que levaram o Exército a tomar novos rumos a partir do início do século XX, é necessário perceber que a preservação do suporte da hierarquia e disciplina foi buscada durante todo o período. A Instituição considerou o estabelecimento de um novo padrão disciplinar como fundamental para a sua sobrevivência.

...

Sirinelli sugere que, para o estudo dos tempos históricos, sob determinadas condições, pode ser usado o termo geração. Conforme já analisado, as características particulares do grupo de sargentos os conferem uma identidade própria, com formas de pensar e agir diferentes de outros segmentos da sociedade. Além disso, os eventos geradores dessas particularidades estão bastante claros. Os fatos ocorridos entre as décadas de 1930 e 1950 certamente estabeleceram uma nova geração de sargentos.

Pode-se afirmar com boa dose de segurança: a geração dos sargentos da década de 1960 tomou uma série de decisões fundamentada nas experiências de seus antecessores. E porque não dizer que os sargentos de 1930 foram seus precursores, pois as respostas mais efetivas das mudanças favoráveis aos graduados só surgiram após o forte movimento contestatório protagonizado por aqueles. Teria o Exército Brasileiro adotado procedimentos similares caso não houvesse tais reivindicações?

...

Os pontos de vista de Goffman e Castro devem ser lembrados. O caráter total da Escola de Formação ficou bastante claro. A introdução do futuro sargento numa escola situada numa pequena cidade, sob um regime totalmente específico, com o controle rigoroso de todas as atividades por parte de uma equipe dirigente produziu um militar com as características desejadas. O impacto na personalidade do indivíduo parece inquestionável.

Também soa como evidente que a atividade da formação continuava após a chegada do novo sargento ao corpo de tropa. A partir desse momento, o caráter total deixa de existir e o conceito de totalizante passa a vigorar. O controle sobre todas as atividades deixa de ser artificial, induzido pela pressão constante nos mínimos detalhes, para se tornar onipresente. Mais suave, mas permanente.

O sargento trazia da escola suas qualidades já inculcadas. Os conceitos sobre o que fazer para ser um bom militar já estavam assimilados. A prática destes no cotidiano reforçava tudo o que foi aprendido. A fiscalização constante, mesmo nos momentos de lazer, continuava a lembrá-lo, a cada momento, sobre as suas obrigações militares. No clube, na hora do almoço, durante a atividade física, no banho em seus alojamentos – os colegas, sempre estão presentes ali, mesmo que involuntariamente, cumprindo seu papel – de componente do processo de imposição disciplinar.

...

Ficou claro que o processo de imposição da disciplina desencadeado pela instituição militar sobre seus sargentos atingiu seus objetivos. Pode-se dizer que desde a década de 1940 não houve nenhuma manifestação coletiva de descontentamento por parte desses militares.

Essa conjuntura disciplinar estável resistiu a situações políticas bastante delicadas, tanto no âmbito nacional, como internamente, entre os oficiais, bem como entre praças das outras corporações. Nesse sentido o trabalho de reestruturação do Exército, iniciado nas primeiras décadas do século XX foi plenamente exitoso.

Sob outro ângulo, ao considerar isoladamente a categoria “sargentos do Exército” é facilmente perceptível uma grande série de conquistas. A melhoria do padrão socioeconômico, bem como do status profissional é inquestionável.

Ou seja, aparentemente existe uma relação direta entre a efetividade do processo disciplinar e a melhoria das condições de trabalho desses militares. Assim, apesar deste estudo ter focado a questão da docilização e da imposição da rigidez das normas, certamente ele abre a possibilidade de que outras nuances também possam ter exercido influência direta sobre a questão. Evidentemente as mudanças ao longo do período não ficaram restritas aos aspectos ora estudados.

...

Por fim, espera-se que a concretização desse tipo de trabalho sirva de estímulo para outros estudos relacionados. Os aspectos internos do Exército ainda são cercados de tabus e pouco analisados. Os sargentos decididamente não tem recebido a atenção adequada por parte do meio acadêmico nacional. Os estudos sobre o período em que o Exército esteve no poder são profundamente influenciados por questões ideológicas. A separação entre pesquisadores das áreas sociais e os militares são muito difíceis de serem transpostas, mesmo após cinco décadas passadas desde a tomada do poder. A própria história militar é vista sob ângulos profundamente diferentes por profissionais de história e por profissionais militares.

Pode ser muita pretensão para um modesto mestrando atuar em cima de questões de tamanha complexidade. Mas, aqui está uma tentativa de participar desse processo de aproximação que ora está em curso.

## BIBLIOGRAFIA

## ARTIGOS CIENTÍFICOS

- CASTRO, Celso. Goffman e os militares: sobre o conceito de instituição total. Revista Militares e Política. Número 1, 2007. Disponível em: <<http://www.lemp.ifcs.ufjf.br/revista/index.htm>>. Acesso em 09 de out. de 2012.
- COSTA, Vanda Ribeiro. Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30. In: Revista Ciências Sociais Hoje. 1985.
- MARQUES, Rafael Peixoto de Paula. Estado de exceção e mudança (in)constitucional no Brasil (1935-1937). Disponível em [http://www.academia.edu/2202124/Estado\\_de\\_excecao\\_e\\_mudanca\\_inconstitucional\\_no\\_Brasil\\_1935-1937](http://www.academia.edu/2202124/Estado_de_excecao_e_mudanca_inconstitucional_no_Brasil_1935-1937). Acesso em 23 mar. 2013.
- SILVA, Hélio. Caderno Cândido Mendes. A crise político-militar de 1964. Rio de Janeiro: Centro Cultural Cândido Mendes. 1978(?)
- SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV Editora. 1996. p. 131-137
- GOMES, Ângela de Castro; MATOS, Hebe Maria. Sobre apropriações e circularidades a memória do cativo e política cultural na Era Vargas. Revista de história oral, v.1, 1998. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=106&path%5B%5D=102>. Acesso em 10 jul.2013

## ARTIGOS EM PERIÓDICOS

- CARNEIRO, Glauco. Jango fala aos sargentos: princípio do fim. O Cruzeiro, 10 abr. 1964, edição extra. Disponível em: <http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/>. Acesso em 13 abr. 2013.
- Kruel exige disciplina dos quatro Exércitos. Jornal do Brasil, 12 de maio de 1963. Autor não identificado. p. 1. Disponível em <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19630513&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em 06 abr. 2013.
- Goulart retoma o diálogo com almirantado e Câmara. Jornal do Brasil, 31 de março de 1964. p. 6. Disponível em: <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640331&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em 06 abr. 2013.
- KLINGER, Bertoldo. A Defesa Nacional. Editorial. Rio de Janeiro, n. 4, 10 Dez. 1913.
- KLINGER, Bertoldo; PESSOA, Pantaleão; FIGUEIREDO, Euclides. Editorial, A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, n. 80. 1 Mar. 1920.
- KLINGER, Bertoldo; PESSOA, Pantaleão; COSTA, Maciel da. Editorial, A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, n. 84. 10 Jul. 1920.
- Ministério da Guerra. Noticiário do Exército, Rio de Janeiro, n. 1456, 06 Jul. 1963.
- Ministério da Guerra. Noticiário do Exército, Rio de Janeiro, n. 1491, 27 Ago. 1963.
- Ministério da Guerra. Noticiário do Exército, Rio de Janeiro, n. 1494, 30 Ago. 1963.

## LIVROS E TRABALHOS ACADÊMICOS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanazi. (org). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.
- ARRUDA, João Rodrigues. O uso político das Forças Armadas e outras questões

- militares. Rio de Janeiro: Mauad x, 2007.
- AZEVEDO, Luis Marinho de. Ordenanças militares para a disciplina da milícia portuguesa. imprensa em Lisboa: 1641.
- BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. Companhia Nacional, 1935.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: Escritos sobre a História. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CAPITANI, Avelino Bioen. A Rebelião dos Marinheiros. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1997.
- CARNEIRO, Glauco. História das Revoluções Brasileiras. Rio de Janeiro: Gráfica O Cruzeiro, 1965.
- CARVALHO, José Murilo. Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CASTRO, Celso. A invenção do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CASTRO, Celso. O espírito militar: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990.
- CHIRIO, Maud. A política nos Quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. SOARES, Gláucio Ary Dillon. CASTRO, Celso. Visões do golpe: a memória militar de 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1994.
- D'ARAÚJO, Maria Celina de; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. Os anos de chumbo, a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- D'ARAÚJO, Maria Celina de; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. A Volta aos Quartéis, a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- FERREIRA, Oliveiros. Vida e morte do partido fardado. São Paulo: Editora SENAC. 2000.
- FIGUEIRÊDO, Lima. Casernas e Escolas. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, Gráfica Laemmert. 1945.
- FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: edições Loyola, 2009.
- FOUCAULT Michel. Vigiar e Punir, o nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- FRANK, Robert, Questões para as fontes do presente. In: Questões para a história do presente, Bauru: EDUSC. 1999.
- GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- GONZALES, Selma Lúcia de Moura. A territorialidade militar terrestre no Brasil: os Tiros de Guerra e a estratégia da presença. Tese de doutorado em Geografia. São Paulo: USP. 2008.
- LEMONS, João Brito de. Abecedário Militar de que o soldado deve fazer para chegar a capitão e sargento-mor. imprensa por Pedro Craesbeek Impressor Del Rey, Lisboa: 1631.
- Mc CANN, Frank. Soldados da Pátria, História do Exército Brasileiro 1889-1937. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.
- MORAIS, Ronaldo Queiroz de. Do Exército Moderno à República Militar: Caserna, Política e Tensão (1913-1977). Tese (doutorado)-Universidade de São Paulo, 2009.
- MOTTA, Aricildes de Moraes. (org). 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Forças Armadas e ideologia no Brasil (1964-1969). Universidade Estadual de Campinas, dissertação de mestrado em Ciência Política. Campinas: 1976.
- PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. Praças em pé de guerra – o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a revolta dos sargentos de Brasília. São Paulo: expressão popular, 2009.

- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996.
- RODRIGUES, Everton Gonçalves. Ruídos e vozes do porão fardado: socialização, imaginário e identidade dos sargentos do Exército Brasileiro. Tese de doutorado em História. Universidade Federal do Paraná. 2013.
- SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva. 2002.
- SANTOS, Stefan Freitas dos. Batalha pela democracia: 1961- 1964: outras visões, os sargentos e o governo João Goulart. Dissertação (mestrado)-Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 2010.
- SILVA, Hélio. A voz e a vez dos vencidos. Vozes: Rio de Janeiro, 1988.
- SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília. 1962. As crises e as reformas. São Paulo: Editora Três, 1975.
- SILVA, Jonas Ferreira da. Admissão à Escola de Sargentos das Armas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.
- STEPAN, Alfred. Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Editora Artenova. 1975.
- TREVISAN, Leonardo. Obsessões patrióticas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 2011.
- VALDES, Francisco de. Diálogo militar. Imprenta en Madrid: 1591.
- VASCONCELLOS, Cláudio Beserra de. A política repressiva aplicada aos militares após o golpe de 1964. Tese de doutorado em História Social. UFRJ. Rio de Janeiro: 2010.

## LEIS E NORMAS PÚBLICAS

- BRASIL. Ato institucional. 1 de 09 de abril de 1964.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.
- BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. 1937.
- BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. 1946.
- BRASIL. Decreto n. 23287, de 24 de maio de 1934. Lei de organização dos quadros e efetivos do Exército.
- BRASIL. Decreto n. 22.885, de 04 de julho de 1933. Proíbe a posse de funcionários de primeira nomeação que não tenham cumprido seus deveres com o "Serviço Militar".
- BRASIL. Decreto nº 51.429, de 13 de Março de 1962. Institui e homologa a escolha dos patronos do Exército, das Armas, dos Serviços e do Magistério Militar.
- BRASIL. Decreto-lei n. 1187, de 04 de abril de 1939. Dispõe sobre o serviço militar.
- BRASIL. Decreto-lei n. 1963, de 13 de janeiro de 1940. Dispõe sobre o aproveitamento de ex-graduados do Exército e da Armada nos quadros do funcionalismo federal.
- BRASIL. Decreto-lei n. 8.760, de 21 de janeiro de 1946. Cria o Quadro Auxiliar de Oficiais.
- BRASIL. Lei n. 1860, de 04 de janeiro de 1908, regula o alistamento e o sorteio militar.
- BRASIL. Lei n. 7.150, de 1 de dezembro de 1983. Fixa os efetivos do Exército em tempo de paz, e dá outras providências.
- BRASIL. Lei n. 12778, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre remuneração de Planos de Cargos do Poder Executivo Federal.
- BRASIL. Lei n. 6880, de 09 de dezembro de 1980. Estatuto dos militares.
- BRASIL. Lei n. 38, de 4 de abril de 1935. Define crimes contra a ordem política e social.
- BRASIL. Lei n. 136, de 14 de dezembro de 1935. Modifica vários dispositivos da Lei n. 38 de 04 de abril de 1935 e define novos crimes contra a ordem político social.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército, de 31 de outubro de 1926.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Decreto Nr. 4346, de 26 de agosto de 2002. Regulamento Disciplinar do Exército.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria 816, de 19 de dezembro de 2003, do Comandante do Exército. Regulamento Interno e dos Serviços Gerais.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Programa padrão de instrução comum a todas as unidades do Exército, 1ª parte: Contextura dos programas padrão, 1949. Disponível no Arquivo Histórico do Exército.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Programa padrão de instrução comum a todas as unidades do Exército, 1ª parte: Contextura dos programas padrão, 1955. Disponível no Arquivo Histórico do Exército.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Programa padrão de instrução comum a todas as unidades do Exército, 1ª parte: Contextura dos programas padrão, 1961. Disponível no Arquivo Histórico do Exército.

EXÉRCITO BRASILEIRO, Boletim do Exército n. 09, de 02 de março de 1940, p. 569.

EXÉRCITO BRASILEIRO, Boletim do Exército n. 35, de 02 de setembro de 1950, pp. 2391-2392.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Decreto 19.507, de 18 de dezembro de 1930. Regulamento do Serviço Militar.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Decreto nº 2.429, de 4 de Março de 1938. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Decreto nº 8.835, de 23 de Fevereiro de 1942. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Decreto-Lei nº 4.130, de 26 de Fevereiro de 1942, regula o ensino militar no Exército.

## DEPOIMENTOS

LOTT, Henrique Teixeira. Henrique Teixeira Lott (Depoimento 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 2002. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista117.pdf>. Acesso em 04 Mar 2013.

## SITES DA INTERNET

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em 12 abr. 2013.

Clube de Sargentos 31 de julho. Disponível em: <http://www.sargentosjoinville.com.br>. Acesso em 18 mar. 2013.

Clube dos Subtenentes e Sargentos do II Exército. Disponível em: <http://www.clubedossargentos.com.br>. Acesso em 18 mar. 2013.

Clube de Subtenentes e Sargentos do Exército. Disponível em: <http://www.csse.com.br>. Acesso em 18 mar. 2013.

Grêmio dos Subtenentes e Sargentos de Santa Maria. Disponível em: <http://www.gsssm.com.br/>. Acesso em 18 mar. 2013.

Grêmio Sargento Expedicionário Geraldo Santana. Disponível em: <http://www.geraldosantana.com.br/>. Acesso em 18 mar. 2013.

Projeto Brasil nunca mais. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br>. Acesso em 12 Abr. 2013.